



ACADEMIA MILITAR

As Unidades Militares da Praça de Almeida entre 1642 e 1927: A Defesa Territorial na Fronteira da Beira

**Autor: Aspirante Tirocinante de Cavalaria
José Augusto Marcos Assunção**

Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia (Doutor) Marquês de Sousa

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, setembro de 2014**



ACADEMIA MILITAR

As Unidades Militares da Praça de Almeida entre 1642 e 1926: A Defesa Territorial na Fronteira da Beira

**Autor: Aspirante Tirocinante de Cavalaria
José Augusto Marcos Assunção**

Orientador: Tenente-Coronel de Artilharia (Doutor) Marquês de Sousa

**Relatório Científico Final do Trabalho de Investigação Aplicada
Lisboa, setembro de 2014**

Dedicatória

Ao militar português.

Agradecimentos

O presente Trabalho de Investigação Aplicada resulta de um empenho conjunto de várias pessoas, sem as quais a sua resolução seria mais complexa.

Agradeço ao Sr. Tenente-Coronel Marquês de Sousa, meu orientador, o empenho e dedicação na forma como abraçou este trabalho, o apoio e os conselhos dados ao longo das várias fases da feitura do mesmo.

Ao meu Diretor de Curso, Sr. Tenente-Coronel de Cavalaria Miguel Freire, pela forma entusiástica com que encarou este trabalho, pelo espírito crítico e entusiástico que sempre transmitiu.

Ao Sr. Coronel Américo Henriques pelo apoio e esclarecimentos, e também pela transmissão do gosto pelo estudo da História, porque só assim percebemos quem somos e a nossa sociedade.

Ao Dr. António Baptista, Presidente da Câmara Municipal de Almeida, à Dra. Paula Sousa, diretora da Biblioteca Municipal Maria Natércia Ruivo, ao Dr. Paulo Amorim, diretor do Museu Histórico-Militar de Almeida pela pronta ajuda e fornecimento de publicações.

Ao Sr. Tenente-Coronel José Berger pelo apoio e cedência de contactos.

À Sra. Paula Franco e Sra. Natividade Silva pela disponibilidade, amabilidade e vontade de ajudar com que sempre me receberam nas Bibliotecas da Academia Militar.

Aos meus camaradas de Curso, Aspirantes de Cavalaria César Alves e Mariana Silva, pela preciosa ajuda na revisão do trabalho.

Agradeço a todos que fizeram parte do meu percurso na Academia Militar, militares, professores, funcionários civis e particularmente ao Curso Tenente-General António da Costa e Silva, 2º Visconde de Ovar, por fazerem parte da minha formação como pessoa e como militar.

A todos vós, muito OBRIGADO!

José Assunção

Índice Geral

Dedicatória	i
Agradecimentos.....	ii
Lista de Apêndices	v
Lista de Anexos.....	vi
Índice de Ilustrações.....	vii
Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas	x
Resumo.....	xi
Abstract	xii
Epígrafe	xiii
Introdução.....	1
Enquadramento e justificação do tema.....	1
Delimitação do estudo e objetivos da investigação.....	1
Questão central e derivadas.....	2
Estrutura do trabalho	3
Capítulo 1 – Antecedentes – A Localização de Almeida e a Defesa Territorial	4
Capítulo 2 – Almeida no Primeiro Dispositivo Militar Permanente.....	12
2.1. A Guerra da Restauração (1641-1668).....	12
2.2. Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714).....	15
2.3. Reorganização de 1715	17
Capítulo 3 – As Organizações do Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos (1756 e 1763)	18
Capítulo 4 – As Reformas Contemporâneas	27
4.1. Guerra Peninsular (1807-1815).....	28
4.1.1. Primeira e Segunda Invasão Francesa.....	28

4.1.2. Terceira Invasão Francesa em 1810	31
4.2. Revolução de 1820	37
4.3. As lutas liberais (1828-1834)	38
4.4. Revolta de Torres Novas (Cerco a Almeida de 1844).....	42
4.5. A Regeneração	45
4.6. As últimas reformas da Monarquia	46
4.7. As reformas da 1ª República Portuguesa (1911 e 1921).....	47
4.8. As reformas da Ditadura Militar (1926 e 1927).....	47
Conclusões e Recomendações.....	50
Introdução.....	50
Cumprimento dos Objetivos.....	50
Resposta às Questões Derivadas	50
Resposta à Questão de Partida	53
Limitações da Investigação	55
Propostas para Investigações Futuras.....	55
Fontes e Bibliografia	56
Documentos do AHM	56
Tratados e Legislação.....	58
Publicações.....	61
Sites	65
Apêndices.....	1
Anexos.....	1

Lista de Apêndices

Apêndice A – Gráfico da cronologia das Guarnições da Praça de Almeida.....	2
Apêndice B – Linhas defensivas na Fronteira da Beira de D. Sancho I.....	3
Apêndice C – Orgânica dos RC em 1796.....	4
Apêndice D – Orgânica dos RI e RC em 1814.....	5
Apêndice E – Orgânica Dos BI e RC em 1837	7
Apêndice F – Orgânica dos RC em 1901	9

Lista de Anexos

Anexo A – Vista aérea da Praça de Almeida.....	2
Anexo B – Relevo da Península Ibérica	3
Anexo C – Eixos de Aproximação em Portugal Continental	4
Anexo D – Estampas do Castelo de Almeida.....	5
Anexo E – Mapa espanhol de Portugal na sua fronteira entre os rios Douro e Tejo em 1641	7
Anexo F – Decreto de 24 de dezembro de 1732: Criação da Academia Militar de Almeida e de Elvas	8
Anexo G – Situação da Praça perante o inimigo (1762)	10
Anexo H – Estado da Praça (1762)	11
Anexo I - Constituição e Missões das Baterias sitiantes no Cerco de 1810.....	15
Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921	16

Índice de Ilustrações

Ilustração 1 – Quadro resumo da Guarnição da Praça de Almeida no cerco de 1762.....	22
Ilustração 2 – Quadro resumo de mortos e feridos durante o cerco de 1762 dos sitiados.....	26
Ilustração 3 – Quadro resumo dos efetivos do Exército Português decretado em 30 de junho de 1796.....	27
Ilustração 4 – Quadro resumo dos comandos das fortificações fronteiriças em 1805.....	28
Ilustração 5 – Esquema da composição da guarnição da Praça de Almeida no cerco de 1810.....	31
Ilustração 6 – Quadro resumo dos comandos das fortificações fronteiriças em 1812.....	36
Ilustração 7 - Quadro resumo da localização das forças legalistas em 18 de março de 1844.....	43
Ilustração 8 – Gráfico da cronologia das Guarnições da Praça de Almeida.....	2
Ilustração 9 – Ilustração das fortificações das linhas defensivas, na Fronteira da Beira de D. Sancho I (Google Earth).....	3
Ilustração 10 – Quadro resumo da constituição dos RC em 1796.....	4
Ilustração 11 – Quadro resumo da constituição dos RI em 1814 em tempo de paz.....	5
Ilustração 12 – Quadro resumo da constituição dos RC em 1814 em tempo de paz.....	6
Ilustração 13 – Quadro resumo da composição dos BI em 1837.....	7

Ilustração 14 – Quadro resumo da composição dos RC em 1837	8
Ilustração 15 – Quadro resumo da composição dos RC em 1901	9
Ilustração 16 – Fotografia da vista aérea da Praça de Almeida.....	2
Ilustração 17 – Esboço do relevo da Península Ibérica	3
Ilustração 18 – Esboço dos Eixos de Aproximação em Portugal	4
Ilustração 19 – Estampa do Castelo de Almeida visto de Sul	5
Ilustração 20 – Estampa do Castelo de Almeida visto de Nordeste.....	6
Ilustração 21 – Mapa espanhol de Portugal na sua fronteira entre os rios Douro e Tejo em 1671	7
Ilustração 22 – Decreto de 24 de dezembro de 1732: Criação da Academia Militar de Almeida e Elvas (p.1)	8
Ilustração 23 – Decreto de 24 de dezembro de 1732: Criação da Academia Militar de Almeida e Elvas (p.2)	9
Ilustração 24 – Documento da Situação da Praça perante o inimigo (1762).....	10
Ilustração 25 – Documento da localização das sentinelas durante o cerco de 1762.....	11
Ilustração 26 – Documento dos destacamentos da Guarnição de Almeida e localização das peças e munições de Artilharia durante o cerco de 1762 (p.1)	12
Ilustração 27 – Documento dos destacamentos da Guarnição de Almeida e localização das peças e munições de Artilharia durante o cerco de 1762 (p.2)	13
Ilustração 28 – Documento dos destacamentos da Guarnição de Almeida e localização das peças e munições de Artilharia durante o cerco de 1762 (p.3).....	14
Ilustração 29 - Tabela resumo da Constituição e Missões das Baterias sitiantes no Cerco de 1810.....	15
Ilustração 30 – Esboço do 1º Dispositivo do Exército (1643).....	16
Ilustração 31 – Esboço do 2º Dispositivo do Exército (1668).....	17

Ilustração 32 – Esboço do 3º Dispositivo do Exército (1707).....	18
Ilustração 33 – Esboço do 4º Dispositivo do Exército (1762).....	19
Ilustração 34 – Esboço do 5º Dispositivo do Exército (1806).....	20
Ilustração 35 – Esboço do 6º Dispositivo do Exército (1808).....	21
Ilustração 36 – Esboço do 7º Dispositivo do Exército (1815).....	22
Ilustração 37 – Esboço do 8º Dispositivo do Exército (1816).....	23
Ilustração 38 – Esboço do 9º Dispositivo do Exército (1831).....	24
Ilustração 39 – Esboço do 10º Dispositivo do Exército (1834).....	25
Ilustração 40 – Esboço do 11º Dispositivo do Exército (1835).....	26
Ilustração 41 – Esboço do 12º Dispositivo do Exército (1837).....	27
Ilustração 42 – Esboço do 13º Dispositivo do Exército (1840).....	28
Ilustração 43 – Esboço do 14º Dispositivo do Exército (1849).....	29
Ilustração 44 – Esboço do 15º Dispositivo do Exército (1863).....	30
Ilustração 45 – Esboço do 16º Dispositivo do Exército (1888).....	31
Ilustração 46 – Esboço do 17º Dispositivo do Exército (1899).....	32
Ilustração 47 – Esboço do 18º Dispositivo do Exército (1901).....	33
Ilustração 48 – Esboço do 19º Dispositivo do Exército (1911).....	34
Ilustração 49 – Esboço do 20º Dispositivo do Exército (1921).....	35

Lista de Siglas, Acrónimos e Abreviaturas

AHM	Arquivo H istórico M ilitar
CEAMA	Centro de Estudos da A rquitectura M ilitar de Almeida
Cfr.	Conferir em
GNR	G uarda Nacional R epublicana
Ibidem	Mesma obra e mesma página
Idem	Mesma obra mas página diferente
MDN	Ministério da D efesa Nacional
O.D. “x”	Ordem do D ia n.º “x”
O.E. “x”	Ordem do E xército N.º. “x”
P	Página
PP	Páginas
QD	P ergunta D erivada
RA “x”	R egimento de A rtilharia N.º. “x”
RC “x”	R egimento de C avalaria N.º. “x”
RCL	R egimento de C avalaria L igeira
RI “x”	R egimento de I nfantaria N.º. “x”
S.	S ão
Sr.	S enhor
Sra.	S ra.
Sto.	S anto
TIA	T rabalho de I vestigação A plicada
UNESCO	U nited N ations E ducational, S cientific and C ultural O rganization
Vol.	V olume
ZOT	Z ona de O perações T errestre

Resumo

O presente trabalho é subordinado ao tema: “As Unidades Militares da Praça de Almeida entre 1642 e 1927: A Defesa Territorial na Fronteira da Beira”.

A Praça de Almeida teve, desde a criação de Portugal, responsabilidades na Defesa Territorial do País, sendo alvo de disputas e confrontos em diversos episódios, cada um deles ilustrando a importância da Praça e como a sua capitulação podia alterar o desenrolar dos acontecimentos a nível nacional.

Analisou-se o papel de Almeida na Defesa Territorial na Fronteira da Beira a partir da tipologia, orgânica e emprego operacional das forças que guarneciam a Praça desde a criação do Exército Permanente no século XVII.

Incidu-se especialmente nos períodos em que Almeida esteve empenhada contra exércitos invasores, nomeadamente na Guerra da Restauração, Guerra Fantástica e Guerra Peninsular. Incidiu-se também nos confrontos durante as Lutas Liberais e na Revolta de Torres Novas em 1844, que culminou num cerco a Almeida de mês e meio.

Partindo das principais reorganizações militares viu-se como estas se refletiram na Praça e como as missões das suas guarnições se adaptaram ao longo dos tempos à Defesa Territorial do País.

Concluiu-se neste trabalho o porquê de a Praça de Almeida ter perdido o seu valor militar e a forma como isso aconteceu.

Palavras-Chave: DEFESA TERRITORIAL, EMPREGO OPERACIONAL, PRAÇA DE ALMEIDA, REORGANIZAÇÕES MILITARES, TIPOLOGIA DE FORÇAS.

Abstract

This work is relative to the theme: "The Military Units of the Plaza of Almeida between 1642 and 1927: The Territorial Defense in the Beira Frontier".

Since the rising of Portugal that the Plaza of Almeida had responsibilities in the Territorial Defense of the country, being the target of disputes and clashes in several episodes, each one illustrating the importance of the Square and the consequences of its capitulation in the course of events nationwide.

The role of Almeida in the Territorial Defense of Beira's Frontier was analyzed by the type, size and operational employment of forces that lined the Square since its creation on the first standing army in the seventeenth century.

The investigation is focused especially in periods when Almeida was committed against invading armies, particularly in the Restoration War, Fantastic War and Peninsular War. It's also focused on the Liberals Fights and the Revolt of Torres Novas in 1844, which culminated in a month and a half siege of Almeida.

Starting from the main military reorganizations we saw how these were reflected in the Square and how their trim's missions have adapted to the Territorial Defense of the Country.

In this study we concluded why the Plaza de Almeida has lost its military value and how it happened.

Keywords: MILITARY REORGANIZATIONS, OPERATIONAL EMPLOYMENT, PLAZA OF ALMEIDA, TYPE OF FORCES, TERRITORIAL DEFENSE.

Epígrafe

“A profissão entre todas nobre, foi, é e há de ser sempre a militar porque nela se envolve tudo que exige a anulação do interesse individual perante o da colectividade”

Mouzinho de Albuquerque
Patrono da Arma de Cavalaria

Introdução

Enquadramento e justificação do tema

A identificação das unidades militares, a caracterização da tipologia de forças que estiveram sediadas em Almeida e as suas missões no âmbito da defesa territorial, no período em que esta praça teve função militar (1642-1926), constituem o objeto de estudo deste trabalho. O tipo de forças militares que estiveram aquarteladas em Almeida e as operações em que intervieram durante os principais conflitos registados no período em estudo, revelam como o dispositivo de defesa territorial português atribuiu mais ou menos importância à Praça de Almeida no âmbito da defesa territorial.

Apesar de existirem diversos trabalhos sobre as fortificações e sobre a história militar de Almeida, julgamos pertinente e útil a realização de um estudo que possa integrar e analisar em conjunto, diversas contribuições da história militar, para permitir relacionar a tipologia de forças (de Infantaria, de Cavalaria e de Artilharia) que estiveram presentes na Praça ao longo do período em estudo, com as missões que desempenharam as suas guarnições em situações de conflito e como assim é possível caracterizar a função militar da Praça de Almeida, essencialmente no âmbito da defesa territorial.

Delimitação do estudo e objetivos da investigação

A metodologia seguida tem como referência o método de investigação histórica baseado numa abordagem diacrónica, analisando a importância da Praça de Almeida no âmbito da Defesa Territorial, conjugada com a investigação numa lógica sincrónica, identificando as variáveis atuantes, através da análise de conteúdo de fontes primárias manuscritas e impressas e outras fontes textuais e iconográficas; complementada com uma investigação comparativa, considerando a necessidade de enquadrar o caso de Almeida na atividade militar portuguesa ao longo do período em estudo. Assim, propõe-

se um modelo teórico de análise assente nas relações conceptuais entre os seguintes parâmetros, considerados necessários para análise do objeto de estudo:

- Almeida e as principais reorganizações militares portuguesas;
- Tipologia das forças que constituíram a guarnição de Almeida;
- As missões desempenhadas pelas guarnições militares de Almeida.

Este modelo teórico de análise é baseado nas relações conceptuais entre os seguintes referenciais: Evolução da presença militar em Almeida, Tipologia de forças e as Missões desempenhadas pela guarnição militar nos principais conflitos, cujas relações biunívocas em torno do mesmo objeto permitem criar um modelo teórico de análise, que possibilite a elaboração de um modelo explicativo conceptual, sobre a importância militar de Almeida.

Questão central e derivadas

Na nossa investigação procurámos responder à seguinte questão central: **“Quais foram as unidades militares existentes em Almeida desde o século XVII até ao século XX e como a sua tipologia e missão, traduziram a evolução do conceito de Defesa Territorial?”**.

O alargado período de tempo da nossa investigação permite-nos fazer uma abordagem diacrónica e dedutiva, incidindo nas grandes reformas do exército português e nos conflitos em que Almeida teve protagonismo. Neste raciocínio surgiram-nos as seguintes questões derivadas (QD):

QD1 - Com a criação do primeiro dispositivo militar permanente, quais foram as unidades sediadas em Almeida e o seu papel na guerra da Restauração (1640-1668)?

QD2 - De que modo as novas Ordenanças de D. João V se refletiram em Almeida?

QD3 - Qual foi o dispositivo militar implementado em Almeida com a reforma do Conde De Lippe e de que modo foi empregue durante a Guerra dos Sete Anos?

QD4 - Qual a tipologia de forças da guarnição de Almeida durante as invasões francesas (1807-1810)?

QD5 - Que tipo de missões realizaram as unidades de Almeida durante o século XIX?

QD6 - Qual foi o dispositivo militar existente em Almeida no século XX até ao final da presença militar?

Estrutura do trabalho

O Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) foi organizado em 4 capítulos, estando eles dispostos cronologicamente, à exceção do 1º que não está restringido ao espaço temporal.

O primeiro capítulo enquadra a Praça de Almeida dentro do Eixo da Beira Alta, caracterizando as suas atribuições e possibilidades. Refere também os primórdios do Castelo de Almeida até 1642. O segundo capítulo é referente à criação do 1º dispositivo militar permanente no âmbito da Guerra da Restauração da Independência. A criação deste dispositivo trouxe a Almeida a sua 1ª unidade também de cariz permanente. O terceiro capítulo está dedicado às reformas do conde de Lippe e de Beresford, estando subdividido nos períodos da Guerra Fantástica e da Guerra Peninsular. O quarto capítulo subordina-se às reformas contemporâneas, referindo as lutas liberais e reformas posteriores até 1927, ano em que acabou a atividade militar em Almeida.

Ao longo do trabalho são numerados os vários Dispositivos do Exército de acordo com a classificação feita por José Dias de CARVALHO em 1993 na obra *Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993*.

Capítulo 1

Antecedentes – A Localização de Almeida e a Defesa Territorial

O território de Portugal continental pode-se resumir, na sua forma, a um retângulo de 200 por 550 Km localizado no Sudoeste da Península Ibérica. Como consequência da sua pequena largura, existe a vulnerabilidade de uma ameaça conseguir rapidamente efetuar uma invasão para qualquer ponto do País. Partindo da análise do terreno e dos próprios acontecimentos ocorridos na nossa génese, identificam-se como principais objetivos estratégicos a conquista de Lisboa, do Porto e o controlo da região de Tomar e Abrantes, sendo esta última identificada nos *Elementos para a Defesa de Zona de Operações Terrestre de Portugal* como “*objetivo-área de expectativa estratégica*” (Santos, 1982, p.7). A região de Abrantes pode ser usada na nossa posse como base de projeção de forças para os eixos de aproximação ou, na posse do inimigo, para isolar o Norte do Sul e avançar sobre Lisboa. O eixo onde se insere Almeida¹, o eixo da Beira-Alta, tem a particularidade de se poder prolongar sobre Lisboa ou sobre o Porto, passando em ambos os casos pela região de Viseu. Este eixo tem também a particularidade de cortar comunicações entre o Norte e o Sul, como aconteceu na campanha de 1762. Este eixo caracteriza-se por uma difícil progressão derivada do relevo acentuado, mas que confere ao atacante uma natural segurança de flanco. Ao mesmo tempo confere ao defensor a possibilidade de organizar defesas sucessivas porque apresenta uma grande extensão até aos seus objetivos finais, particularmente Lisboa. É um eixo natural para forças provenientes de Castela-A-Velha, sendo de uma zona de passagem entre a Europa nuclear e o território português (idem, p.19).

A localização fronteiriça de Almeida representa o fecho do Eixo de Aproximação a norte do Mondego que conduz às cidades de Viseu e Coimbra, e daí para Lisboa ou Porto (Barrento, 2006, p.13).

¹ Cfr. Anexo C

Já os romanos utilizavam este eixo, não propriamente em termos militares, mas para fins comerciais, havendo estradas nomeadamente a fazer a ligação entre *Conimbriga* e *Salmantica* (Salamanca), passando pela *Miróbriga* (Ciudad Rodrigo), *Opidana* (Guarda) e *Cattacobra* (Almeida) (Rodrigues, 2010, pp.46-48).

A praça de Almeida encontra-se num largo outeiro, no planalto das Mesas, situado a 2,5km da margem direita do rio Côa, 7km da fronteira com Espanha e a 53km a nordeste da cidade da Guarda. Nas redondezas têm aparecido moedas romanas, árabes e visigodas, bem como canos de barro, mosaicos, tijolos, etc. A conjugação destes achados com a análise da sua composição e com a sua localização geográfica leva a concluir ao General João de Almeida que aí se encontraria “porventura” um *oppidum*² no ano de 61 a.C., ano em que esta zona da Lusitânia foi ocupada pelos romanos. Face às características excepcionais do terreno envolvente, teriam adaptado a cidade para a vertente militar construindo nela uma fortaleza e operando nela um centro político e administrativo das povoações envolventes. Depois dos romanos, os alanos tiveram um grande cuidado em conservar a fortificação para fazer face aos visigodos. Sequentemente, os árabes tiveram em Almeida um grande centro de produção agrícola e pecuária, chegando a instalar uma importante sede política e administrativa. Posteriormente Almeida foi conquistada aos mouros por Fernando Magno, Rei de Leão, sendo reconquistada pelos mouros em 1201 e novamente, em 1211 por Sancho I, ainda no reinado de seu pai, tendo por ele sido mandado restaurar e ampliar as muralhas (Almeida, 1945, pp.152-157).

Segundo João de Almeida o nome de Almeida nasceu com os mouros, podendo ter duas origens: sendo derivação de al-Mêda (analogia com mesa, por causa de estar no planalto das mesas) ou sendo derivação de Talmeida ou Almeidan, que era o campo onde se faziam corridas de cavalos, que ainda hoje são tradicionais nas feiras em Almeida (ibidem). Vilhena de Carvalho também atribuiu o atual nome aos mouros, devido ao prefixo “al”. Apesar de não haver “*pesquisas arqueológicas sérias*” que comprovem com exatidão a altura em que se deu início à construção do Castelo, Vilhena de Carvalho defende que já na época dos mouros haveria lá um castelo, que depois foi renovado por D. Dinis e D. Manuel I (V. Carvalho, 2006, p.17).

Almeida, que se encontra num aglomerado de fortificações na região de Ribacôa, teve desde cedo ascendência sobre todas as outras porque conjugava em si características

² “Um *oppidum* (pl: *oppida*) era o termo em latim para a principal povoação em qualquer área administrativa do Império Romano.” (Disponível em <http://www.dicionario.babylon.com/oppidum/>, no dia 19 de março de 2014, às 21h28m.

de uma povoação medieval com dispositivos complexos de fortificação moderna. O seu terreno conferia-lhe condições para congregar uma vertente urbanística e ao mesmo tempo uma forte propensão para a vertente militar (Conceição, 2002, p.13).

Alvo de intermináveis guerras entre Portugal e Leão, Almeida acabou por ficar quase destruída e despovoada. À data, Almeida ainda não se encontrava na localização atual, estava a cerca de 900 metros das atuais muralhas num local chamado de Pedregais/Enchido da Sarça. Em 1296, quando D. Dinis reconquistou toda a margem direita do Côa a Leão, ao deparar-se com a situação da Praça decidiu mudá-la para a atual localização, local com melhores características defensivas. Nela mandou construir um castelo com uma pequena cerca de muralhas e deu um foral à Praça prevendo grandes privilégios para os seus habitantes (Almeida, 1945, p.160). A Praça de Almeida foi declarada em 1297 (juntamente com os Castelos de Alfaiates, Castelo Bom, Castelo Melhor, Castelo Mendo, Castelo Rodrigo, Pinhel, Sabugal, Vilar Maior e São Félix de Galegos) como pertencente ao Reino de Portugal através Tratado de Alcanizes, celebrado entre D. Dinis e Fernando IV de João e Castela (Carita, 2011, p.266).

Almeida foi conquistada por Henrique II de Castela em 1372 numa invasão que chegou a Viseu. Foi graças ao Papa Gregório XI que se negociou a paz entre Henrique II de Castela e D. Fernando, dando assim término a uma série de hostilidades. O acordo de paz assinado em 24 de março de 1373 previa que o monarca castelhano retivesse reféns várias localidades durante três anos, entre elas Almeida, voltando estas à posse de D. Fernando em 1376. Em 1381 houve nova invasão, desta vez por D. João I de Castela, sucessor de Henrique II, que marchou em direção a Trancoso. Em 1382, com a assinatura de tratado de paz, Almeida e Miranda retornam a Portugal. Aquando da aclamação de D. João I de Portugal, Mestre de Avis, muitas foram as fortalezas que apoiaram a causa castelhana, entre elas Almeida³, tendo o alcaide⁴ do Castelo de Almeida prestado homenagem a D. João de Castela que se encontrava na cidade da Guarda. Após a batalha de Aljubarrota, D. João I começou a reconquista dos castelos que continuavam a favor de Castela, entre eles Ciudad Rodrigo. Almeida acaba por ser tomada a 8 de junho de 1386 (V. Carvalho, 2006, pp.25-26).

D. Manuel I demonstrou muito interesse pelo castelo de Almeida, sendo responsável por grandes melhoramentos e reconstrução de partes danificadas. Em 1508

³ Fonte: Fernão Lopes, *Crónica de D. João I*, Cap. LXVIII, pp. 133 e 134 in V. Carvalho, 2006, p.26).

⁴ Alcaide é governador de cidade ou vila com castelo e/ou fortificação (Disponível em <http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/alcaide>, no dia 18 de março de 2014, às 01h08m).

nomeou Matheus Fernandes, mestre-de-obras do mosteiro da Batalha e homem de sua confiança para verificar essas mesmas obras. Estes melhoramentos foram suportados por um imposto de cem reais por pessoa na comarca, e não pelos cofres reais. D. Manuel I encarrega um escudeiro seu de organizar todas as plantas das fortificações de Portugal, entre elas Almeida. É graças a isso que hoje se pode ter uma noção de como seria o castelo na altura, como se pode ver no livro de Duarte Darmas com o título de Livro das Fortalezas, onde aparecem duas estampas⁵ de um imponente castelo (Almeida, 1945, p.155).

A fortificação abaluartada de Almeida seguiu o modelo denominado de “traça italiana” (ou sistema de Vauban) que se generalizou pela Europa em meados do século XVI. Surge como consequência sobretudo do desenvolvimento das armas pirobalísticas⁶. Conferia ainda a vantagem de repelir mais eficazmente a infantaria inimiga. Este efeito consegue-se privilegiando a profundidade de terreno com os baluartes em detrimento da altura das muralhas, sendo estas construções em frente às muralhas dominando os fossos. As muralhas sofreram também alterações, começaram a ser muito mais grossas, chegando a atingir 4 metros e construídas com pedra ou tijolos preenchidas por terra e pedras. O ângulo passou de reto a oblíquo para combater os efeitos dos projeteis de artilharia e os ângulos formados entre os baluartes e as muralhas principais destinavam-se a suprimir ângulos mortos e fachadas muito extensas onde se pudesse concentrar fogo de artilharia. O sistema de Almeida é constituído por 6 baluartes intercalados por 6 cortinas e cada uma delas protegida por um revelim. As cortinas são panos de muralha e os revelins são construções triangulares posicionados em frente às cortinas para as proteger do fogo de artilharia e entre eles há normalmente um fosso. O perímetro da construção que hoje conhecemos já estava definido em 1643, tendo sido efetuados melhoramentos até ao final do século XVIII e acrescentadas baterias durante a reorganização do Conde de Lippe (Afonso, 2011, pp.21-22)

Num relatório (AHM, 3/9/27/A9) realizado por uma Subcomissão nomeada na Ordem do Exército (O.E.) 31 de 16 de setembro de 1893 foi feito um parecer quanto ao estado geral da Praça e quanto à sua importância militar, tendo como conclusão que esta não tem qualquer importância militar. Apesar do estado geral da Praça ser razoável, para tornar a Praça defensável era necessário efetuar obras no exterior e em locais de alturas

⁵ Cfr. Anexo D – Estampas do Castelo de Almeida.

⁶ Armas em que a projeção do projétil se deve à explosão de pólvora, como tal adquiriam muito maior velocidade tendo por isso maiores efeitos nos derrubes das muralhas.

dominantes para que o inimigo não se conseguisse concentrar em terreno coberto. Contudo, a comissão considera que estas obras, bem como a própria Praça, não teriam nunca uma real expressão para a Defesa do País. Isto por causa dos reduzidos efetivos de regulares e da configuração geográfica do território, que tem uma imensa fronteira relativamente à sua profundidade, *“uma defeza enérgica e systematica em tão extensa linha seria evidentemente irrealisavel”* (Idem, p.15). A missão da defesa da fronteira deveria ser retardar o inimigo apenas durante o tempo indispensável para que se mobilizassem e concentrassem forças nos principais objetivos do País. Deveriam fazê-lo usando discretamente as fortificações, ocupando sobretudo posições não muito avançadas para disputar as vias de comunicação para o interior do País, principalmente as vias férreas, constituindo desta forma núcleos de resistência que o inimigo teria que vencer para ir avançando. Almeida não reunia nenhum destes requisitos:

- A. Localiza-se a 6km da fronteira;
- B. Localiza-se a 13km do Caminho de Ferro da Beira-Alta;
- C. Encontra-se isolada a Este do Rio Côa, cujas margens de acentuado relevo dificultam a passagem;
- D. Encontra-se numa vasto planalto, tendo o inimigo a possibilidade de contornar abrigado dos fogos;
- E. Não domina as principais vias de comunicação;
- F. Não tem capacidade para servir de Base de Operações devido à difícil transposição do Rio Côa;
- G. Das seis pontes sobre o rio Côa, Almeida apenas controlava uma, que era facilmente inutilizada se houvesse tal intenção.

Para a comissão, a zona ideal na respetiva parte da fronteira para executar esta missão seria a zona da Guarda-Celorico, que ao invés de Almeida:

- A. Estava assente num elevado contraforte da Serra da Estrela, tendo por isso um extenso domínio sobre a campanha;
- B. Controlava as linhas férreas da Beira-Alta e Beira-Baixa;
- C. Controlava o cruzamento de um grande número de estradas para o interior do País;
- D. Controlava o ponto de passagem obrigatório para o Vale do Mondego;
- E. Numa invasão pela Beira-Baixa tinha a possibilidade de atacar o inimigo de flanco;

F. Conseguia-se facilmente apoiar as forças que guarnecessem Castelo Branco.

O relatório cinge-se às Praças da 2ª Divisão Militar⁷, estando dividido em duas partes, a primeira com as fortificações e castelos da Beira-Alta, tendo como referência a Praça de 1ª Ordem de Almeida, e a segunda parte referente às fortificações da Figueirada-Foz.

Numa parte introdutória, este documento faz alusão à fortificação levada a cabo por D. Sancho I na região entre o Douro e o Tejo conseqüente da constante procura de ambos os reinos de segurarem os terrenos conquistados e de proteger as populações que aí iam crescendo. Foram construídas fortificações segundo três linhas defensivas⁸:

A. 1ª Linha:

Numão, Longroiva, Marialva, Trancoso, Celorico, Linhares, Gouveia e Covilhã.

B. 2ª Linha:

Pinhel, Penamacor e Sortelha.

C. 3ª Linha (fronteiriça e na margem direita do Rio Côa):

Castelo Rodrigo, Castelo Melhor, Almeida, Castelo Bom, Vilar Maior, Sabugal e Alfaiates.

O mesmo documento referencia os 8 edifícios da Praça de Almeida que escaparam à explosão de 1810 na Invasão de Massena, descrevendo de seguida considerações acerca do estado dos mesmos:

A. Edifício da Principal – Era o edifício em melhor estado de conservação, estava entregue à câmara municipal e funcionava como prisão civil. Era constituído por uma caserna de 23mX5m, duas casas de 8mX4m, uma prisão de 11mX5m e duas latrinas;

B. Casa da Vedoria – Antiga casa de residência do Governador da Praça, dela apenas restavam as paredes em adiantado estado de ruína;

C. Hospital Militar – Edifício de dois andares. No primeiro tinha uma enfermaria de 18mX6m, dois pequenos quartos e uma farmácia. No segundo piso tinha duas enfermarias de 22mX6m, uma latrina e uma divisão de arrumação. Tinha ainda uma cozinha em anexo. O edifício foi considerado inabitável, que, apesar

⁷ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

⁸ Cfr. Apêndice B – Linhas defensivas na Fronteira da Beira de D. Sancho I.

de ter as paredes em bom estado de conservação, as vigas e a cobertura estavam em avançado estado de ruína;

- D. Quartel de Cavalaria de Santa Bárbara – Edifício onde estava alojado o 2º Batalhão do RI 24, tinha no primeiro piso quatro grandes cavaleriças com capacidade para 50 cavalos cada uma. No segundo piso encontravam-se as casernas para os Soldados, em sofrível estado de conservação;
- E. Edifício do Antigo Assento – Este edifício era contíguo ao Quartel da Infantaria, era constituído por cinco casas que tinham sido anteriormente usadas para armazenagem de géneros, uma casa com 3 fornos, uma casa para distribuição de pão, uma secretaria e um telheiro para lenha. O edifício estava em razoável estado de conservação.
- F. Quartel de Infantaria do Terreiro do Poço – Edifício de dois pisos, com 50 casernas de 5 homens no primeiro piso e 42 casernas de igual tamanho no segundo, todos com portas independentes para o exterior do edifício. Achava-se muito bem conservado e servia de quartel para o Destacamento de Artilharia (este edifício ainda hoje se encontra em bom estado de conservação⁹);
- G. Quartel de Cavalaria da Forja – Edifício também de dois pisos, no primeiro tinha duas cavaleriças e no piso superior tinha duas casernas. Do edifício apenas restavam as paredes e um anexo que tinha servido de forja;
- H. Quartel de Cavalaria e Veterinária – Do edifício apenas existiam as paredes.

O relatório tem considerações dos papéis desempenhados pela Praça, nomeadamente no período da Restauração, ao cerco de 1762, cerco de 1810 e ao cerco de 1844. Nos dois períodos mais notáveis da Praça, 1762 e 1810, o inimigo não esperou a capitulação de Almeida para transpor o Rio Côa. Em 1810 já não se justificaria o cerco à Praça considerando o sistema de guerra da época¹⁰. Essa obstinação de Massena poderia ser consequência das discórdias que tinha com os seus comandantes. Em 1762 ainda se justificaria essa opção, uma vez que o sistema de guerra se baseava na conquista e defesa de Praças de Guerra.

⁹ Consideração feita por observação direta.

¹⁰ Após a Revolução Francesa, o conceito de “Nação em Armas” veio a alterar o modo de conduzir a guerra. Os exércitos tornaram-se muito mais numerosos e bem armados, o que obviamente alterou as técnicas e as táticas. Almeida perde expressão na Defesa Territorial por dois motivos: a capacidade de sobrevivência de Almeida contra exércitos de massas tornara-se muito diminuta, quer pela diferença de efetivos, quer pela sua localização isolada; além disso, se o inimigo contornar a Praça e seguir em direção ao próximo objetivo, a guarnição de Almeida não representaria um perigo real para as suas vias de comunicação ou para a retaguarda da força.

Como tal, a Subcomissão propõe a desclassificação da Praça, conservando apenas as muralhas para recordação abrindo-lhe amplas passagens para mais fácil acesso à Vila e para que perdesse o pouco carácter defensável que tivesse. A única passagem aberta foi já no ano de 1980 no Baluarte de São João de Deus. A Subcomissão propõe também que lá existisse uma guarnição de Cavalaria pelos seguintes motivos:

- A. Não existia cavalaria desde Bragança até Castelo Branco;
- B. Poderia efetuar Operações de Reconhecimento/Exploração ao longo da fronteira;
- C. Ocuparia uma posição central relativamente à fronteira;
- D. A vasta planície era propícia à realização de exercícios e para fornecer forragens aos solípedes;
- E. Seria uma mudança com poucos encargos monetários, pois, desclassificada a Praça, o Destacamento de Artilharia desapareceria por não ter razão de existência, desocupando assim o Quartel do Poço. O Batalhão de Infantaria passaria para este Quartel e o novo Regimento de Cavalaria dividir-se-ia entre o Quartel de Santa Bárbara/Casa do Assento e Quartel de Cavalaria da Forja, tendo este último que ser reconstruído. Propôs-se ainda que sendo o Edifício da Principal o mais elegante e em melhores condições, a prisão passaria para outra casa mais modesta e que nesse edifício se sediasse a secretaria do regimento, uma vez que a casa do assento tinha poucas condições.

Salienta-se a consciência da perda de valor militar desde 1810. Esta perda é consequência da evolução dos objetivos de uma invasão e a influência que uma praça fronteira pode ter na mesma. Devido à modernização da Artilharia é difícil tornar uma praça defensável e o potencial que a própria praça encerra não é suficiente para influenciar as operações na retaguarda de um grande exército. Com estas condições e por Almeida se encontrar isolada, deixa de ser possível que a sua guarnição influencie o desenrolar de uma guerra/invasão.

Capítulo 2

Almeida no Primeiro Dispositivo Militar Permanente

2.1. A Guerra da Restauração (1641-1668)

Em 1640, no final do período do domínio Filipino, as fortificações fronteiriças encontravam-se degradadas porque durante a Dinastia Filipina tinha sido proibida a reparação das fortalezas fronteiriças com o intuito de evitar a restauração da independência portuguesa (V. Carvalho, 1988 a, p.129).

A defesa contra Espanha tornou-se uma preocupação crítica com a restauração da independência¹¹. Foi criado o Conselho de Guerra¹². No dia 28 de janeiro de 1641 foram nomeados governadores de armas¹³ do Alentejo, Algarve, Trás-os-Montes, entre Douro e Minho, Estremadura e Beira – General D. Álvaro de Abranches de Câmara¹⁴. Foram também restauradas as antigas ordenanças de D. Sebastião de 1570¹⁵ alistando todos os homens válidos entre os 16 e 60 anos com exceção dos fidalgos e de quem tinha cavalos ou armas. Os soldados deveriam ser sorteados para ficarem nas companhias de ordenanças ou nas tropas auxiliares (milícias), mas o capitão-mor, chefe local da ordenança, tinha o direito de escolher os soldados. (D. Carvalho, 1993, pp.9-12). *“Esta profissão (capitão-mor) dava tamanho poder, tanta utilidade, que, apesar de gratuita, era ardentemente requestada. Á influência do capitão-mor apenas só a do padre levava vantagem. Era um pequeno rei em cada terra”* (Martins in D. Carvalho, 1993, p.12).

Assim surgiu o 1º Exército Português permanente, dividido em três escalões:

¹¹ Cfr. Anexo E – Mapa espanhol de Portugal na sua fronteira entre os rios Douro e Tejo em 1641.

¹² Por decreto de 11 de dezembro de 1640.

¹³ As províncias eram divididas em comarcas, e por sua vez em capitánias-mores, sendo estas comandadas por um capitão-mor assistido por um sargento-mor e um ajudante (V. CARVALHO, 1988 a, p.130).

¹⁴ General de reconhecido mérito, responsável pela ocupação do castelo de S. Jorge aquando a aclamação de D. João IV. Este ao chegar à Beira, definiu que Almeida seria o seu quartel-general e *“determinou que fosse guarnecida eficazmente”* (Ibidem).

¹⁵ Ordenanças Sebásticas: por decreto de 10 de dezembro de 1570 o Reino foi dividido em distritos de recrutamento. Foram criadas as Companhias de Ordenanças, constituídas por 250, divididos por 10 esquadras equitativas (Selvagem, 1931, p325).

A. Exército de Linha:

Os oficiais eram recrutados na nobreza e nomeados pelo rei. Os soldados eram recrutados a partir das listas de ordenanças, que eram constituídas por todos os segundos filhos de famílias de todas as classes.

Este escalão destinava-se à defesa de fronteiras e ao guarnecimento das praças-fortes. Estava organizado em terços de Infantaria¹⁶, comandados por Mestre-de-Campo (Coronel), coadjuvado por 1 Sargento-Mor e 2 Ajudantes de Sargento-Mor. Os Terços eram constituídos por 2000 homens, divididos por 10 companhias comandadas por Capitães. Metade destes homens eram piqueiros e a outra metade eram arcabuzeiros. Na Cavalaria, as companhias eram compostas por 100 homens, podendo estes ser lanceiros ou mosqueteiros, conforme o equipamento disponível (Selvagem, 1931, p.386).

B. Tropas Auxiliares:

Eram compostas pelos filhos únicos de viúvas, lavradores e homens casados de boa idade, portanto homens cujas famílias/cultivos eram dependentes. Destinavam-se a auxiliar o exército de linha se necessário. Eram constituídas por 25 terços auxiliares das províncias, 5 de Lisboa e 10 companhias de 60 homens cada.

C. Ordenanças:

Eram constituídas pelos restantes homens válidos. Eram constituídas por companhias de ordenanças de 24 homens enquadradas por um oficial. (D. Carvalho, 1993, pp.12-14).

Na implantação do 1º Dispositivo Militar Permanente foi criado o Terço de Almeida¹⁷.

D. Álvaro de Abranches, quando estabelece o seu Quartel-General em Almeida, manda fazer “quatro ou cinco redutos, metendo dentro della Igreja, & castello” (Araújo *in* Quinta, 2008, p.134), esta fortificação terá sido apenas a criação de trincheiras com terra e faxinas, como seria normal em fortificações de campanha. Nesta obra seriam empenhados os soldados conjuntamente com a população local, que seriam cerca de 300

¹⁶ Cf. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

¹⁷ Por Decreto de 10 de julho de 1642

habitantes. O seu sucessor, Fernão Teles de Menezes, com a intensificação do conflito, decidiu intensificar a sua robustez e carácter permanente, mandando “*entrincheirar de pedra, & barro*” (Ibidem). Esta última estará relacionada com a preparação da ofensiva que culmina com a conquista do castelo de Guardão. Em 1644, João Salgado de Araújo, escreve na sua obra, *Svcessos militares das armas portvgvesas em fuas fronteiras depois da Real aclamação contra Castella*, que estaria em execução a “fortificação real” a mando de sua Majestade. Esta fortificação era considerada por ele inexpugnável e que muito mais o ficaria quando terminados os 7 redutos que tinham sido ordenados pelo rei (Quinta, 2008, p.135).

A fortificação era considerada condição básica para segurar a posição “reconquistada”, nela foram aplicados os novos princípios da escola holandesa e francesa¹⁸. Neste ano é criado o Conselho de Guerra a fim de definir estratégias de defesa e de organizar o nosso exército. Procurou-se reorganizar o ensino da engenharia militar, que veio a espelhar-se na fortificação intensiva da região da raia, bem como de Lisboa e Porto, sendo o litoral guarnecido com Artilharia de Costa (Conceição, 2002, p.16).

A Praça de Almeida era fortaleza de primeira ordem da Fronteira da Beira e era homóloga à Praça de Ciudad Rodrigo. Apesar de se encontrar degradada, tinha condições para acolher forças com o objetivo de socorrer povoados vizinhos (Saraiva, 1940, p.277). Era constante o assediar de vilas e fortalezas em profundidade a partir da fronteira, quer do lado português quer do espanhol. Povoações inteiras eram destruídas e incendiadas (idem, p.289).

Durante este período tão grande de escaramuças, apenas por duas vezes o inimigo abordou diretamente a Praça: 1646 e 1663. Na primeira vez, era o Governador da Praça o Conde de Serem e o Comandante das forças espanholas o Duque de Alba. A força opositora era constituída por 5.000 infantes e 400 cavalos. A sua aproximação foi pressentida, preparou-se fogo de Artilharia tão intenso e bem dirigido que os obrigou a retirar com grandes perdas (AHM, 3/9/27/A9, p. 12).

Em 1660 há a necessidade de contratar oficiais estrangeiros a fim de reorganizar o exército que estava ainda envolvido na Guerra da Restauração¹⁹. É assim que vem para

¹⁸ Estes princípios são resultantes da divulgação e padronização dos manuais de Jean Errard de Bar-le-Duc (1600), Samuel Marolois (1613), Antoine de Ville (1628), Adam Fritach (1630), conde de Pagan (1645), tendo o seu expoente máximo com Sébastien Le Prestre, mais conhecido como marquês de Vauban. A obra de Vauban aborda relativamente pouco os aspetos técnicos das fortificações, desenvolve sim o aspeto tático, nomeadamente do emprego da artilharia, a organização do exército e da importância dos levantamentos topográficos (Conceição, 2002, p.261).

¹⁹ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

Portugal o conde de Schomberg, com escola de Gustavo Adolfo. Foi estabelecido o primeiro quadro de engenheiros, substituídas as armas de mecha pelas de pederneira, foram distribuídas à cavalaria a pistola e a clavina.

Em 1663 deu-se o segundo ataque à Praça no período da Restauração. No dia 2 de julho deu-se uma grande batalha, da qual saem vencedoras as tropas portuguesas comandadas pelo general de artilharia Diogo Gomes de Figueiredo (V. Carvalho, 2006, p.39).

Este ataque, organizado pelo Duque de Ossuna, foi motivado pela confirmação de que a Praça se encontrava parcialmente desguarnecida. O Duque de Ossuna, apesar de ter encontrado uma grande resistência pela Praça, conseguiu abrir uma brecha e penetrar no baluarte de S. Francisco. Diogo Gomes ao se aperceber do sucedido correu ao baluarte e defrontando ele próprio o Mestre de Campo espanhol, matou-o e atirou o seu cadáver pela muralha. Este feito abateu grandemente o ânimo dos assaltantes que começaram a recuar, acabando por ser flagelados pelo reavivar do fogo de Artilharia e perseguidos pelas nossas forças (AHM, 3/9/27/A9, pp.12-13).

Em 1668, com o Tratado de Lisboa, assinado por Afonso VI de Portugal e Carlos II de Espanha foi posto término à Guerra da Restauração.

2.2. Guerra da Sucessão de Espanha (1702-1714)

Entre 1702 e 1714 a Europa encontra-se novamente em guerra, desta vez pela sucessão do trono de Espanha.

Em 1700 morre Carlos II de Espanha, que como não tinha descendência, deixa a coroa por testamento a Filipe de Bourbon, neto e presumível herdeiro de Luís XIV de França. É então feita uma coligação entre Áustria, Inglaterra, Países Baixos, Suécia, Dinamarca e a maioria dos principados alemães para evitar a junção de tanto poder numa só coroa (V. Carvalho, 1988 a, p.154). Luís XIV tinha como aliados o rei português, o Duque de Saboia e de dois príncipes alemães. Com a coroação de Filipe V em 1701 deflagra a guerra que dura até 1714.

Numa primeira fase, os combates desenrolavam-se no norte de França, mas em 1703 os aliados de Carlos da Áustria decidem levar os combates para Espanha, sendo que a única opção de invasão seria a partir de território português, razão pela qual Inglaterra fica incumbida de conseguir a aliança portuguesa. Esta aliança leva a que Portugal seja invadido por Espanha em Maio de 1704 pela Beira Baixa. Almeida neste período serve

como base das operações da Beira e destaca forças para Portalegre (Quinta, 2008, pp.40-41).

Esta guerra dá o anseio a D. João V de reestruturar a suas forças militares. Acontece então a reorganização militar de 1707, que dá origem às Novas Ordenanças. Ficam as tropas divididas em três escalões:

- A. Exército de primeira linha (o único escalão com alojamento próprio e soldo fixo);
- B. Reserva territorial (ou milícias);
- C. Reserva geral;

Os Terços deram lugar aos Regimentos, cada um constituído por 4 companhias. O exército de 1ª linha era formado por 34 regimentos de infantaria, 20 de cavalaria e 1 de artilharia²⁰, sendo constituído por 12 companhias. As Ordens Sebásticas foram confirmadas por alvará de 18 de outubro de 1709. Foram publicados, por D. João V, em 7 de Maio de 1710, os “42 artigos de guerra”, que era idêntico a um código de justiça militar. Em 24 de dezembro de 1707 D. José I decretou que em cada Regimento de Infantaria houvesse uma companhia cujos oficiais fossem engenheiros de profissão e que fossem criadas as academias militares de Elvas e Almeida²¹, onde se viria a ensinar fortificação, estratégia, tática, topografia à semelhança das academias militares da Corte e de Viana. Foi publicado um regulamento para o Exército com o nome “Regimento base”, que consistia num compêndio de instruções para Regimentos em campanha ou aquartelados, instruções essas que iam desde como deveria ser a cadência em marcha até como deveriam as forças manobrar. (D. Carvalho, 1993, p.16).

No início do século XVII, Almeida encontrava-se numa densa rede de fortalezas dotadas de Artilharia, sendo elas Alfaiates, Castelo Rodrigo, Castelo Bom, Vilar Maior e Castelo Mendo. A Praça de Almeida era a maior e fazia frente à Praça de Ciudad Rodrigo (Branco *in* Botelho, 1948, p.369). Estes dados refletem a importância dada à Defesa Fronteiriça neste período.

²⁰ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

²¹ Cfr. Anexo F – Decreto de 24 de dezembro de 1732: Criação da Academia Militar de Almeida e de Elvas.

2.3. Reorganização de 1715

Na reorganização de 1715 foram criados²² 20 regimentos, sendo 5 em Lisboa, 2 no Minho, 2 em Trás-os-Montes, 2 nas Beiras, 2 no Alentejo e 2 no Algarve (D. Carvalho, 1993, p.16). Esta reorganização visava reduzir o exército ao indispensável para a guarnição das praças da fronteira, passando de 34 regimentos de infantaria de 600 praças para passarem a ser 20 regimentos de 500 praças. Na cavalaria, em vez de 20 regimentos de 480 cavalos passaram a ser 10 de 300 cavalos. Os regimentos de cavalaria passaram a estar divididos em 10 companhias de 30 homens (incluindo oficiais e duas praças desmontadas que eram reservas para quem adoecesse), à exceção dos 2 regimentos da Corte que tinham mais 2 companhias (este incremento foi feito em 1921). Os regimentos tinham o nome do seu comandante ou da sua localização, no nosso caso era o Regimento de Cavalaria Ligeira de Almeida (RCL) (Ayres, 1889, p.91).

Estas reformas de inícios do século XVIII, bem como a Guerra da Sucessão Espanhola, levaram a grandes obras de reforma nas praças fronteiriças. No caso de Almeida foram melhoradas significativamente as suas capacidades defensivas e de alojamento, estando apta a receber uma guarnição de 3.000 homens (Carita, 2011, p.271).

²² Por decreto de 21 de agosto de 1715.

Capítulo 3

As Organizações do Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos (1756 e 1763)

Para caracterizar a forma como se encontrava Portugal militarmente no começo da Guerra dos Sete Anos, Christovam Ayres (1889, p.94) cita a seguinte passagem da obra *L'état présent du royaume de Portugal en l'année MDCCLXVI* de Charles Dumouriez:

“Nada mais desprezível, desde um seculo até 1762 do que o militar portuguez. Depois de cincoenta anos de paz, depois de um tremos de terra, de fomes, emfim d'uma abominavel conjuração, essa parte fôra totalmente despresada e caíran'um estado miseravel. O exercito era composto de cerca de oito ou dez mil homens que eram menos que paisanos, sem uniformes, sem armas, esmolando ou salteando para viver; os officiaes d'essa tropa eram creados ou escudeiros dos coronéis, continuando nos seus empregos domésticos, servindo seus amos á mesa e sentando-se nas trazeiras das seges nos dias em que não estavam de guarda! Eis, sem exageração, o retrato do antigo militar portuguez, antes da guerra de 1762 e a vinda do conde de Lippe a este paiz, a qual lhe mudou a face”.

Também o Coronel Faria de Moraes transcreve no Boletim do AHM (Vol. XX, p.40), uma passagem do Professor Ângelo Ribeiro descrevendo como o Exército decaía após a celebração do Tratado de Utrecht da seguinte forma: *“Fámulos das casas nobres, muitos deles não se pejavam de servir à mesa de hábito de Cristo ao pescoço, na sua humilhação de lacaios. Os soldados ou roubavam ou pediam esmola”.* Atribui esta situação ao decaimento da disciplina, ignorância dos regulamentos, sucessivas reduções nos quadros, falta de instrução militar e soldos miseráveis.

Durante uma paz de 48 anos o exército tinha portanto sido descuidado. No dia 17 de fevereiro de 1762 o Secretário da Guerra, D. Luiz da Cunha, escreveu indicações com o maior secretismo para o governo de armas da província da Beira, nas quais dizia que de entre as praças da Beira, o Rei apenas considerava a de Almeida capaz de resistir a um cerco, pelo que se deveria desguarnecer em segredo todas as restantes praças de materiais e munições para Almeida até que estivesse no seu máximo, o restante deveria prosseguir

para o Porto através do Rio Douro. Todos os ferreiros, serralheiros e carpinteiros da Beira deveriam ser recolhidos para Almeida a fim de aprontar reparos e mais obras de artilharia. Todo o pão da fronteira devia ser também recolhido, sendo o que não fosse necessário em Almeida enviado para os portos do Douro para de seguida ser reencaminhado para a cidade do Porto. Para este aprontamento deveria apoderar-se do dinheiro que encontrasse na província e que deveria pedir ao rei géneros e dinheiro para a determinada defesa. Todas as tropas que não fossem indispensáveis em Almeida deveriam seguir para o Alentejo (V. Carvalho, 1988 a, pp.160-162).

Foi na sequência da Guerra dos Sete Anos (1756-1763) que o Conde de Lippe e vários oficiais ingleses vieram para Portugal a fim de reorganizar e dirigir o exército. Em 1762 o Conde de Lippe foi nomeado Marechal-General do Exército Português. França e Espanha teriam feito uma intimidação a Portugal devido à sua localização privilegiada face ao Atlântico com o intuito de não apoiarmos a Grã-Bretanha. Marquês de Pombal repeliu esta mesma intimidação para honrar a velha aliança por interesse da política externa. A 18 de Maio de 1762 Portugal declarou guerra a França e Espanha²³ (Quinta, 2008. Pp.42-43).

Nesse ano em que Portugal entrou para a Guerra, o Marquês de Pombal contratou o Conde de Lippe, que se fez acompanhar pelo príncipe de Mecklemburg-Strelitz e dois batalhões suíços. Chegou também a Lisboa em 6 de Maio um corpo auxiliar inglês comandado pelo Lord Townshend. Para deter a ofensiva espanhola, o que conseguiu com sucesso, Conde de Lippe formou 5 destacamentos mistos com grande mobilidade. Neste período foram publicados por Lippe os “regulamentos de infantaria e de cavalaria”, que eram um conjunto de variadas instruções para os regimentos. Foram criados campos para exercícios e manobras, no âmbito da instrução das tropas. O Forte da Graça (ou de Lippe) em Elvas foi restaurado, segundo os ensinamentos de Vauban. Os calibres de Artilharia, que eram muito diversos, foram padronizados por Bartolomeu da Costa (D. Carvalho, 1993, p. 16).

Um dos maiores desafios assinalados por Lippe era mudar a mentalidade, afirmar uma nova dignidade militar. Para isso os cargos do exército nunca poderiam advir de títulos de família, a carreira das armas tinha de ser construída a partir de atos valorosos decorrentes da profissão, nunca por herança. Para ele, a razão do Exército ter chegado

²³ A participação de Portugal nos dois últimos anos da Guerra dos Sete Anos é conhecida por Guerra Fantástica e também por Guerra do Pacto de Família.

àquela situação era somente fruto da preguiça, como vem a escrever a Marquês de Pombal. Valores como a honra passam a ser cultivados, se, por exemplo, um oficial tirasse lucro decorrente da sua posição, deveria ser imediatamente expulso e obrigado a repor o dano. Os oficiais passaram a ser submetidos a um juramento de fidelidade à bandeira:

“Eu por mandado de el rei nosso senhor fui feito... do Regimento... Juro aos santos Evangelhos em que ponho as mãos perante o Coronel x do mesmo regimento; que quando quanto me for possível servirei fielmente e de boa vontade, como bom, leal vassalo, a Sua Majestade, e obedecerei com a mais exata prontidão, e respeito, aos artigos de guerra, regulamentos e ordenanças militares, e a todas as ordens dos meus superiores, concernentes ao real serviço; e de não me apartar por pretexto algum do meu regimento, sem licença, nem desamparar os estandartes, debaixo dos quais estou alistado; e os seguirei nos maiores perigos até derramar todo o meu sangue em sua defesa; e de dar toda a ajuda, e favor as justiças de sua Majestade, sendo-me por elas requerido; como também de me não valer dos soldados do, meu regimento, nem de parte deles, para caso algum meu particular, nem de parente nem de amigo meu; posto que importe a segurança da minha vida ou honra. E tudo o sobredito me obrigo a cumprir sem cautela, engano, ou diminuição algumas” (LOPES, 2013, p.186-189).

Como se pode observar, este juramento visava mudar radicalmente a postura do oficial anterior à chegada de Lippe. No entanto identificamos muitos pontos que se aproximam à atualidade nos deveres militares e no Juramento de Bandeira, como o respeito pelas leis, estandartes, os deveres de abnegação, honestidade, disponibilidade, o “sacrifício da própria vida” em defesa da Pátria.

Marquês de Pombal organizou para Lisboa um Regimento de Artilharia de Costa, com 2 batalhões, cada um com 720 praças. Aumentou a força de cada uma das companhias de artilharia e de infantaria, cria mais 3 regimentos de infantaria, 2 de dragões e 2 de cavalaria ligeira. Foi formado um batalhão de granadeiros, denominado por “Reais Estrangeiros”. O exército de primeira linha passou a ser constituído por 24 regimentos de infantaria, 1 de voluntários reais, 10 de cavalaria e 4 de artilharia. Os Regimentos de Infantaria eram constituídos por 101 homens, os de cavalaria eram constituídos por companhias de 30 homens, os de artilharia por companhias de 63 homens, sendo que uma

delas era de bombeiros, mineiros e de artífices. Este dispositivo²⁴ é instalado por carta Régia em 20 de abril de 1762 (D. Carvalho, 1993, p.17).

Em 1762 foi aumentado o efetivo dos regimentos de cavalaria em 4 companhias²⁵, que foram usadas posteriormente para fazer mais quatro regimentos de 10 companhias, voltando assim todos os esquadrões a ter novamente as 10 companhias (Ayres, 1889, p.99).

A vinda do Conde de Lippe levou também à atualização dos estudos da engenharia militar e revisão dos planos estratégicos. “*A defesa deixa progressivamente de se basear na fortificação intensiva das praças de guerra devido à diminuição da eficácia do sitiamento dos lugares fortes*” (Conceição, 2002, p.21).

Almeida, que na altura dotava de um efetivo de 3.000 homens, era considerada pelo Rei a única praça capaz de resistir a um cerco. Alexandre Palhares de Brito²⁶, Governador de Almeida, tinha ordem para só se render caso fosse aberta uma brecha na muralha por onde pudessem passar 30 homens de frente (V. Carvalho, 1988 a, p.169).

Já para Lippe, a tomada de Almeida era inevitável. Pela distância a que se encontrava tornava-se inviável a hipótese de a socorrer para evitar a sua conquista, ou pelo menos de a retardar²⁷. Ao mesmo tempo, previa-se a invasão pelo Alentejo. Depois da tomada de Almeida, o exército espanhol reunia forças de 3 a 4 mil homens entre o Rio Tejo e o Rio Guadiana, sobretudo na zona de Alcântara e Rio Sabor. A guarnição de 3.000 homens era composta por dois batalhões do Regimento Almeida (Infantaria), 100 cavalos do Regimento de Cavalaria Ligeira de Almeida e duas Companhias de Artilharia a guarnecer as bocas-de-fogo. Já a força do adversário era constituída por 42.000 homens apoiados por 93 peças de artilharia de campanha. Em 23 de julho de 1762 tinham passado o Côa e tomado a Praça de Castelo Rodrigo, para daí desencadear o ataque a Almeida. A capitulação precoce (25 de agosto) da Praça de Almeida teve grandes implicações. As tropas espanholas que ocupavam Almeida controlavam a estrada para Coimbra, conseguindo assim cortar comunicações entre as tropas portuguesas da Beira Alta com

²⁴ Cfr Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

²⁵ Por decreto de 16 de abril de 1762.

²⁶ Marechal de Campo, à data teria 81 anos de idade. Nesse ano fora promovido a sargento-mor a 3 de fevereiro e nomeado para aquele cargo em 5 de abril. Durante a Guerra da Restauração tinha sido um venturoso Capitão de Cavalaria” (Mac-Lean *in* Morais, 1950, p.41).

²⁷ Almeida dificultaria a progressão sobre Coimbra e Porto. Com uma desproporção de 1 para 3, Lippe determinou o aproveitamento de todas as condições defensivas da província da Beira-Alta, conseguindo que o inimigo se deixasse fixar por uma série pequenas operações que conduziram ao desgaste da maior parte das suas forças (Morais, 1950, p.38).

as da Beira Baixa. Lippe tem conhecimento sua da perda no dia 26. Para colmatar esta situação, manda os 4 regimentos ingleses que se encontravam em Abrantes marcharem para a ponte da Mucela (entre Vila Nova de Poiães e Arganil) para se juntarem às forças do Tenente-General Townshend na Beira-Alta. As forças²⁸ que a partir de Nisa se preparavam para invadir Espanha tiveram que retornar para Abrantes e organizaram-se por escalões até às margens do Rio Alva na Serra da Estrela onde já se encontravam os 4 regimentos ingleses (Assis, 2013, pp.240-244). Desta manobra, conseqüente à perda de Almeida, tem-se a noção do quão importante era a sua posse. Terá sido por isso que após a restituição da Praça foi aumentado o efetivo em 1 Regimento de Infantaria, ficando portanto a Praça com 2 Regimentos de Infantaria e 1 de Cavalaria. No entanto, este incremento apenas durou um ano.

Os 3.000 que guarneciam a Praça durante o cerco de 1762 estavam distribuídos da seguinte forma:

2 Batalhões do Regimento de Almeida	<ul style="list-style-type: none"> • Com 800 homens cada; • No total, apenas 1.200 estavam aptos;
Regimento de Cavalaria Ligeira de Almeida	<ul style="list-style-type: none"> • Mobilizado para o Ribatejo; • 100 homens ficaram para guarnecer a Praça;
2 Companhias de Artilharia	<ul style="list-style-type: none"> • Companhia de Almeida; • Companhia de Penamacor; • Total de 160 homens;
3 Terços Auxiliares	<ul style="list-style-type: none"> • Terço de Viseu; • Terço de Pinhel • Terço da Guarda • Total de 883 homens;
Algumas Companhias de Ordenanças	<ul style="list-style-type: none"> • Cerca de 650 homens.

Ilustração 1 – Quadro resumo da Guarnição da Praça de Almeida no cerco de 1762²⁹

²⁸ Segundo Barrento (2006, p.23), as forças eram constituídas por 17 Batalhões de Infantaria e 4 Regimentos de Cavalaria, a manobra era suposto atacar de surpresa as forças inimigas em Valença de Alcântara, começando a manobra a partir de Abrantes no dia 24 de agosto

²⁹ Fonte: V. Carvalho, 1988 a, pp.169-170.

O efetivo da Companhia de Artilharia da Guarnição de Almeida era de 76 homens³⁰, mas na preparação da defesa, foi destacada a companhia de 0 Penamacor para reforçar a Praça. No Anexo G – *Situação da Praça perante o inimigo (1762)* podemos consultar a distribuição de sentinelas pela Praça, destacamentos enviados por Almeida para Viseu, Monsanto da Beira e Castelo Rodrigo, e ainda um relatório sobre as peças e munições de Artilharia disponíveis nos diferentes baluartes e revelins.

De salientar também que os Terços de Auxiliares estavam mal equipados, possuindo pouco armamento, na sua maioria inoperacional. As Ordenanças ainda pior estavam, sendo muito raro o soldado que tivesse uma arma de fogo, tinham na sua maioria paus afiados e algumas espadas ferrugentas. Mesmo as tropas de primeira linha estavam mal armadas e sem experiência, sendo formadas na sua maioria por recrutas. Não havia sequer arreios para os 100 cavalos da Praça. O Governador da Praça tinha sido inclusive incumbido de expulsar os habitantes da Praça para poupar víveres, que eram muito poucos para a guarnição. O Governador, Alexandre Palhares de Brito, além de não ser da confiança de Lippe, tinha grandes problemas em lidar com os oficiais da Praça, sobretudo os engenheiros, chegando mesmo a queixar-se de amotinamentos, o que revela graves problemas de comando. Além disso apresentava ainda problemas com o seu superior direto, o Conde dos Arcos, governador da Beira (V. Carvalho, 1988 a, p.181-182).

O RCL de Almeida tinha sido mobilizado para o Ribatejo em março de 1762, pelo que não se encontrava em Almeida durante o cerco (à exceção dos 100 homens que tinham ficado a guarnecer a Praça). Fazia parte do “*exercito de observações*”³¹ que estava acantonado no Ribatejo. O Regimento tinha simultaneamente quartel na Atalaia e em Pombal. Em abril o quartel da Atalaia mudou-se para a Azinhaga (Ayres, 1893, p.253).

Lippe, que não confiava nas capacidades e na personalidade de Alexandre Palhares, nomeou os Coronéis Fernando da Costa Ataíde e Francisco Mac-Lean para marcharem para Almeida a fim de assistir o Governador nas suas decisões. O Coronel Mac-Lean era Escocês e conhecido pelas suas capacidades, de grande confiança e proximidade de Lippe. Após a campanha foi um dos maiores colaboradores de Lippe nas reorganizações consequentes. Mac-Lean foi nomeado Governador da Praça de Almeida como Coronel Brigadeiro a 10 de abril de 1763, dia em que a Praça foi restituída a Portugal. Foi também o autor do *Le Journal d’Almeida*, ou Diário de Almeida, transcrito

³⁰ 1 Capitão, 1 Tenente, 1 Alferes, 1 Sargento de Números, 1 Sargento de Surpresa, 1 Tambor, 4 Cabos e 66 Soldados (AHM 3/9/27/ B6).

³¹ Força de Reconhecimento.

no Vol. XX do Boletim do AHM, sendo esta obra, conjuntamente com um jornal anónimo no mesmo boletim, as únicas descrições dos acontecimentos neste cerco. Apesar das vicissitudes e das discórdias entre Mac-Lean e Alexandre Palhares como constatamos no relato do cerco de 1762, o Coronel Mac-Lean descreve Alexandre Palhares, 5 dias antes da rendição, da seguinte maneira: “*O nosso Governador é um homem extremamente agradável, e não há ninguém que se não sinta feliz, debaixo do seu comando*” (Mac-Lean in Moraes, 1950, p.43). São também feitas considerações acerca da forma como foi improvisado o estado da defesa. Mac-Lean escreve a D. José I que a forma como a Praça fora negligenciada representava uma desobediência e que o Rei estava a ser enganado, pelo que se justificava um rigoroso inquérito para apurar os responsáveis. Descreve uma construção tão frágil que sofreria tanto com a Artilharia inimiga como com a própria, a falta de munições que sendo usada a maior economia possível só chegaria para 6 dias, a falta de trigo, a espada ferrugenta do Governador (Moraes, 1950, pp.50).

Os confrontos começaram no dia 18 de maio em Trás-os-Montes, estando também à data tropas espanholas e francesas ao longo da fronteira beirã. As tropas do Marquês de Sarriá entram em território português a 23 de julho. No dia 29 conquistam Castelo Bom e a 7 de agosto ocupam Castelo Rodrigo. Era intenção do Conde de Lippe evitar que os confrontos se alastrassem para o Alentejo. Para tal, Almeida deveria resistir pelo menos até setembro. Apesar de a Praça capitular a 25 de agosto, uma troca nos comandos espanhóis atrasou as suas manobras, compensando assim a perda precoce de Almeida (Quinta, 2008, p.42).

Dia 18 de julho de 1762, sob o comando do Conde de Maceda, chegam a Vale da Mula 7.000 homens, indiciando o cerco a Almeida. Correu também a notícia que a essas forças se estariam unindo com as do Conde de Sarriá, trazendo artilharia pesada. O Governador de Almeida pede ao Conde dos Arcos, Governador da Beira, que introduzisse em Almeida o Terço de Auxiliares de Lamego, o que foi recusado por não haver ordem ministerial para tal e porque em Almeida já se encontravam, além dos dois regimentos de Infantaria, os Terços de Auxiliares de Viseu, de Pinhel e um dos da Guarda. O Terço de Auxiliares de Lamego estaria a guarnecer pontos altos ao longo do Rio Côa, que era considerada uma tarefa necessária para evitar a infiltração do inimigo e para que se pudesse continuar a introduzir na Praça reabastecimentos. Esta tarefa devia ser feita por tropas do Exército de Linha, pagas e treinadas, mas na impossibilidade disso, foi utilizado o Terço referido. Mesmo assim o Governador de Almeida queria que estas fossem

recolhidas a Almeida para reforçar a guarnição da Praça, sendo substituídas por Ordenanças, que dos três escalões, eram as que mais se apresentavam desprovidas de treino e de tática, sendo esperado que abandonassem os seus postos ao primeiro pronúncio de combate (V. Carvalho, 1988 a, pp.183-184).

Antes do cerco a Almeida, o inimigo foi conquistando na região povoações menos importantes e de passagens sobre o rio Côa, como consta numa carta do Governador no dia 8 de agosto³². Consolidou os seus acampamentos a 3km da Praça. O facto de ter começado a instalar as baterias de artilharia era uma premonição da sua intenção de conquistar a Praça, e não apenas fixar a sua guarnição. No dia 12 às 9 horas começam os bombardeamentos à Praça. A 13 de agosto, o Marquês de Sarriá envia a Almeida um Capitão com uma mensagem para dissuadir o Governador de defender a Praça, mostrando as vantagens da sua rendição, ao que Alexandre de Palhares responde que continuaria a defender a Praça enquanto a Sua Majestade o requeresse e pela honra dos seus homens. Dia 16, em relatório para o Conde dos Arcos, reitera a sua vontade de defender a Praça, dizendo que sem honra de pouco vale a vida. No mesmo relatório, o Governador pedia socorro, dizendo que as suas tropas estavam fixadas na Praça (que eram consideráveis), e que a única maneira de as conseguir tirar de lá era com uma manobra do exterior que empenhasse o inimigo. Essa era a intenção do Conde de Lippe, mas para tal, era necessário que Almeida resistisse mais tempo para conseguir concretizar uma manobra ofensiva sobre o eixo de Alcântara-Badajoz, para depois socorrer a Praça. Entretanto os bombardeamentos continuam, concentrando o seu esforço nos Baluartes de Santo António e São Pedro. Dia 21 uma granada inimiga deflagra um grande número de granadas nossas, causando uma grande explosão seguida de incêndio. Às 18 horas o Governador convoca uma reunião de comando, perguntando qual era a posição deles perante uma brecha quase aberta, o pânico da guarnição e as muitas deserções de regulares e milícias (Barrento, 2006, p.19-25).

O experiente Coronel Mac-Lean, nomeado diretamente por Lippe, tinha indicações expressas para influenciar as decisões uma vez que Lippe não confiava no Governador. Na reunião exprimiu-se dizendo que a Praça ainda era defensável uma vez que a brecha ainda não estava aberta, sugeriu reforçar os pontos mais vulneráveis, efetuar trabalhos para minimizar danos da fortaleza, e recolher as milícias para o centro da Praça para evitar deserções. No dia seguinte às 8 horas houve nova reunião com argumentação

³² Cfr. Anexo G – Situação da Praça perante o inimigo (1762).

semelhante, Alexandre de Palhares tentou convencer os seus comandantes à rendição, dizendo que a capitulação era inevitável, e que quanto mais cedo o fosse, melhores seriam as condições de rendição. Todos os seus comandantes suportaram a opinião de Mac-Lean. Uma razão levantada para as deserções era o facto de as milícias serem forças da região. Assim os homens, que já por si estavam em grande perigo, preferiam ir para junto das suas famílias para garantir o seu sustento.

Às 4 horas do dia 25 Alexandre de Palhares decidiu capitular contra a vontade de Mac-Lean, vindo a ter as implicações já descritas na manobra do Exército Anglo-Luso. Nas condições de capitulação acordadas, o primeiro artigo previa que a guarnição de Almeida fosse autorizada a sair pelo caminho mais curto em direção a Viseu, com a promessa de que durante seis meses não servisse contra as forças de Carlos III de Espanha. Foi considerado que Alexandre Palhares se rendeu muito antes das condições a isso o obrigarem. Por isso foi preso, passando pelas prisões de Coimbra e do Limoeiro em Lisboa, onde faleceu em 1771 com 90 anos (Ibidem).

	Mortos	Feridos
Regulares	6	27
Milícias	7	10
Artilheiros	1	4
Camponeses	5	9
Rapazes	1	1
Mulheres	4	5
	24	56

Ilustração 2 – Quadro resumo de mortos e feridos durante o cerco de 1762 dos sitiados

Com o tratado de Paris em 10 de fevereiro de 1763, todas as praças foram restituídas à origem, voltando a praça de Almeida oficialmente para o domínio português a 11 de abril. Foi nomeado para Governador da praça o Marechal-de-Campo Francis Mac-Lean³³ (Quinta, 2008, p.42-43).

Em 1762 passou a haver em Almeida dois Regimentos de Infantaria: o 1º RI de Almeida e o 2º RI de Almeida³⁴. O RCL de Almeida manteve-se inalterado.

³³ Simultaneamente foi Governador Militar de Lisboa. Em 1773 foi substituído em Almeida pelo marechal de campo Fernando da Costa Ataíde e foi nomeado Governador da Estremadura, que era o maior e mais honroso cargo militar em Portugal (Morais, 1950, p.39).

³⁴ Por decreto de 24 de setembro de 1762.

Em 1763 o 1º Regimento de Almeida aglutinou o 2º Regimento de Almeida e o Coronel Mac-Lean substituiu o Coronel Fernando da Costa Ataíde no seu comando³⁵.

Neste período foi reconhecida a necessidade de uma cavalaria numerosa. Por isso, depois da Guerra, foi a única arma a não sofrer reduções, tendo o exército ao todo 5.338 cavalos (Ayres, 1889, p.102). No caso de Almeida, em 10 de maio de 1763 os dois regimentos de infantaria passam a ser apenas 1, permanecendo o RCL inalterado.

Em 1776, 13 anos após a Guerra, os Regimentos de Cavalaria só tinham 8 companhias de 30 cavalos cada, tendo o Exército ao todo cerca de 3.900. No entanto as alterações mais importantes neste período deram-se na infantaria e artilharia, sobretudo nesta última. O Conde de Lippe eleva a artilharia a “*arma científica*”, engrandecendo-a pelos seus estudos específicos, pelo aperfeiçoamento dos seus exercícios, deixando assim de ser a “*arma da plebe*”. (Idem, pp.102-103).

Em 1786³⁶ houve a redução de cavalos nos regimentos de cavalaria da Beira, Alentejo e Trás-os-Montes. Segundo o decreto de 1 de agosto de 1796 ficavam os regimentos de cavalaria com 613 homens e 565 cavalos³⁷ (Idem, p.102).

Por decreto de 30 de junho de 1796, as tropas nacionais distribuíam-se da seguinte forma:

<u>Regimentos</u>	<u>Homens por Regimento</u>	<u>Total</u>
12 Regimentos de Cavalaria	613	7356
25 Regimentos de Infantaria	900	22500
5 Regimentos de Artilharia	1200	6000
1 Regimento de Infantaria para a Armada	1200	1200
1 Regimento de Infantaria de Lippe	1200	1200
	Total	39.456

Ilustração 3 – Quadro resumo dos efetivos do Exército Português decretado em 30 de junho de 1796

Capítulo 4

As Reformas Contemporâneas

³⁵ Por decreto de 10 de maio de 1763.

³⁶ Por decreto de 8 de agosto e de 4 de setembro de 1786.

³⁷ Cfr. Apêndice C Orgânica dos RC em 1796.

4.1. Guerra Peninsular (1807-1815)

4.1.1. Primeira e Segunda Invasão Francesa

Em 1800 D. João VI reduziu³⁸ o efetivo dos Regimentos de Cavalaria, passando estes a ter 8 companhias em vez de 12, cada companhia com 72 cavalos em vez de 69.

No decreto de 27 de setembro de 1805 está anexada uma relação estipulando o posto máximo que deveria ter o governador de cada uma das fortificações fronteiriças. Esta relação reflete a importância dada a cada uma das fortificações, hierarquizando-as da seguinte forma:

Posto máximo	Fortificações
Oficial General	Elvas
Brigadeiro	Almeida, Estremoz, Valença
Coronel	Chaves, Forte de la Lippe ³⁹
Tenente- Coronel	Monção, Miranda, Monsanto da Beira, Marvão, Campo-Maior, Mourão, Juromenha, Castro Marim
Major	Mértola, Alcoutim

Ilustração 4 – Quadro resumo dos comandos das fortificações fronteiriças em 1805

Em 1806⁴⁰ o Exército foi pela primeira vez organizado em tempo de paz em Divisões e Brigadas⁴¹. Esta reorganização deveu-se sobretudo ao desastre da campanha da Guerra das Laranjas, em 1801 (Bobela, 1892, p.5). Os Regimentos passaram a ser numerados consoante a antiguidade do Comandante. O Regimento de Infantaria de Almeida passa a ser RI 23 e o Regimento de Cavalaria Ligeira de Almeida passa a ser RC 11, pertencendo ambos à Divisão do Sul. O Regimento de Infantaria 23 juntamente com o Regimento de Infantaria 11 (em Penamacor) formavam a 4ª Brigada de Infantaria dessa Divisão.

Nesta reorganização as companhias de cavalaria são reduzidas de 12 para 8 por regimento, cada uma delas com 53 cavalos. Ao regimento de Artilharia da Corte são aumentados dois regimentos de artilheiros cavaleiros. É fundada a Academia de

³⁸ Por decreto de 1 de janeiro de 1800.

³⁹ Hoje conhecido por Forte de Nossa Senhora da Graça, situa-se 3 Km a Norte da Praça de Elvas.

⁴⁰ Por decreto de 19 de maio de 1806.

⁴¹ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

Fortificação, Artilharia e Desenho. As unidades passaram a estar enquadradas em brigadas, e estas por sua vez em divisões, havendo 3: Divisão do Sul, Centro e Norte. Cada divisão tinha 4 brigadas (com 2 regimentos de infantaria cada), 4 Regimentos de Cavalaria e 1 de Artilharia, à exceção da Divisão do Sul que tinha 2. Por alvará de 21 de outubro de 1807 as milícias e as ordenanças passam a estar organizadas em 24 Brigadas de Ordenanças, tendo cada uma que ministrar trimestralmente recrutamento para a Infantaria de Linha, de modo a que esta estivesse sempre completa (D. Carvalho, 1993, pp.18-19).

Em novembro de 1807 Napoleão ordenou a 1ª Invasão a Portugal, comandada pelo General Junot, porque Portugal não cedeu à intimidação de fechar os portos a Inglaterra. Napoleão resolveu dividir o Reino em duas partes com Espanha. Perante a ameaça, D. João VI embarca com a restante família real e o governo para o Brasil, deixando em Lisboa um conselho de Regência.

A 30 de novembro de 1807 Junot chega a Lisboa sem qualquer tipo de resistência, a tempo de ver os navios que transportavam a família real para o Brasil. Nomeou um Conselho constituído por portugueses e franceses. Ocupou militarmente o país com forças francesas e espanholas. Após isso dissolveu as milícias e as ordenanças, licenciando as tropas de linha. Criou a Legião Portuguesa, constituída por 7 Regimentos de Infantaria (sendo um de caçadores a cavalo) e 1 de artilharia, sendo estes constituídos pelos melhores militares portugueses que se identificassem com os ideais da Revolução Francesa (D. Carvalho, 1993, p.19). Esta força, que dotava de 9.000 homens, foi mobilizada para combater no exército imperial em vários combates pela Europa, incluindo a Campanha da Rússia em 1812 (Pires *in* Afonso, 2011, p.18).

Para Almeida foi destacado numa primeira fase uma força comandada pelo General Loison, o Maneta, conhecido pelas suas atrocidades. Depois foi nomeado para Governador da Praça o General Guypuy (V. Carvalho, 1988 a, pp.371-372).

“Guypuy, achando-se no governo da praça, iniciou um imparável processo de requisições em todas as povoações da redondeza, exigindo víveres, roupas, materiais e até dinheiro, ouro e prata, não se coibindo de o mandar roubar nas igrejas.” (Baptista, 2013⁴²).

⁴² Disponível em <http://capeiaarraiana.pt/2013/03/03/a-ocupacao-da-praca-de-almeida/>, no dia 20 de março de 2014, às 14h25m.

Em dezembro de 1808 foram formalmente reativados os Regimentos de Milícias, descendentes diretos dos Terços de Auxiliares de 1640. Estavam organizados em 3 grupos de 16 regimentos (48 ao todo), cada um deles correspondente a uma das 3 divisões do Exército Português. Eram formados por reservistas, na prática por todos os homens entre os 16 e 60 anos capazes de pegar em armas. No início a maior parte estava desarmada, havendo mesmo unidades sem nenhum armamento, o que não se verificava já no Verão de 1809, em que a maioria já estava armada (Chartrand *in* Afonso, 2011, p.24)

Durante a Guerra Peninsular, Almeida teve um Trem de Artilharia, devido, segundo Botelho (1948, p.254), à sua localização fronteiriça, pela distância a que se encontrava da capital e pela importância que a Praça tinha para a defesa do Reino, visível na sua guarnição, que era sempre numerosa. Era dos poucos trens com oficinas próprias para reparação do seu avultado material. Chegou mesmo a ser necessário requisitar fornecimentos de Almeida para o Porto e para Elvas. Por causa do rebentamento de 1810, o arquivo de Almeida foi queimado e como sua consequência, hoje pode-se dizer muito pouco sobre este Trem. Após o retorno da Praça ao domínio português, foi restituído o Trem, e desfeito, em 26 de setembro de 1825, por se achar desnecessário. Tudo o que nele existia foi transferido para o Trem do Ouro, no Porto.

A Inglaterra cede a Portugal oficiais nos termos da Ordem do Dia (O.D.) 23 de março de 1809. É criada a Leal Legião Lusitana, comandada pelo Coronel inglês Trant. Prevendo a 2ª Invasão Francesa, criaram-se 6 Batalhões de Caçadores, reforçaram-se as fortificações das praças, reconstituíram-se as milícias e as ordenanças. Em março deste ano deu-se a 2ª Invasão Francesa e Beresford é nomeado comandante-chefe do Exército. Entretanto, o Duque de Wellington, comandante do exército aliado anglo-luso, consegue expulsar as forças de Junot pelo norte do País. Começaram então a construção das Linhas de Torres Vedras em segredo absoluto, construção essa feita por 6000 camponeses e milicianos (D. CARVALHO, 1993, pp.20-21).

Por Carta Régia de 30 de setembro de 1808 é estruturado o 6º Dispositivo do Exército⁴³ (D. Carvalho, 1993, p.19).

Em 1810, com apenas 14 anos, assentou praça em Almeida, Bernardo de Sá Nogueira, futuro Marquês Sá da Bandeira e fundador da Escola do Exército em 1837, que hoje é a Academia Militar (Ayres, 1893, p.256).

⁴³ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

4.1.2. Terceira Invasão Francesa em 1810

Antes da invasão de Massena, a Praça de Almeida foi reabastecida de armamento e víveres para aguentar no mínimo 4 meses (Carvalho *in* Afonso, 2011, p.24). Na praça, aquando da invasão, estavam 2.000 habitantes, o RI 24 de Bragança com 1585 homens, 401 militares do RA 4 do Porto, 68 militares do RC 11 e 2.197 homens pertencentes aos Regimentos de Milícias da Guarda, Arganil e Trancoso, totalizando 4.197 homens. Estava ainda com 115 peças de artilharia, 40 delas de 18 libras ou mais. Esta era uma situação excecional, o facto de haver mistura de tropas de linha com milícias, pois os Ingleses consideravam as milícias inaptas para o combate. Os únicos sítios onde isso aconteceu foram Almeida, Abrantes e Elvas (Oman *in* Afonso, 2011, p.24). Toda a guarnição era portuguesa à exceção de 5 oficiais ingleses, sendo o Governador o Brigadeiro-General William Cox. Em vésperas da invasão, no mês de junho, altura das colheitas, houve 1.000 homens a ausentarem-se sem licença e o Governador, com medo que as tropas se revoltassem, permitiu que as milícias fossem para casa. Surpreendentemente todas as forças regressaram no final das colheitas, estando a Praça totalmente guarnecida em homens e munições antes da Invasão, estando a guarnição firme e motivada, apesar de não ter vivenciado nunca uma batalha. (Chartrand *in* Afonso, 2011, p.24).



Ilustração 5 – Esquema da composição da guarnição da Praça de Almeida no cerco de 1810⁴⁴

⁴⁴ Fonte: Afonso, 2011, p.23.

A Praça de Almeida era o primeiro obstáculo para Massena em território português. A força de Massena, o filho querido da vitória, era constituída por 3 experientes Corpos de Exército comandados por Reynier, Ney e Junot. Foi o Corpo do Marechal Ney que cercou Almeida, tendo como seu ajudante o General Barão de Marbot (Jean Marcelin), autor do livro “Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa. O primeiro combate do Marechal Massena nesta campanha foi o cerco de Ciudad Rodrigo, que continha 10.000 habitantes, 6.000 militares e 100 peças de Artilharia. O bombardeamento da Praça começou no dia 25 de junho de 1810. Massena julgava que o Duque de Wellington viesse tentar levantar o cerco e com isso conseguir travar um combate nos terrenos planos de Leão, onde os franceses tinham notória vantagem, consequente da sua maioria numérica e das suas táticas. No entanto, houve apenas confrontos entre ambas as forças de reconhecimento, essencialmente na zona de Galegos. No dia 10 de julho, passadas duas semanas, a Praça capitula, estando semidestruída e tendo cerca de 1.800 mortos no seu interior, civis e militares. Do lado francês foram declarados 182 mortos e 1.403 feridos (Afonso, 2011, p.25).

A Invasão a Portugal iniciou-se no dia 24 de julho, com a Divisão do General Loison (com 7.000 homens), reforçada por Cavalaria do Marechal Ney avançando para Almeida pelo lado de Vale da Mula. Os trabalhos do sitiamento foram demorados por causa da escassez de meios (nomeadamente cavalos de transporte), tornando muito moroso o transporte das peças de artilharia, além de que a situação dos militares não era a melhor, pois não recebiam soldo há dez meses e escasseava o pão (Koch *in* Afonso, 2011, p.27). Apesar de ter sido identificado como o ponto mais vulnerável a parte Leste da Fortificação entre os bastiões de Santo António e Senhora das Brotas, o ataque foi feito a Sul. Os franceses contavam com 64 bocas-de-fogo, algumas delas capturadas em Ciudad Rodrigo e munições em número entre 850 e as 1.000. No dia 15 de agosto, um quarto desta Artilharia estava posicionada e foi iniciada a abertura da primeira trincheira. Normalmente, os ataques às praças constavam da abertura de 3 trincheiras paralelas à muralha a atacar: a primeira servia para instalar as baterias à distância de um tiro de Artilharia; a segunda estava à distância de um tiro de mosquete e estava ligada à anterior por trincheiras de ligação; a terceira era a mais próxima possível da muralha e servia de base de assalto que seria feito assim que se abrisse uma brecha na muralha. (Afonso, 2011, pp.27-28).

Apenas no dia 25 de agosto estiveram montadas⁴⁵ e abastecidas de projéteis todas as baterias, reservando-se a noite do mesmo dia para muni-las de pólvora. Deu-se portanto o início do fogo para Almeida, na madrugada de 26. Os habitantes que optaram por ficar na vila, utilizaram o fosso em redor do Castelo para se abrigarem. Neste momento, o defensor começa a estar em notória desvantagem, pois tem um número limitado de peças às muralhas e os seus alvos são muito mais dispersos que os do inimigo. As baterias francesas executavam pelo menos 276 impactos por hora na zona do baluarte de S. Pedro, um espaço que não ia para além de 200 metros. As missões e as cadências de tiro foram segundo o Anexo I.

Foi pelas sete da tarde, do dia 26, que se deu o desastre da explosão do grande paiol situado no Castelo Medieval. Duas granadas da Bateria N.º 4 conseguiram fazer explodir 75 toneladas de pólvora. O Barão de Marbot, que se encontrava gravemente doente em Ciudad Rodrigo cuja distância em linha reta para Almeida são sensivelmente 35km, descreve a explosão como algo de aterrador, quer pelo estrondo, quer pela perturbação que se fez sentir. As muralhas da Praça fenderam em diversos locais e o Castelo foi pulverizado. Seguiu-se um incêndio violento destruindo as poucas habitações que tinham sido poupadas à explosão. O pânico na Praça era perceptível, viam-se soldados a correr de um lado para o outro, o próprio Governador foi avistado a fazer tiro de peças com outro oficial de Artilharia que já se encontravam carregadas. Apesar do enorme dano, a Praça continuou a resistir. Na manhã de 27, Massena deslocou-se à trincheira e quando avistou os danos na Praça, ordenou o cessar-fogo e enviou uma carta ao Governador Cox convidando-o a render-se e mostrando que a defesa da Praça era inútil e impossível (idem, pp.29-31).

O Governador Cox foi ao encontro do parlamentar a fim de esconder aos franceses a verdadeira situação da Praça. Enviou uma carta a Massena dizendo que dispunha ainda de meios para continuar a resistência e que só se renderia se as condições fossem realmente vantajosas⁴⁶. Massena aceitou e concedeu as seguintes condições honrosas:

- A. Os homens das Milícias eram livres de regressar aos seus lares desde que não voltassem a pegar em armas contra os franceses;

⁴⁵ Cfr. Anexo I - Constituição e Missões das Baterias sitiadas no Cerco de 1810.

⁴⁶ Na verdade o Governador estava a fazer *bluff*, pois dispunha apenas de 39 barris de pólvora, o que era manifestamente pouco para resistir à força francesa e não dava sequer para manter fogo de resposta durante um dia (Chartrand *in* Afonso, 2011, p.32).

- B. Os oficiais conservariam as suas espadas;
- C. As praças conservariam as suas mochilas;
- D. Os oficiais ingleses eram autorizados a regressar ao seu País.

No entanto o Governador recusou as condições de rendição, pelo que Massena fez um ultimato, dando meia hora ao Governador para se render, caso contrário reiniciaria o fogo sobre a Praça e só seria cessado quando a Praça se rendesse incondicionalmente. Não houve resposta ao ultimato e o fogo foi repostado às 21 horas. O Governador Cox foi pressionado pela guarnição para se render e pelas 23 horas o Tenente-Rei Costa e Almeida notificou o Governador da decisão das tropas. A rendição foi assinada imediatamente e foi feito o cessar-fogo. No dia seguinte houve desfile pela guarnição sobrevivente, de cerca de 4.000 homens, e Massena autorizou a rendição em termos semelhantes aos inicialmente propostos. Os milicianos foram enviados para as suas casas, à exceção de 600 que foram recrutados por Massena para efetuar trabalhos de melhoramento do itinerário de Almeida para Pinhel. Muitos regulares preferiram voluntariar-se para as fileiras francesas em vez de serem reencaminhados para França como Prisioneiros de Guerra,⁴⁷ o que muito indignou os oficiais ingleses (Idem, p.32).

Foram encontradas na Praça 115 bocas-de-fogo, um pequeno trem de Artilharia montada, provisões de biscoito e 500.000 cartuchos para mosquete. Massena nomeou o General Brenier como novo Governador de Almeida e foram destacados dois Batalhões do 6º Corpo como guarnição. O cerco custou aos franceses 62 mortos e 439 feridos. A Portugal, a explosão provocou pelo menos 500 mortos⁴⁸.

Beresford tornou públicos estes acontecimentos no Decreto de 6 de setembro⁴⁹, elogiando o comportamento das milícias e condenando o comportamento dos regulares por se juntarem ao contingente francês, ainda que com o pretexto de não serem deportados para França e assim poderem mais facilmente desertar e voltar ao serviço da Pátria. Acrescentou ainda que esta conduta poderia ser até desculpável e louvável relativamente aos soldados, mas que era indigna de oficiais. Beresford considerou que as milícias que serviram as tropas francesas foram forçadas (Idem, p. 33).

⁴⁷ Nos dias seguintes verificou-se que estes militares desertavam por levarem para se virem juntar às linhas aliadas (Chartrand *in* Afonso, 2011, p.32).

⁴⁸ Civis e militares, embora a maioria dos habitantes tenha preferido fugir do que refugiar-se na Praça. Dados narrados por William Cox a detrimento da rendição (CARVALHO *in* AFONSO, Carlos, 2011, CEAMA 7, p.32).

⁴⁹ Apenas foi feito nesta data porque Beresford tinha a intenção de esclarecer primeiro as reais circunstâncias da queda de Almeida (Idem, p.33).

William Cox foi ilibado das responsabilidades da rendição por ter sido considerado que a Praça ficara indefensável após a explosão. O Tenente-Rei e o Major de Artilharia Barreiros estavam entre os oficiais que se juntaram à causa francesa. O Major Barreiros, como parlamentar na primeira tentativa de acordo de rendição, aproveitou a situação para desertar e não voltou à Praça. William Cox considerou que o Major Barreiros foi o responsável pela explosão e que o seu Tenente-Rei foi instigador da manifestação coletiva que levou a Praça à rendição. Muitas costumam ser as versões para culpabilizar este tipo de acidentes, servindo normalmente para ilibar intervenientes de responsabilidades, sendo as versões ainda deturpáveis pelas hierarquias em vigência (Ibidem). No entanto, relativamente à explosão, a versão que nos parece mais adequada é a apresentada pelo Barão de Marbot, que atribui a causa do acontecimento à negligência dos fogueteiros: tiravam vintenas de barris de pólvora seguidos em vez de os retirar singularmente, fechando as portas das caves entre cada saída (Marcelin, 2006, p.28).

Após a tomada de Almeida, o Exército Francês tinha completado a primeira parte da sua missão, tinha uma linha de comunicação contínua apoiada em praças controladas por franceses ao longo da Península, apoiada no itinerário principal que ainda hoje vigora: Vitória, Burgos, Valladolid, Salamanca, Ciudad Rodrigo e Almeida. A manutenção desta linha, apoiada em pontos fortes, era fundamental uma vez que a hostilidade das populações era cada vez maior e havia um exército de cada lado da fronteira manobrando para degradar o potencial e o moral do invasor. Wellington, com o seu quartel-general em Celorico da Beira, estava em comunicação telegráfica⁵⁰ com Almeida. Devido ao mau tempo, no dia a seguir à explosão, não foram conseguidas comunicações, pelo que o sucedido não foi imediatamente percebido. A estratégia alinhada, previa que Almeida aguentasse 10 a 15 dias após o início dos bombardeamentos, sendo a rendição previsível. O fator tempo era determinante; Massena pretendia chegar a Lisboa antes das chuvas invernais, que potenciariam o defensor, ao mesmo tempo que a insurreição castelhana aumentava na sua retaguarda; Wellington necessitava de concluir a transformação de fortins e postos avançados e isolados numa linha contínua, entre Torres Vedras e Sobral, para que, em vez de retardar, pudesse deter o avanço do invasor. O cerco de Almeida representa a atrição dos objetivos de ambos os lados, tendo esta resistência para si um

⁵⁰ O telégrafo era de observação visual, consistia em altos mastros com balões que se moviam consoante código próprio, sendo observados por telescópios. Estava montada uma rede que permitia a comunicação de Lisboa para Abrantes e para Almeida (Carvalho *in* Afonso, 2011, p.33).

significado muito profundo: teriam os intervenientes conhecimento do seu papel na Batalha?

- Se sim, é de louvar a estoicidade e bravura com que a população, militares portugueses e britânicos se debateram como sentinela da Beira, sabendo que estavam destinados a capitular e cientes dos riscos;
- Se não, estando na crença que seriam socorridos pelo exército regular, não deixaram de fazer um enorme sacrifício em nome da defesa da Pátria.

De qualquer das formas, Almeida representa o início do desgaste e da atrição sobre o invasor em território português, Massena, que pretendia passar a mensagem de libertador e salvador, encontrou nas gentes da Beira Alta o início da resistência (Afonso, 2011, p.35).

Pela Ordem do Dia (O.D.) 4 de maio de 1811 foram criados os Batalhões de Caçadores 7, 8, 9, 10, 11 e 12. Após a 3ª Invasão Francesa foi desmantelada a Leal Legião Portuguesa, por causa de um desentendimento entre o Coronel Trant e Beresford. Com a entrada de Beresford para a Secretaria do Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra foi criado o Comando-Chefe do Exército, que funcionava paralelamente à mesma (D. Carvalho, 1993, p.21).

Em 1812, em 5 de novembro, sai nova portaria estabelecendo quais seriam as fortificações fronteiriças a permanecer com Estado-Maior e o respetivo posto do Comandante:

Posto máximo	Fortificações
Marechal de Campo	Forte de la Lippe
Oficial General	Almeida, Abrantes, Elvas
Brigadeiro	Valença, Estremoz,
Coronel	Chaves, Marvão, Campo-Maior,
Tenente-Coronel	Monção, Castelo de Lindoso, Miranda, Monsanto da Beira, Ouguela, Juromenha, Mourão, Castro Marim
Sargento-Mor	Mértola, Alcoutim

Ilustração 6 – Quadro resumo dos comandos das fortificações fronteiriças em 1812

Constatamos portanto que já na fase final da Guerra Peninsular houve um incremento no Estado-Maior de Almeida, passando o posto do Comandante do Estado-Maior de Brigadeiro para Oficial General. É elevado ao mesmo o estatuto de Abrantes e

Elvas mantem-se. No entanto o Forte de la Lippe passa a pertencer o posto de Marechal de Campo, ou seja, a região de Elvas continua a ser onde mais responsabilidade se deposita no âmbito da Defesa Territorial.

Desde o cerco de 1811 não voltou a haver aquisição de material de Artilharia, apenas algumas peças se mantiveram, tendo vindo a ser usadas em 1844, como veremos posteriormente, em que o seu estado de utilização já estaria muito degradado.

Após a Guerra Peninsular, o Exército sofreu reduções. Foram reduzidos diversos Corpos do Exército, pela portaria de 29 de outubro de 1814, continuando os restantes Corpos sob o comando de Beresford. Os Regimentos de Cavalaria e de Infantaria sofreram também reestruturações⁵¹.

Em 1815 foi montado⁵² o 7º Dispositivo do Exército⁵³, extinguindo em Almeida o RC 11.

Em 1816 Beresford instalou⁵⁴ o 8º Dispositivo do Exército. Foi estabelecida a divisão territorial do Reino por 24 Distritos de Ordenanças. Cada distrito era recrutado 1 Regimento de Infantaria, 1 de Cavalaria e 1 de Caçadores. Em cada 6 distritos recrutava-se 1 Regimento de Artilharia.

4.2. Revolução de 1820

Após as Invasões Francesas, com a partida da família real para o Brasil, Portugal tornou-se num País abandonado e à mercê de uns quantos oficiais britânicos. Em 1817 foram executados 12 militares portugueses, entre eles Gomes Freire de Andrade, acusados de conspirarem contra Beresford. Esta execução, que tinha o objetivo de acalmar os ânimos, teve o efeito inverso. Com o liberalismo a triunfar na Europa, começavam-se a criar condições para a revolta. A revolta aconteceu a 24 de agosto de 1820, com o Sinédrio⁵⁵, a aproveitar a ausência de Beresford, que tinha ido ao Brasil pedir mais poderes a D. João VI. Em janeiro de 1821 as Cortes elegeram um governo provisório para governar até ao regresso do Rei⁵⁶.

⁵¹ Cfr. Apêndice D – Orgânica dos RI e RC em 1814.

⁵² Pela circular de 31 de outubro.

⁵³ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

⁵⁴ Por Alvará de 21 de fevereiro, transcrito na O.D. de 21 de outubro de 1816.

⁵⁵ O Sinédrio era uma organização secreta, fundada por Manuel Fernandes Tomás, no Porto, com o objetivo de acompanhar e intervir na atividade política.

⁵⁶ Fonte: Revolução de 1820 *in* Infopédia. Porto: Porto Editora, 2003-2014 (Disponível em [http://www.infopedia.pt/\\$revolucao-de-1820](http://www.infopedia.pt/$revolucao-de-1820), no dia 20 de março, às 15h04).

Após a revolução de 1820 Beresford é expulso do País, as Ordenanças são novamente extintas, dando lugar à Guarda Nacional, por Decreto de 22 de agosto de 1821. As Ordenanças são restabelecidas pelos Miguelistas em 13 de junho de 1823, e novamente desfeitas em 1834, ano da Convenção de Évora-Monte, que levou à paz entre absolutistas e liberais.

Em setembro de 1820⁵⁷ a Secretaria de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra é extinta, sendo criada no seu lugar a Secretaria de Estado dos Negócios da Guerra, sendo numa primeira fase exclusiva a pessoal civil (D. Carvalho, 1993, pp.22-23).

4.3. As lutas liberais (1828-1834)

Em 1828 foi criado⁵⁸, em Almeida, o RI 11. Em 1831 foi instalado⁵⁹ o 9º Dispositivo do Exército⁶⁰, por D. Miguel. As unidades passaram a ser novamente designadas pelas localidades. Como tal, o RI 11 passa a ser denominado RI de Almeida.

Pela O.D. 20 de 23 de fevereiro 1834 D. Miguel criou o Regimento de Cavalaria de Bragança e reorganizou os Regimentos de Cavalaria 1 e 6. O RI de Almeida passa a ser denominado de RI 11 e é criado na mesma Praça o RC 11. Na O.D. de 28 de fevereiro de 1834, apenas 5 dias depois, o RI 23 é transferido de Peniche para Almeida.

No dia 20 de fevereiro, o RC 11 e o RI 23 ficaram de ser levantados, assim que houvesse oportunidade, em localização a definir. No dia 5 de março foram destinados a Almeida.

Os dois Regimentos da Praça de Almeida foram extintos pela convenção de Évora-Monte, em 26 de maio de 1834, bem como outras unidades⁶¹.

Entre 1828 e 1834 Almeida foi célebre por ser o sítio que mais recolhia presos políticos, resultantes das lutas liberais e pelas condições que não tinha para a sua vivência. Como prisões, eram utilizados os quartéis velhos e as casernas das portas da Cruz e de Santo António, havendo ainda uma principal no centro da vila. Muitos eram presos sem motivo aparente e sem julgamento. O próprio governador não sabia o que fazer com tantos presidiários. Por esse motivo, em 1833, perguntou ao Governador da Beira se ele próprio

⁵⁷ Por Alvará do dia 27.

⁵⁸ Pela O.D. 31 de 09 julho 1828.

⁵⁹ Pela O.D. 24 de 1831 (de dia 15 de abril).

⁶⁰ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

⁶¹ Como se pode constatar, através da comparação entre o 10º e 11º Dispositivo do Exército no Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921, as forças do Exército foram substancialmente reduzidas.

possuía autoridade suficiente para os libertar e como deveria ser o tratamento para com os presidiários que se encontravam nas prisões civis, por falta de capacidade das militares. Estas perguntas foram reencaminhadas para Sua Majestade a Rainha, para que as decisões fossem de acordo com a intenção do Governo. (V. Carvalho, 1988 b, p.68-69).

Em 9 de julho de 1832, o Tenente-Rei⁶² António Ribeiro presta lealdade a D. Miguel, numa carta escrita em Castelo Branco, para o Marquês de Tancos.

Em março de 1834, o regente D. Pedro permite a entrada aos espanhóis para se apoderarem de D. Carlos, que era pretendente ao trono espanhol e protegido por D. Miguel. Com a autorização de D. Pedro, o Brigadeiro Francisco Sanjuane, comandando 200 cavaleiros e 1.000 infantes, foi cercar Almeida para prender D. Carlos que vinha fugindo desde Lamego, Viseu, Guarda e Pinhel, com a intenção de entrar em Espanha por Ciudad Rodrigo. O cerco foi montado a 15 de abril de forma tão deficiente que só foram disparados 5 tiros da Praça de Almeida e, em 18 de abril, D. Miguel, tendo em conta a aproximação do Duque da Terceira e com receio do exército espanhol, conseguiu evacuar a guarnição de Almeida de 700 homens, para se reunir com o Brigadeiro José Cardoso, que operava a partir de Viseu. O Governador, Francisco Nunes de Andrade, antes de abandonar, entregou o Governo ao Coronel António Valdez, que nela estava preso, e disse-lhe que guardava as chaves das prisões em sua casa. O Coronel Valdez tomou o governo em nome da Rainha e os presos, que eram cerca de 520, conseguiram libertar-se espontaneamente pela ausência da autoridade, aclamando a Rainha. Ao todo, passaram por Almeida 1308 presidiários, tendo morrido 195 durante a sua pena. Após o sucedido, foi nomeado para organizar novamente a guarnição da Praça, o Capitão Manuel Pinto, do RI 15, de Guimarães. Em 23 de abril, a guarnição era formada por um Estado-Maior de 5 homens (Governador, Ajudante, Sargento-Ajudante, Secretário e Quartel-Mestre), um batalhão móvel de 467 homens, um fixo de 44, cavalaria com 28 homens e artilharia com 35 e 250 veteranos, num total de 839 homens, todos eles armados com material abandonado na Praça pelas forças miguelistas (Idem, pp.68-146).

No AHM (3/9/31/73) existe um relatório de 3 oficiais que serviram a “usurpação” e que continuaram “empregados” na Praça. Eram eles: o Capitão Reformado e Caserheiro Simão Gouveia, o 2º Tenente de Artilharia e Diretor das Obras Militares Bento Alves, e o Almofarite dos Armazéns Nacionais e Reais António Henriques. O relatório descreve o

⁶² Tenente-Rei era o segundo comandante das praças de guerra de 1ª Classe, subordinando-se ao Governador. A meio do século XIX passou-se a designar por Tenente-Governador (José Sobral, disponível em <http://www.audaces.blogs.sapo.pt/5077.html>, no dia 20 de março, às 15h04).

seu comportamento dizendo que, apesar de não darem provas decisivas de adesão à causa constitucional, também não davam desafeto ao Governo Legítimo. Existe no mesmo documento uma relação dos Oficiais pertencentes à Praça mas não aos Regimentos, em 22 de fevereiro de 1835, sendo o Governador o Tenente-Coronel de Cavalaria Manuel da Cunha, o Major-da-Praça (provisório) Tenente-Coronel de Infantaria Ignácio Lacerda, o Tenente de Cavalaria José Fraga (às ordens do Governo da Praça), e o Ajudante-da-Praça o 2º Tenente de Artilharia José Araújo. O Estado-Maior era composto pelo primeiro e pelo último atrás referido.

Em 1835 foi criado o Corpo de Estado-Maior. A Infantaria passou a ter 12 Regimentos de Linha e 4 de Caçadores. A Cavalaria ficou com 2 Regimentos de Lanceiros e 4 de Caçadores a Cavalos e a Artilharia com 4 Regimentos. Pela O.D. 15 de 13 de março de 1835 é implementado o 11º Dispositivo do Exército⁶³ (D. Carvalho, 1993, p.25).

Nas reformas verificadas entre 1836 e 38, foram criadas as Escolas Politécnicas e do Exército, as escolas de primeiras letras nos regimentos, os serviços de saúde foram remodelados, e decretadas as regras de promoção para os oficiais, passando a haver uniformidade de fardamento dentro de cada arma.

Em 1836 foi publicada⁶⁴ uma lei de recrutamento de emergência, contendo condições para um recrutamento suplementar, para fazer face a ameaças à independência nacional.

Foi criado o 12º Dispositivo do Exército em 1837⁶⁵. O Exército ficou dividido em 12 Divisões, tendo a Infantaria 20 Batalhões de Linha e 4 de Caçadores, a Cavalaria tinha 4 Regimentos de Lanceiros, 4 de Caçadores a cavalo e 3 Esquadrões a 2 Companhias, a Artilharia tinha 4 Regimentos (Ibidem).

Em 1837 foi publicado⁶⁶ um relatório dando conta dos esforços para melhorar a considerada “tão pouco vantajosa organização do Exército”, tendo em vista formar Corpos completos, sem no entanto ter aumento da despesa. A maioria dos Regimentos tinha os seus Batalhões separados e estes por sua vez tinham muitas vezes forças destacadas. Isto era manifestamente mau para a disciplina, comodidade e para a contabilidade na sua administração. Isto acontecera por dois motivos: pela intenção de ter muitos pontos do Reino com guarnições militares e porque apenas Lisboa, Porto e Elvas

⁶³ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

⁶⁴ Por Decreto de 5 de novembro de 1836.

⁶⁵ Por Decreto de 4 de janeiro de 1837, transcrito na O.D. 3 de 10 de janeiro do mesmo ano.

⁶⁶ Na O.E. 3 de 10 de janeiro.

tinham condições para ter Regimentos. Este sistema era considerado mau até para a agricultura, uma vez que a instabilidade dos Corpos dificultava as licenças dos Soldados que eram indispensáveis no cultivo das terras. O sistema também propiciava a deserção dos Soldados, isto porque eles serviam uma grande parte da sua vida longe dos seus lares, sem ter condições para se transportarem de um lado para o outro do Reino, o que fazia com que vivessem desgostosos. Os próprios edifícios que outrora serviam de quartéis estavam a ser degradados por estarem inabitados, havia por isso a intenção de os reaproveitar. Foi por estes motivos decretada nova reorganização no Exército, a seguir descrita:

A. Cavalaria:

- 1) A Cavalaria passou a ser composta por 8 Regimentos, sendo 4 de Lanceiros e 4 de Caçadores;
- 2) Em cada Regimento⁶⁷ constava um Estado-Maior, um Estado-Menor, 3 Esquadrões a duas Companhias cada um;
- 3) Todos os Esquadrões eram montados, e em tempo de guerra estava prevista a criação de um 4º Regimento de Depósito.
- 4) O RC 8, criado em Almeida, recebeu para o constituir Esquadrões pertencentes aos RC 2 e 4, ambos de Lisboa, e do RC6 de Chaves.

B. Infantaria:

- 1) A Infantaria passou a ser composta por 30 Batalhões, sendo 10 de Caçadores e 20 de Infantaria de Linha;
- 2) Cada Batalhão era constituído por 1 Estado-Maior, 1 Estado-Menor e 8 Companhias.

O Exército estava dividido em 10 Divisões Militares⁶⁸, sendo que o RC 8 de Almeida pertencia à 6ª Divisão, juntamente com Caçadores 26 do Fundão, Infantaria 6 da Guarda, RC 3 de Castelo Branco e Caçadores 29 de Pinhel.

Em 1840 a espingarda de pederneira é substituída pela de percussão. Pelo ministro Fontes Pereira de Melo foi criado em Vendas Novas um polígono de Artilharia, precursor da Escola Prática de Artilharia. Foi estabelecido o 13º Dispositivo do Exército⁶⁹.

⁶⁷ Cfr. Apêndice E – Orgânica dos BI e RC em 1837.

⁶⁸ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

⁶⁹ Por Decreto de 26 de outubro de 1840, transcrito na O.E. 55 de 31 de outubro.

O RC 8 foi transferido de Almeida para Castelo Branco pela O.E. 26 de 20 de abril de 1841. Retorna a Almeida pela O.E. 58 de 20 de dezembro de 1842 e novamente para Castelo Branco pela O.E. 22 de 10 de maio de 1844.

Em 1841 foi determinado⁷⁰ que o quartel permanente do BI 22 fosse em Almeida. Este BI vinha também de Castelo Branco.

Em 1842⁷¹ os efetivos da Infantaria do Exército passaram a ser distribuídos por 16 Regimentos de Infantaria, 8 de Caçadores e 1 Regimento de Granadeiros da Rainha.

4.4. Revolta de Torres Novas (Cerco a Almeida de 1844)

Na sequência da Revolta de Torres Novas, houve novo cerco em Almeida. Dia 5 de fevereiro de 1844, o Governador de Torres Novas envia uma mensagem para o Ministro do Reino a dar conhecimento de uma revolta, que os militares estavam na rua desde o dia anterior e que desconhecia o líder da revolta. Os revoltosos seguiram para Santarém, Tomar e daí para o Fundão. Esta revolta deflagrou no seio do RC 4 de Torres Novas, liderada pelo Coronel de Cavalaria António de Vasconcellos Corrêa e pelo Capitão de Artilharia José Estevão, professor de Economia Política na Escola Politécnica de Lisboa. O motivo da revolta, alegado por eles, seria a intenção de fazer cumprir o decreto de 10 de fevereiro de 1842, que estabelecia objetivos mais democráticos para a Carta Constitucional, mas que fora revogada por Costa Cabral, bem como o projeto lei sobre as misericórdias. Culpavam o Governo de roubar a nação e de usar os militares para a oprimir, desonrando assim o nome da Rainha e destruindo a liberdade que tanto custara a conquistar. Ao contrário do que esperavam, o RC 8 de Santarém, não aderiu à revolta, ao invés dos destacamentos de Aldêa Galega do Ribatejo, Rio Maior, uma grande parte do RI 12 de Castelo Branco, aonde chegaram os revoltosos no dia 8, tendo já à sua espera o Destacamento de Cavalaria do Fundão para os apoiar. Entretanto, chegou-lhes a notícia que o Batalhão de Caçadores nº 1, estacionado na Guarda, também aderiu, mantendo-se o resto do Reino em ordem, inclusive Almeida. No dia 14 reuniu-se-lhes o Conde do Bonfim, que tomou o comando dos revoltosos, seguindo depois em direção à Guarda. Um negociante falido de Almeida, ao saber dos movimentos para a Guarda, foi ao seu encontro para os convencer a irem para Almeida e se apoderarem dos seus recursos. O Governador, ao saber da aproximação dos revoltosos mandou fechar as portas da Praça,

⁷⁰ Pela O.E. 45 de 23 de julho de 1841.

⁷¹ Pela O.E. de n.º 56 de 15 de dezembro.

a que se reuniram grupos do povo com a intenção de o evitar. O Governador decidiu reunir as autoridades civis e militares para deliberar como haviam de reagir ao sucedido, mas por falta de confiança nelas e pela pouca aptidão para a defesa resultante de uma guarnição pequena, decidiu evadir-se durante a noite para não assumir a vergonha de ter entregado a Praça aos revoltosos. No dia seguinte, dia 19, o Estado-Maior resolveu abrir as portas e dar guarida à rebelião. Estima-se que os revoltosos estariam entre os 800 e 900 militares pelo número de rações que eram distribuídas diariamente. A intenção primária não era ficarem por Almeida, mas por falta de adesão de outras forças, os revoltosos acabam por se fortificar em Almeida, sendo depois sitiados por uma divisão (sem artilharia) comandada pelo Visconde de Fonte Nova que ao todo reunia 2.649 homens. O Visconde da Fonte Nova escreve uma intimação para que os revoltosos se rendessem, para que não fosse derramada uma gota de sangue português, ao que o Conde do Bonfim responde não ser sua intenção que houvesse sangue derramado, que todos os seus homens estavam prontos a obedecer à Rainha, mas que não poderiam permitir que as tropas se chegassem à Praça. Disse ainda para refletir nas suas ações seguintes e nos valores de ambos os lados, porque o País o haveria de fazer também (V. Carvalho, 1988 b, pp.155-184)

Pelo Visconde da Fonte Nova foram requeridas peças de artilharia ao Governo de Ciudad Rodrigo, que tinha indicações do governo espanhol para os apoiar. Também o Conde do Bonfim procurou auxílio nas autoridades espanholas, requereu autorização para entrar armado em Espanha e voltar a entrar em Portugal numa outra província portuguesa, requerimento esse que teve a resposta que se o fizessem seriam imediatamente desarmados e detidos. No dia 18 de março as tropas legalistas estavam da seguinte forma:

1ª Brigada	Junça e Naves
2ª Brigada	Vale da Mula e Vale de Coelha
3ª Brigada	Malpartida e Reigada
RI 9	Cinco Vilas
RI 14	Cabeço Negro

Ilustração 7 - Quadro resumo da localização das forças legalistas em 18 de março de 1844

As forças de Cavalaria patrulhavam a área entre elas. Este dispositivo servia para cortar todo o reabastecimento destinado à rebelião enquanto não chegasse a Artilharia. Sabia-se que na Praça tinham uma grande carência em víveres e lenha, pelo que já desmantelavam casas pela madeira, devido ao frio que se fazia sentir, ao ponto mesmo de nevar. Entretanto chega a artilharia e começa o fogo no dia 1 de abril, mas com bastante dificuldade pois os estopins e espoletas eram já do cerco do Porto (1832-1833). Havia

peças para as quais não tinham vindo granadas de calibre correspondente e outras que eram tão velhas que após o 1º disparo ficavam inutilizadas. Nesse dia houve inclusive militares a desertar para dentro da Praça, que respondia aos disparos mas sem conseguir causar danos nos sitiados. Nos dias seguintes o fogo continuou, causando estragos dentro da vila. No dia 3 foram disparados 200 tiros para dentro da Praça. No dia 4 não houve fogo porque era o aniversário da Rainha, o que foi aproveitado para reorganizar as tropas sitiadas e reparar as suas peças, bem como para mulheres completamente aterradas e demais que não podiam pegar em armas fugir de dentro da Vila, havendo essa intenção dos sitiados para assim se reduzir o consumo de víveres. No dia 7 de abril as forças sitiadas já eram 4.038, a situação dos revoltosos era desesperante, mas a sua defesa continuava vigorosa na esperança que houvesse no País outros focos de revolta. Houve ainda a intenção dos sitiados romperem o cerco e se irem juntar à população de Trás-os-Montes que se estava a juntar à revolução, intenção essa refutada pelo constante acréscimo das forças sitiadas. No dia 28 de abril rendeu-se a Praça por esgotamento de víveres, passado quase um mês e meio, ficando guarnecida por contingentes de granadeiros da Rainha e do RI 1. Por mérito do Visconde da Fonte Nova, o Ministério da Guerra abonou de uma ração diária todos aqueles que, por fruto do ocorrido em Almeida, não conseguiam a sua subsistência pelo trabalho (Idem, pp.184-213).

Por causa da Revolta de Torres Novas foram alterados vários Corpos do Exército, entre eles o RC 8 de Almeida que foi mudado para Castelo Branco, conforme O.E. nº 22 de 10 de maio de 1844.

Analisando os mapas do AHM referentes à guarnição de Almeida, de janeiro e de agosto de 1844, verifica-se que, após o cerco, o RI tinha 110 militares, mais 6 que em janeiro, ou seja, não houve transformações significativas no Regimento, ao contrário do RA 3, que foi extinto. Este Regimento era constituído por 23 militares, entre eles 1 Capitão e 2 Subalternos. No ano de 1845, nos mapas de janeiro, julho e setembro não se registam grandes alterações, relevando-se apenas a falta do Governador e do Tenente-Rei, estando a Guarnição a ser comandada pelo Major-da-Praça.

Na reorganização de 1849 a 50, D. Pedro V promulga o 14º Dispositivo do Exército, dividindo o dispositivo por 3 divisões militares – Lisboa, Porto e Évora – com 18 subdivisões, tendo cada uma delas 18 Regimentos de Infantaria, 9 Batalhões de Caçadores, 2 Regimentos de Cavalaria, 6 de Caçadores a Cavalão, 3 de Artilharia, 1 de Engenharia, Corpo Telegráfico e Serviço de Saúde (D. Carvalho, 1993, p.28).

4.5. A Regeneração

Em 25 de julho de 1855 foi publicada a primeira lei de recrutamento. Nela se determinava que a força do Exército seria fixada todos os anos pelas Cortes. Eram recrutados mancebos de 20 e 21 anos, podendo-se recrutar subsidiariamente caso não houvesse em número suficiente. Os serviços eram de 8 anos, sendo 5 efetivos e 3 de reserva. A reserva não era afeta de nenhuma disciplina nem de organização, podendo apenas ser chamada ao serviço em situações extraordinárias e por Lei ou Decreto (idem, p.29).

Em 1863, o Ministro da Guerra, Fontes Pereira de Melo, encomenda a Inglaterra as espingardas e carabinas Enfield de 14mm. Foram ainda estriadas as antigas peças e obuses e fundiram-se novas bocas-de-fogo. Iniciaram-se os trabalhos das fortificações destinadas ao porto de Lisboa e constituiu-se o Campo Entrincheirado de Lisboa. Foi montado o 15º Dispositivo do Exército⁷². Em 1866 são adquiridas as carabinas Westley Richards de 11 mm.

Em 1868 o tempo do serviço militar é reduzido para 3 anos de efetividade e 5 de reserva, pela Carta de Lei de 6 de setembro de 1868 (idem, p.30).

Em 1874, o Exército passa a ser armado pelas peças de carregar pela culatra, do sistema Kreiner de 8 cm, também por iniciativa de Fontes Pereira de Melo. Em 1785, por peças de 9 mm do sistema Krupp. Uma vez que em toda a Europa se tinham adotado as armas de carregamento pela culatra, em 1884 adquiriram-se a Inglaterra espingardas Schneider e culatras para adaptar às antigas espingardas Enfield. Em 1885 compraram-se também à Áustria espingardas – mais avançadas – do sistema Kropatchek, de calibre 8mm e de repetição. Em 1887, o Campo Entrincheirado de Lisboa é armado com peças de artilharia alemã de costa, de 15 e 28 cm, e com peças de tiro rápido de costa de 7,5 e 15 cm, bem como de obuses de 28 cm.

Em 1884 o governo foi autorizado⁷³ a reorganizar o Exército dentro de certos limites. Passou a haver duas reservas: a primeira era constituída por militares ao fim de 3 anos de serviço até ao 8º ano, inclusive; a segunda reserva era formada pelos militares a partir do 9º até ao 12º, quando tinham baixa definitiva. A segunda reserva só podia ser

⁷² Por decreto de 21 de dezembro de 1863, transcrito na O.E. 53 de 31 de dezembro.

⁷³ Por decreto de 19 de maio de 1884.

chamada em caso de guerra com uma entidade exterior ao Reino (D. Carvalho, 1993, pp.30-31).

A criação do Campo Entrincheirado de Lisboa demonstra bem a perda da importância da Defesa Fronteiriça. Nos finais do século XIX começa a ser notório o investimento na defesa da capital em detrimento da fronteira. Com a Guerra Peninsular e a Guerra Civil ficou claro que era impossível defender o território na sua totalidade e que uma invasão teria sempre como destino Lisboa, que era o maior aglomerado populacional e económico. Como tal, começou-se a investir na região de Lisboa a maioria dos recursos disponíveis.

4.6. As últimas reformas da Monarquia

No reinado de D. Carlos I, no ano de 1899, é aprovado⁷⁴ o 17º Dispositivo do Exército⁷⁵.

Em 1890 foram fundadas as Escolas Práticas de Infantaria e Cavalaria.

A formação dos oficiais, depois de concluídos os preparatórios na Escola Politécnica de Lisboa e Academia Politécnica do Porto nas Escolas Práticas de Infantaria em Mafra, de Cavalaria em Torres Novas, Artilharia em Vendas Novas e Engenharia em Tancos. Foi criada a reserva territorial, constituída por todos os homens válidos dos 35 aos 45 anos de idade.

Foi estruturado⁷⁶ o 18º Dispositivo do Exército, em 1901. Esta reestruturação organizava o Exército em 3 grandes circunscrições: do Norte, do Centro e do Sul. Na Praça de Almeida fica previsto o RC 7 a 3 Esquadrões, sendo o 4º em Aveiro. Juntamente com o RC 8 de Castelo Branco formava a 3ª Brigada de Cavalaria (que tinha sede na mesma cidade), pertencente à 2ª Divisão Militar, com sede em Viseu, e que, por sua vez, pertencia à Grande Circunscrição Militar do Centro. A constituição dos RC sofreu também alterações⁷⁷.

⁷⁴ Pelo decreto de 14 de setembro de 1899.

⁷⁵ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921.

⁷⁶ Pela O.E. 22 de 28 de dezembro.

⁷⁷ Cfr. Apêndice F – Orgânica dos RC decretada em O.E. 22 de 1901.

4.7. As reformas da 1ª República Portuguesa (1911 e 1921)

Em 1911 foi estruturado⁷⁸ o 19º Dispositivo do Exército⁷⁹. A Escola do Exército sofreu alterações e passou a chamar-se Escola de Guerra. O Exército passou a estar organizado em:

- A. Tropas ativas (1ª linha) – 10 anos de serviço;
- B. Tropas de reserva (2ª linha) – 10 anos de serviço;
- C. Tropas territoriais (3ª linha) – até aos 45 anos de idade.

Em 1921 foi criado⁸⁰ o 20º Dispositivo do Exército, sendo destacado para Almeida o 3 Batalhão do RI 34, cuja sede era em Pinhel.

4.8. As reformas da Ditadura Militar (1926 e 1927)

Em 1926, na O.E. 8 de 12 de julho, é dada conta a preocupação de tornar possível um Exército de campanha decorrente das necessidades da guerra da época. No entanto, as reorganizações futuras deveriam ter sempre em conta o tríplice aspeto da política interna e externa, economia e estado financeiro. Admitiu-se, à partida, que o trabalho futuro não seria perfeito face às leis da orgânica, mas que seria um esforço por tornar possível o equilíbrio entre as necessidades de um bom Exército, dentro das despesas que isso proporciona à Nação. A premissa foi que o estabelecimento da nova organização do Exército para tempo de Paz propiciasse a formação do Exército de Campanha. Esta nova organização deveria ser capaz de o compor e mobilizar.

Nesta O.E., dois regimes militares são equacionados: o regime miliciano e o permanente. O regime miliciano suíço, da qual era inspiração a reorganização de 1911, tinha-se revelado inadequado à índole e condições⁸¹ do povo português. Por outro lado, os exércitos permanentes obrigavam a grandes efetivos, obrigando a uma maior dotação dos quadros, o que acarretaria necessariamente uma despesa elevada. Outra consideração a ter em conta era a situação geográfica e a posição política internacional. Portugal era um pequeno país com um vasto domínio colonial, onde era por vezes necessário atuar

⁷⁸ Na da O.E. 214 de 26 de maio de 1911.

⁷⁹ Cfr. Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército, entre 1643 e 1921.

⁸⁰ Pela O.E. 5 do dia 7 de maio.

⁸¹ A necessidade de instruir toda a população capaz de prestar serviço militar, com vista a que no ato de mobilização de dispusesse do máximo efetivos para a defesa do País, era inadequado pois obrigava a que se afastasse dos vários ramos da atividade nacional “braços e cérebros por um tempo mais ou menos longo”, causando perturbações graves na economia.

rapidamente com tropas do Exército Metropolitano, obrigando a que uma parte do exército fosse organizado e preparado para que o seu emprego pudesse ser rápido e eficaz, quer para garantir a segurança do País, quer para honrar os compromissos derivados dos tratados, quer para exercer a sua ação onde os interesses nacionais o exigissem. Por estas considerações adotou-se o sistema misto, próximo do inglês na sua organização e doutrina.

Em 1926 foi decretada⁸² a nova organização do Exército.

Em Almeida ficou sediado o 4º Esquadrão do RC 8 de Aveiro. Este Regimento tinha ainda o seu 3º Esquadrão em Nelas. Foi também extinto o 3º Batalhão que havia em Almeida, pertencente ao RI 34 de Pinhel.

A Revolta de fevereiro de 1927, também conhecida como Movimento do Revirinho, foi uma primeira tentativa de derrube da Ditadura em vigência. A Revolta foi centralizada na cidade do Porto, onde se encontrava o centro de comando do Movimento. No final, a Revolta acabou com a rendição dos insurretos e cerca de 150 mortos e 760 feridos em Lisboa e no Porto.

Posteriormente, foram publicadas⁸³ as punições do movimento revolucionário. Foram separados do serviço, com 50% do vencimento, todos os magistrados, oficiais e funcionários civis pertencentes ao Exército e Armada que tomaram parte na sua preparação ou execução. A todos os Sargentos e Praças igualmente envolvidos pertencentes ao Exército, Armada, Guarda Fiscal e Guarda Nacional Republicana (GNR) foram dadas baixa do serviço⁸⁴. Foram dissolvidas todas as unidades do Exército e GNR que, total ou parcialmente, tomaram parte dos movimentos revolucionários. Todos os centros políticos e associações que, direta ou indiretamente tomaram parte dos movimentos foram igualmente dissolvidas, tendo o Governador Civil competente a obrigação de mandar arrolar todos os bens e pertences para os pôr em praça, revertendo o seu produto para os hospitais civis das suas localidades. Todas as associações careceriam de autorização do Governo, por intermédio do Governador Civil competente, para poderem arrendar uma propriedade que se destinasse ao seu exercício. Todos os proprietários ou arrendatários que consentissem reuniões de caráter político em sua casa seriam punidos com o anterior disposto.

⁸² Na O.E. 10 de 31 de agosto de 1926.

⁸³ Na O.E. 2 de 17 de fevereiro de 1927.

⁸⁴ Apenas os Sargentos com mais de 15 anos de serviço foram reformados com 50% da respetiva pensão.

Durante a Revolta, o RC 8⁸⁵, que era apoiante do Governo, atravessou a Ponte de D. Luís, no Porto, no dia 4 de fevereiro, sob fogo dos revolucionários. Foi detido porém nas barricadas que defendiam a Praça da Batalha (Ferreira, 2009)⁸⁶.

No dia 26 de janeiro tinha já chegado a Almeida uma ordem do Ministério da Guerra para que o 4º Esquadrão do RC8 recolhesse a Aveiro. Tal só se efetivou a 19 de fevereiro, pelo que se depreende que a guarnição de Almeida em nada esteve relacionada com o Movimento Revirvalho. No entanto, foi esta a última unidade do exército a guarnecer Almeida.

⁸⁵ O 4º Esquadrão do RC8 estava sediado em Almeida e não fez parte desta operação.

⁸⁶ Disponível em <http://www.5dias.net/2009/03/04/memorias-do-%C2%ABrevirvalho%C2%BB-ii/>, no dia 2 de julho de 2014, às 17h08m.

Conclusões e Recomendações

Introdução

Neste último capítulo, que representa o culminar da investigação, é analisado o cumprimento dos objetivos propostos, respondendo às Questões Derivadas e à Questão Central. É ainda feita uma reflexão sobre as limitações encontradas e propostas linhas orientadoras para futuras investigações, relacionadas com a Praça de Almeida.

Cumprimento dos Objetivos

A investigação feita, cruzando publicações de vários autores e analisando documentos históricos, materializou o cumprimento dos objetivos propostos: foi possível identificar as unidades que guarneceram a Praça de Almeida. Identificou-se a tipologia e as missões destas unidades para que fosse perceptível a importância da Praça na Defesa Territorial na Fronteira Beirã.

Com o cumprimento destes mesmos objetivos, foi possível responder às Questões Derivadas e, conseqüentemente, à Questão Central tomando como referência os três parâmetros considerados necessários para a análise do objeto de estudo:

- Almeida e as principais reorganizações militares portuguesas;
- Tipologia das forças que constituíram a guarnição de Almeida;
- As missões desempenhadas pelas guarnições militares de Almeida.

Resposta às Questões Derivadas

A resposta a cada uma das questões derivadas materializa o cumprimento dos objetivos específicos definidos na parte inicial do TIA.

Respondendo à QD1: “Com a criação do primeiro dispositivo militar permanente, quais foram as unidades sediadas em Almeida e o seu papel na guerra da Restauração (1640-1668)?”. A unidade criada neste dispositivo foi o Terço de Almeida, e tinha como

missão garantir a manutenção⁸⁷ da Praça de Almeida. A guarnição tinha uma tipologia de forças baseada em Infantaria, Cavalaria e Artilharia de Praça. A missão da guarnição confirmou o modo de conduzir as operações na época, em que as operações de cerco tinham grande importância. Em dois momentos a Praça foi atacada, em 1646 e em 1663, e a guarnição conseguiu repelir o inimigo, cumprindo a sua missão articulando as três armas: Infantaria, Cavalaria e Artilharia.

Relativamente à QD2: “De que modo as novas Ordenanças de D. João V se refletiram em Almeida?”. O Terço de Almeida foi extinto para dar lugar a um Regimento de Infantaria composto por um Estado-Maior e 4 companhias, conforme Alvará de 15 de novembro de 1707. Este Regimento ficou conhecido como Regimento Velho de Almeida e revelou a prioridade dada à arma de Infantaria, relativamente à Cavalaria, mantendo sempre a arma da Artilharia de Praça, como do antecedente (século XVII).

Quanto à QD3: “Qual foi o dispositivo militar implementado em Almeida com a reforma do Conde de Lippe e de que modo foi empregue durante a Guerra dos Sete Anos?”. Os Regimentos foram reestruturados, passando os RI a ser constituídos por 7 companhias e os RC por 8 companhias. A parte da guarnição de Infantaria de Almeida foi utilizada de forma estática, contribuindo para a Defesa Territorial da fronteira, face à ameaça espanhola no Eixo da Beira-Alta. O RCL foi destacado para o Ribatejo para integrar o Exército de Observações, mas a restante guarnição de Almeida foi utilizada na defesa local, com a missão de garantir a manutenção da Praça. Neste período, a Praça viu remodelada a sua artilharia com os sistemas mais sofisticados da época, substituindo os modelos do século XVII.

Partindo para a QD4: ” Qual a tipologia de forças da guarnição de Almeida durante as invasões francesas (1807-1810)?”. A guarnição era constituída pelo RI 24 (vindo de Bragança), com 1585 militares, o RA, 4 com 401 militares, o RC 11, com 68 militares e ainda 3 Regimentos de Milícias de Trancoso, Guarda e Arganil, com 2197 militares. A Praça estava fortemente armada com peças de Artilharia (115 ao todo). Existiu portanto um incremento do poder da Artilharia da Praça neste período e uma predominância das forças de Infantaria comparativamente à Cavalaria. Este facto está relacionado com os avanços tecnológicos das armas de Artilharia e com o grande número dos efetivos do

⁸⁷ À luz do atual conceito militar “Reter” significa que uma unidade militar deve assegurar o terreno por si controlado, livre de ocupação ou utilização por parte de forças inimigas (PDE 0-19, 2000, p.5).

exército invasor⁸⁸. Na 3ª Invasão Francesa, em agosto de 1810, a Praça Almeida assumiu um grande protagonismo na Defesa Territorial de Portugal. A missão da Praça era deter o mais tempo possível o invasor, enquanto que o grosso das forças anglo-lusas desenvolvia a ação retardadora planeada por Wellington. Esta operação foi marcada por um incidente no interior da Praça (a explosão do paiol) que foi decisivo na neutralização da Praça, facilitando a sua conquista pelo invasor. Independentemente deste incidente, a missão da Praça no âmbito da Defesa Territorial revela-se secundária no quadro da missão geral da defesa do País, que nesta ocasião já revelou a prioridade da Defesa Territorial junto à capital (Linhas de Torres Vedras).

Quanto à QD5: “Que tipo de missões realizaram as unidades de Almeida durante o século XIX?”. A Artilharia perdeu expressão na guarnição da Praça. A Praça deixa de estar vocacionada para a Defesa Territorial, embora mantenha uma força de guarnição, mantendo as componentes Infantaria e Cavalaria. As suas unidades tiveram participação nas lutas liberais (internas), mas neste período não desempenharam missões de Defesa Territorial. O Cerco de 1810 foi o último episódio em que Almeida esteve envolvida em operações de Defesa Territorial da Fronteira da Beira, e após este momento, verifica-se uma significativa redução da atribuição de recursos, em particular ao nível do armamento da Artilharia da Praça.

Quanto à QD6: “Qual foi o dispositivo militar existente em Almeida no século XX até ao final da presença militar?”. A preponderância de unidades de Cavalaria confirma a vocação das forças militares mais para missões de vigilância, em detrimento da defesa efetiva da fronteira. Regista-se uma forte presença⁸⁹ de unidades de Cavalaria e, como sugere o relatório⁹⁰ de 1893, estas poderiam fazer uso das instalações e do terreno para treinos de operações de reconhecimento.

⁸⁸ A grande diferença de efetivos de ambas as partes tornava impraticável a manobra das nossas forças fora da fortaleza, pelo que não fazia sentido ter uma Cavalaria com muitos efetivos.

⁸⁹ Em 26 anos de guarnição no século XX, 21 anos foram guarnecidos com forças de Cavalaria e 5 com forças de Infantaria.

⁹⁰ AHM (3/9/27/A9).

Resposta à Questão de Partida

Com suporte na investigação realizada foi possível responder à Questão de Partida: **“Quais foram as unidades militares existentes em Almeida desde o século XVII até ao século XX e como a sua tipologia e missão, traduziram a evolução do conceito de Defesa Territorial?”**.

Na investigação foi possível identificar todas as unidades que estiveram aquarteladas na Praça de Almeida durante o período em estudo⁹¹, sendo possível caraterizar a tipologia de forças presentes na sua guarnição.

Através das principais reorganizações militares, Almeida teve, desde o século XVII até ao início do século XIX, uma elevada prioridade e importância na atribuição de meios militares para a Defesa Territorial, nomeadamente no período desde a implementação do primeiro dispositivo militar permanente até à Guerra Peninsular inclusive. A partir desse momento verificou-se o desinvestimento na fortificação e no armamento da Praça, apesar de em Almeida continuarem a existir guarnições numerosas em Almeida.

Quanto à tipologia de forças, estiveram presentes forças de Artilharia, de Infantaria e de Cavalaria. Até à primeira metade do século XIX, a guarnição manteve a presença das três armas, Infantaria, Artilharia e Cavalaria, ainda que a importância relativa das mesmas seja visível principalmente durante o século XVIII, onde se observa a preponderância da Infantaria e da Artilharia. A Artilharia sempre associada à defesa da fortificação, foi basicamente uma Artilharia de Praça (estática).

Através das operações em que a Praça esteve empenhada, pode-se observar a evolução do papel de Almeida no âmbito da Defesa Territorial:

- Na Restauração, como a Guerra era conduzida de forma muito próxima das fronteiras, baseando-se na conquista e manutenção de praças/fortalezas, o Terço de Almeida tinha como missão garantir a manutenção da Praça. A manutenção da Praça materializava a posse do terreno adjacente e permitia o socorro a outras forças ou a aglomerados populacionais vizinhos.
- Na Guerra Fantástica, o Exército invasor já tinha objetivos mais em profundidade no nosso território, como tal, a missão consequente era retardar o mais possível o seu avanço a partir do Eixo da Beira-Alta, para garantir liberdade de movimentos e manobras do grosso do Exército Português. Esta missão foi executada de forma

⁹¹ Cfr. Apêndice A – Gráfico da cronologia das Guarnições da Praça de Almeida.

estática com as Guarnições abrigadas na Praça (cercadas). O inimigo era obrigado a fazer este cerco porque, se apenas contornasse a Praça e prosseguisse com a sua progressão, a guarnição da Praça tinha efetivo suficiente para lesar o inimigo na retaguarda ou cortar as suas vias de comunicação.

- Na 3ª Invasão Francesa, em 1810, o inimigo procedeu da mesma forma, embora a dimensão do seu Exército possibilitasse o contorno da Praça. A guarnição de Almeida já não teria potencial para influenciar as operações na sua retaguarda. No entanto, a Praça preparou-se fortemente para a Invasão, e Massena decidiu pôr cerco a Almeida. Igualmente à situação anterior, a missão da Guarnição que se encontrava em Almeida foi retardar o mais possível o inimigo, desta vez para que o Duque de Wellington consolidasse a preparação das Linhas de Torres Vedras.
- Após 1810, a importância militar da Praça começou a decair. Depois da Revolução Francesa, os Exércitos aumentaram substancialmente o seu tamanho. A área dentro da Praça de Almeida já não permitiria investir potencial tal que influenciasse a retaguarda de um exército de massas, para além de que o desenvolvimento do armamento de Artilharia tornou difícil a defesa de uma força estática e isolada, como se verificou no cerco de 1810. Após a Guerra Peninsular começou-se a investir sobretudo na defesa de Lisboa, descurando a defesa territorial das fronteiras. A partir de 1901 até 1927 há em Almeida uma predominância de forças de Cavalaria, indo ao encontro do relatório de 1893, que constatava que a Praça não tinha qualquer valor militar, devendo-se tornar indefensável, mas que, no entanto, as suas instalações e o terreno envolvente poderiam ser usados por forças de Cavalaria para treino de operações de reconhecimento.

Foi desta forma que Almeida viu as suas guarnições adaptarem-se à Defesa Territorial e nela participarem ativamente. Com a evolução de ideais, armamento, táticas, da maneira de conduzir a guerra, a defesa do território e da soberania nacional deixou progressivamente de se fazer nas fronteiras, razão pela qual a Praça de Almeida, bem como as demais praças/fortalezas fronteiriças, foram perdendo valor militar. Em todo o caso, Almeida esteve sempre voltada para a Defesa Territorial, operando sempre de forma estática em vez de projetar forças para outras regiões (excetuando o RCL, que foi destacado para o Exército de Observações no Ribatejo, no âmbito da Guerra dos Sete anos). Ao se investir potencial dentro da Praça, se esse potencial fosse relativamente

grande perante uma força invasora, esta teria sempre que cercar a Praça, despendendo de tempo e/ou forças para que esse potencial não saísse da Praça, influenciando as suas operações na retaguarda.

Limitações da Investigação

Apesar de serem muitas as publicações já feitas sobre Almeida, a maioria destina-se à caracterização arquitetónica das muralhas da Praça e à descrição das batalhas em que esteve envolvida, principalmente do cerco de 1810. A vertente investigada neste trabalho é algo que nunca antes fora estudado, pelo que foi desafiador fazer o cruzamento de várias publicações e analisar documentos das épocas em questão. No entanto, por se tratar de uma investigação abrangente, não foi possível analisar/introduzir neste trabalho muitos pormenores que seriam interessantes em investigações mais específicas. Deu-se por isso relevância ao emprego operacional das várias guarnições nos momentos decisivos e às suas composições.

Propostas para Investigações Futuras

No final desta investigação, considera-se oportuna a investigação no sentido de caraterizar as guarnições de Almeida isoladamente, dando uma vez mais primazia àquelas que estiveram empenhadas nos confrontos descritos. Investigando uma guarnição isoladamente possibilitaria desenvolver aspetos que neste trabalho não foi possível, como por exemplo o serviço militar a que os homens estavam vinculados, como era feito o recrutamento, as licenças a que tinham direito, normas disciplinares a que estavam sujeitos, armamento/equipamento/fardamento que recebiam e as condições de vivência que tinham dentro da Praça.

Fontes e Bibliografia

Documentos do AHM

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 27, n.º A9

1 relatório (1893): Parecer sobre o reconhecimento das praças de guerra e mais pontos fortificados da área da segunda divisão militar.

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 27, n.º B1

Situação da Praça perante o inimigo.

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 27, n.º B2

Artigos diversos em falta e que se tornam necessários.

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 27, n.º B3

Obras e outras necessidades da Praça.

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 27, n.º B4

1 relação: Artilharia, armas, munições de guerra, petrechos militares e mais géneros das Praças da Província da Beira.

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 27, n.º B6

Efetivo da Companhia de Artilharia da guarnição da Praça

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 27, n.º B7

2 mapas (1763): Extratos da artilharia, munições e víveres.

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 30, n.º 4

12 mapas (1775): Guarnição.

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 3

4 mapas (1776): Guarnição.

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 13

2 mapas (1797): Força do esquadrão de cavalaria que guarnece a Praça.

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 14

1 mapa (1798): Força do destacamento de Artilharia.

3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 23

- 1 relação (1810): Oficiais inferiores, tambor-mor e soldados.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 32
- 4 mapas (1815): Guarnição.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 34
- 3 mapas (1816): Guarnição.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 37
- 4 mapas (1817): Guarnição.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 39
- 2 listas (1818): Antiguidade dos oficiais.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 41
- 11 mapas (1818): Guarnição.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 42
- 1 lista e 2 relações (1819): Antiguidade dos oficiais do estado maior e trem da Praça.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 43
- 8 mapas (1819): Guarnição.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 44
- 7 mapas (1820): Guarnição.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 45
- 1 lista (1820): Antiguidade dos oficiais.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 47
- 1 relação (1822): Idade e antiguidade dos oficiais.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 58
- 1 ofício e 1 relação (1825): Antiguidade e informação semestre dos oficiais.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 59
- 2 relações e 2 ofícios (1826): Antiguidade dos oficiais.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 62
- 1 ofício e 1 relação (1828): Antiguidade dos oficiais da Praça e do trem.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 64
- 1 relação (1829): Antiguidade dos oficiais do estado maior.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 78
- 1 relação (1845): Antiguidade dos oficiais do estado maior.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 79

- 1 mapa (1846): Guarnição.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 80
- 1 resumo de relatório (1854): Trabalhos apresentados pela comissão encarregada de examinar a Praça.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 68
- 2 mapas (1831): Guarnição.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 71
- 1 relação (1832): Antiguidade dos oficiais.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 72
- 2 relações (1834): Antiguidade dos oficiais.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 73
- 3 relações (1835): Oficiais pertencentes à Praça e oficiais que serviram a «usurpação».
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 74
- 2 relatórios (1836): Oficiais do estado maior da Praça.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 76
- 2 mapas (1844): Guarnição.
- 3ª Divisão, 9ª Seção, Caixa 31, n.º 77
- 3 mapas (1845): Guarnição.

Tratados e Legislação

1297

- Tratado de Alcanizes, 12 de setembro

1640

- Decreto de 11 de dezembro

1641

- Decreto de 28 de janeiro

1642

- Decreto de 10 de julho

1707

- Decreto de 24 de dezembro

1709

- Alvará de 18 de outubro

1715

- Decreto de 21 de agosto

1732

- Decreto de 24 de dezembro
- 1762**
 - Decreto de 16 de abril
 - Decreto de 24 de setembro
- 1763**
 - Decreto de 10 de maio
 - Decreto de 24 de setembro
- 1786**
 - Decreto de 8 de agosto
 - Decreto de 4 de setembro
- 1796**
 - Decreto de 30 de junho
 - Decreto de 1 de agosto
- 1800**
 - Decreto de 1 de janeiro
- 1805**
 - Decreto de 27 de setembro
- 1806**
 - Decreto de 19 de maio
- 1810**
 - Decreto de 6 de setembro
- 1811**
 - O.D de 4 de maio
- 1813**
 - O.D. de 17 de abril
- 1816**
 - O.D. de 21 de outubro
- 1821**
 - Decreto de 22 de agosto
- 1828**
 - O.D. 31 de 9 de julho
- 1831**
 - O.D. 24 de 15 de abril
 - O.D. de 20 de outubro
- 1833**
 - Decreto de 26 de janeiro
 - O.D. 34 de 17 de janeiro
 - O.D. 39 de 30 de janeiro
 - O.D. 41 de 30 de janeiro
 - O.D. 45
 - O.D. 46
 - O.D. 123
 - O.D. 132
- 1834**

- Convenção de Évora Monte
- Decreto de 2 de março
- O.D. 20 de 23 de fevereiro
- O.D. 21 de 28 de fevereiro
- O.D. de 5 de março
- Portaria de 28 de junho

1835

- O.D. 15 de 13 de março

1836

- Decreto de 5 de novembro
- O.D. 3 de 10 de janeiro

1837

- Decreto de 4 de janeiro
- O.E. 3 de 10 de janeiro

1840

- Decreto de 26 de outubro
- O.E. 44 de 31 de outubro
- O.E. 55 de 31 de outubro

1841

- O.E. 26 de 20 de abril
- O.E. 45 de 23 de julho

1842

- Decreto de 10 de fevereiro
- O.E. 56 de 15 de dezembro
- O.E. 58 de 20 de dezembro

1863

- Decreto de 21 de dezembro
- O.E. 53 de 31 de dezembro

1844

- Decreto de 19 de maio
- O.E. 22 de 10 de maio

1899

- Decreto de 14 de setembro

1901

- O.E. 22 de 28 de dezembro

1911

- O.E. 214 de 26 de maio

Publicações

AFONSO, Carlos (2011). Almeida – O Cerco de 1810. In RIBEIRO, António Baptista (Coord), *CEAMA. N.º. 7*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

ALMEIDA, João de (1945). *Roteiro dos monumentos militares portugueses, Vol I*. Lisboa: Edição do Autor.

ALMEIDA, Tereza Caillaux de (2010). *Memória das Invasões Francesas em Portugal (1807-1811): Uma perspectiva inovadora no bicentenário Guerra Peninsular*. Lisboa: Ésquilo.

AMARAL, Manuel (2010 a). *A Luta Política em Portugal nos Finais do Antigo Regime – I: A Proposta da Reforma do Exército Português de 1803*. Parede: Tribuna da História.

AMARAL, Manuel (2010 b). *A Luta Política em Portugal nos Finais do Antigo Regime – II: As Críticas à Reforma do Exército de 1803 – Censura do Plano Militar e Reflexões sobre o Sistema Económico do Exército do Marquês de Alorna e Ensaio sobre o método de organizar em Portugal o Exército de Gomes de Freire de andrade*. Parede: Tribuna da História.

AMARAL, Manuel (2010 c). *A Luta Política em Portugal nos Finais do Antigo Regime – III: A aplicação da Reforma do Exército de 1803 (1805-1823)*. Parede: Tribuna da História.

ASSIS, José (2013). As movimentações militares do Exército Português na «Memória» sobre a campanha de 1762. In SILVA, Júlio (Coord.). *XXI Colóquio de História Militar: “Nos 250 anos da Chegada do Conde de Lippe a Portugal: Necessidades, Reformas e Consequências da Presença de Militares Estrangeiros no Exército Português”*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

AYRES, Christovam (1889). *Historia Cavallaria Portuguesa, Vol I – Organização da Cavallaria*. Lisboa: Imprensa Nacional.

AYRES, Christovam (1893). *Historia Cavallaria Portuguesa, Vol III – Regimentos N.ºs 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12 e 13*. Lisboa: Imprensa Nacional.

BARRENTO, António Martins (2006). *A Guerra Fantástica – 1762: Portugal, o Conde de Lippe e a Guerra dos Sete Anos*. Lisboa: Tribuna da História.

BARRENTO, António Martins e CARVALHO, José Vilhena (2006). *A Praça de Almeida na “Guerra Fantástica”*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

BOBELA, Aniceto de Paiva Gonzalez (2006). *História do Regimento n.º 23 desde a sua Organização em 1806 até hoje*. Câmara Municipal de Almeida.

BOTELHO, José Justino Teixeira (1944). *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa, Vol. I*. Lisboa: Publicações da Comissão de História Militar.

BOTELHO, José Justino Teixeira (1948). *Novos Subsídios para a História da Artilharia Portuguesa, Vol. II*. Lisboa: Publicações da Comissão de História Militar.

CARITA, Rui (2012). O Quadro Final das Invasões Francesas: o Caso da Praça-Forte de Almeida. In PINTO, Alexandre de Sousa, (Coord.), *XX Colóquio de História Militar – A Guerra Peninsular em Portugal: Derrota e Persiguição. A Invasão de Masséna e a Transferência das Operações para Espanha, Vol. I*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

CARVALHO, José M. Santos Dias de (1993). *Caderno de História Militar n.º 22: A Batalha do Buçaco*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar.

CARVALHO, José Manuel dos Santos Dias de (1993). *Síntese da Evolução Tática, Técnica e Organizativa do Exército Português de 1109 a 1993*. Lisboa: Direcção de Documentação e História Militar.

CARVALHO, José Vilhena de (1988 a). *Almeida – Subsídios para a sua História, Vol I*. Viseu: Tipografia Guerra.

CARVALHO, José Vilhena de (1988 b). *Almeida – Subsídios para a sua História, Vol II*. Viseu: Tipografia Guerra.

CARVALHO, José Vilhena de (2006). *O Castelo de Almeida: Origem, História e Destruição, Controvérsias*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

CARVALHO, Manuel Jorge Pereira de (2006). *Da Praça de Almeida à Batalha do Buçaco: seu contexto na Guerra Peninsular*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

CARVALHO, Manuel Jorge Pereira de (2006). *O Homem, o Uniforme e a Arma*. Porto: Museu Militar do Porto – Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto.

CHARTRAND, René e COELHO, Sérgio Veludo (2006). *A Infantaria Ligeira na Guerra Peninsular*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

CID, António José Balula (1956). *Unidades de Infantaria – Sua evolução desde 1640 até à actualidade*. Lisboa: Rádio Renascença.

COBOS, João e CAMPOS, João (2013). *Almeida/Ciudad Rodrigo: A Fortificação da Raia Central*. Salamanca: Gráficas Lopes.

CONCEIÇÃO, Margarida Tavares da (2002). *Da Vila Cercada à Praça de Guerra*. Lisboa: Livros Horizonte.

CORDEIRO, João Manuel (1895). *Apontamentos para a História da Artilharia Portuguesa*. Tipografia do Comando Geral da Artilharia.

DANTAS, Júlio (1940). *Congresso do Mundo Português, Vol. VI, II Secção: Restauração e Guerra da Independência*. Lisboa: Congresso do Mundo Português.

FIGUEIREDO, Mário de (1959). *Recrutamento Militar – Notas, Extractos e Transcrições*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

FREITAS, Jorge Penim de (2007). *O Combate durante a Guerra da Restauração – Vivências e Comportamentos dos Militares ao Serviço da Coroa Portuguesa, 1640-1668*. Lisboa: Prefácio.

GODINHO, Vitorino (1927). *Introdução ao Estudo do Combate da Infantaria*. Famalicão: Tipografia “Minerva”, de Cruz, Sousa & Barbosa, Limitada.

LOPES, Rui (2013). Contribuição do Conde de Lippe para um novo perfil de Militar. In SILVA, Júlio (Coord.). *XXI Colóquio de História Militar: “Nos 250 anos da Chegada do Conde de Lippe a Portugal: Necessidades, Reformas e Consequências da Presença de Militares Estrangeiros no Exército Português”*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar.

MARCELIN, Jean (2006). *Memórias sobre a 3ª Invasão Francesa*. Lisboa: Centro de História da Universidade de Lisboa.

MDN (2000). *PDE 0-19 Sinais Convencionais Militares*. Lisboa: Ministério da Defesa Nacional.

MIGUEL, Mário Firmino (1991). *Caderno de História Militar n.º 13: Genealogia dos Corpos Do Exército, Vol. I*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar.

MORAIS, Alberto (1950), Boletim do AHM, Vol. XX. Lisboa.

NOGUEIRA, Luís Franco (1994). *Caderno de História Militar n.º 24: Localização dos Corpos do Exército de Portugal Continental e Insular (1640-1994)*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar.

OLIVEIRA, A. N. Ramires de (1993). *História do Exército Português (1910-1945)*. Lisboa: Estado Maior do Exército.

PINA, Madalena Esperança (2008). *I Jornadas de Memória Militar: Os Militares, a Ciência e as Artes*. Lisboa: Comissão Portuguesa De História Militar.

PINTO, Leopoldo Severo Ferreira (1989). *Caderno de História Militar n.º 7: Criação do Exército Permanente em Portugal*. Lisboa: Direcção do Serviço Histórico-Militar.

PIRES, Nuno Barrento de Lemos e VALENTE, Augusto J. Monteiro (2006). *Almeida e as Invasões Francesas*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

QUINTA, Ana Luísa (2008). *A Fortaleza de Almeida: Uma perspectiva Arquitectónica*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

RIBEIRO, António Baptista (2008). *CEAMA. N.º. 1*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

RIBEIRO, António Baptista (2009). *Candidatura das Fortificações Abaluartadas da Raia Luso-Espanhola a Património Mundial – UNESCO*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

RIBEIRO, António Baptista (2009). *CEAMA. N.º. 3*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

RIBEIRO, António Baptista (2010 a). *CEAMA. N.º. 5*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

RIBEIRO, António Baptista (2010 b). *CEAMA. N.º. 6*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

RIBEIRO, António Baptista (2011). *CEAMA. N.º. 8*. Almeida: Câmara Municipal de Almeida.

RODRIGUES, Adriano Vasco (2010). *Da Pré-história aos nossos dias*. Câmara Municipal de Almeida.

SANTO, Gabriel Espírito (2010). *O Combate do Côa, 24 de julho de 1810: A Divisão de Infantaria Ligeira no início da Invasão de Massena*. Tribuna da História.

SANTOS, Loureiro dos (1982). *Elementos para a Defesa da Zona de Operações Terrestre (ZOT) de Portugal*. Lisboa: Instituto de Altos Estudos Militares.

SARAIVA, José Hermano (1996). *História Concisa de Portugal*. Mem Martins: Publicações Europa-América.

SELVAGEM, Carlos (1931). *Portugal Militar*. Lisboa: Imprensa Nacional.

TEIXEIRA, Eduardo Augusto Carneiro (2006). *O Homem, o Uniforme e a Arma*. Porto: Liga dos Amigos do Museu Militar do Porto.

TEREZA, Caillux de Almeida (2010). *Memória das “Invasões Francesas” em Portugal*. Lisboa: Esquilo.

VICENTE, António Pedro (2006). *A Região do Riba Côa na visão do francês August du Fay*. Câmara Municipal de Almeida.

Sites

<http://www.5dias.net/2009/03/04/memorias-do-%C2%ABrevirvalho%C2%BB-ii/>

<http://www.audaces.blogs.sapo.pt/5077.html>

<http://www.dicionario.babylon.com/oppidum/>

[http://www.infopedia.pt/\\$revolucao-de-1820](http://www.infopedia.pt/$revolucao-de-1820) (Porto Editora)

<http://www.infopedia.pt/lingua-portuguesa/alcaide> (Porto Editora)

Apêndices

Apêndice A – Gráfico da cronologia das Guarnições da Praça de Almeida

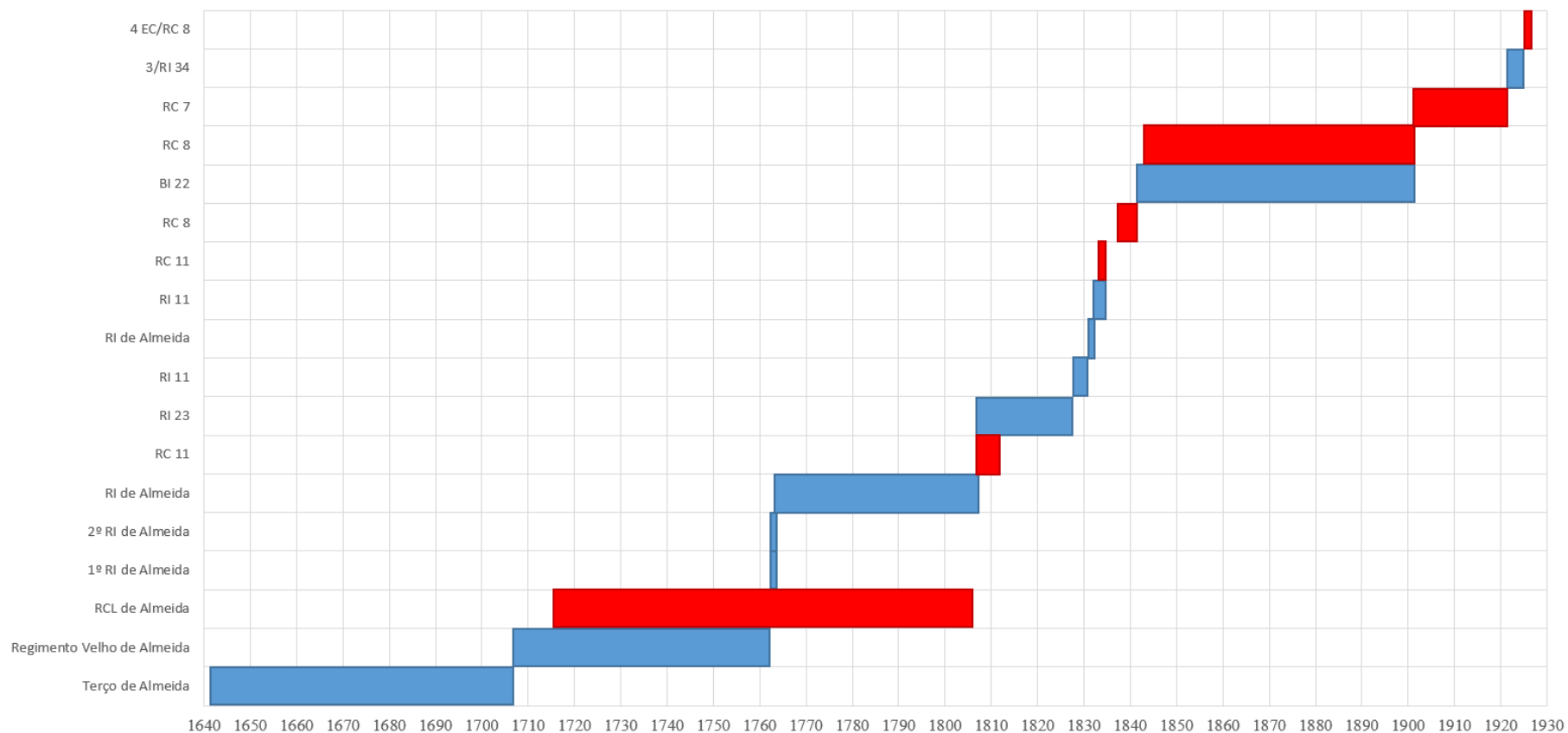


Ilustração 8 – Gráfico da cronologia das Guarnições da Praça de Almeida

Nota: A azul encontram-se a forças de Infantaria e a vermelho de Cavalaria, no entanto, o Terço de Almeida continha as três armas..

Apêndice B – Linhas defensivas na Fronteira da Beira de D. Sancho I

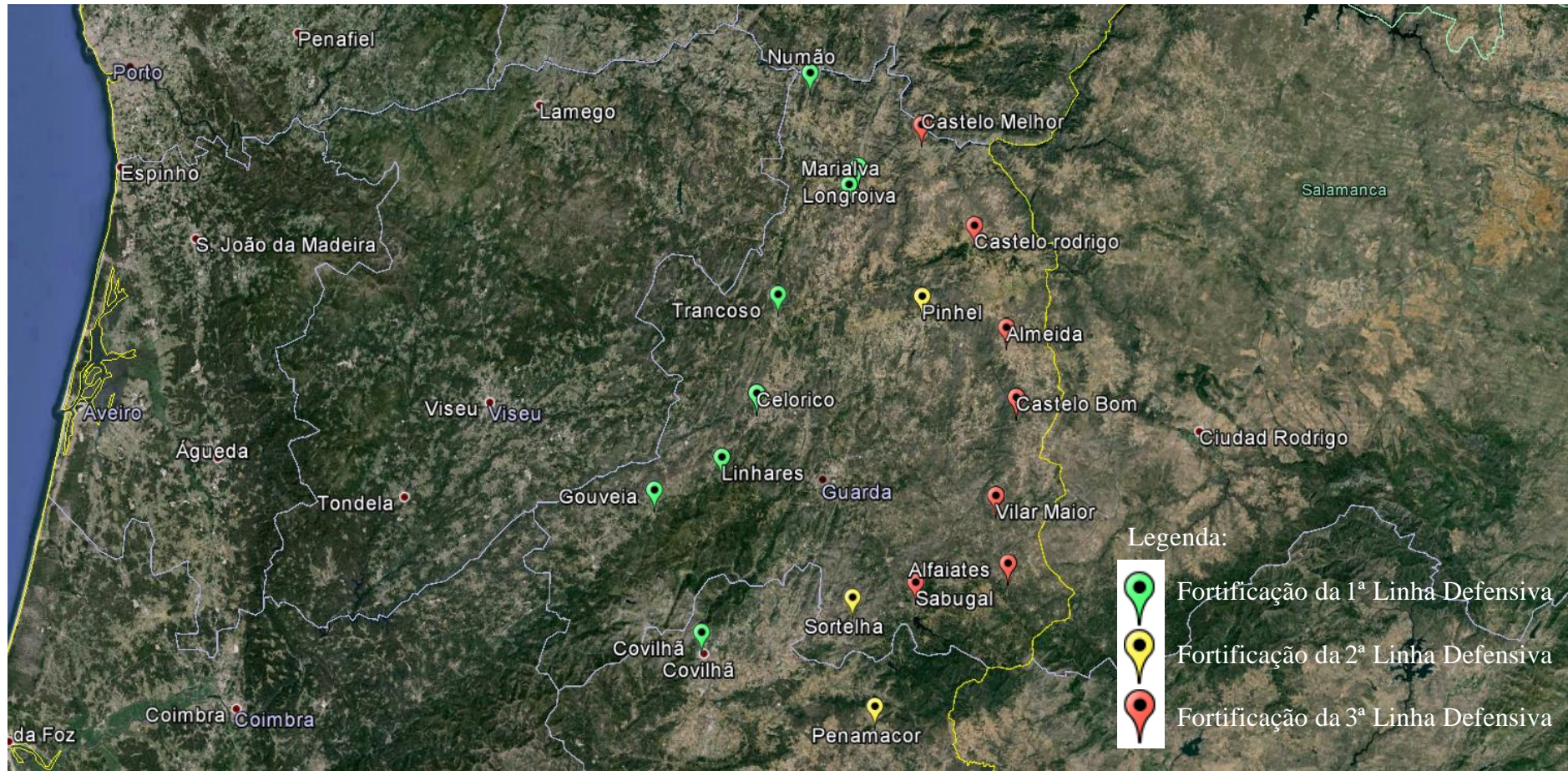


Ilustração 9 – Ilustração das fortificações das linhas defensivas, na Fronteira da Beira de D. Sancho I (Google Earth)

Fonte: AHM 3/9/27/A9.rc

Apêndice C – Orgânica dos RC em 1796

	Homens	Cavalos
1ª Companhia (do Coronel)		
Coronel	1	1
Capitão Comandante	1	1
Tenente	1	1
Alferes	1	1
Porta-Estandarte	1	1
Furriel	1	1
Timbaleiro	1	1
Clarim	1	1
Cabos de esquadra	5	5
Anspeçadas ⁹²	5	5
Soldados	53	53
Soldados supranumerários	5	0
Ferrador	1	1
Total da Companhia	77	72
Restantes Companhias		
2ª Companhia (do Tenente-Coronel)		
Igual à 1ª, mas sem o Porta-Estandarte	76	71
3ª Companhia (de Capitão)		
4ª Companhia (igual à 3ª)	75	72
5ª Companhia (perde o Porta-Estandarte)		
6ª Companhia (igual à 5ª)	74	69
7ª Companhia (igual à 5ª)	74	69
8ª Companhia (igual à 5ª)	74	69
Total das Companhias	599	559
Estado-Maior		
Sargento-Mor	1	2
Ajudante	1	1
Quartel-Mestre	1	1
Capelão	1	1
Picador	1	-
Secretário	1	-
Cirurgião	1	1
Cirurgião ajudante	4	-
Artífices	3	-
Total do Estado-Maior	14	6
Total do Regimento	613	565

Ilustração 10 – Quadro resumo da constituição dos RC em 1796

Fonte: Ayres, 1889, p.102.

⁹² Anspeçadas é um posto mais graduado que Soldado, mas menos que Cabo

Apêndice D – Orgânica dos RI e RC em 1814

Regimentos de Infantaria em tempo de paz			
Estado-Maior	Coronel	1	4
	Tenente-Coronel	1	
	Majores	2	
Pequeno Estado-Maior	Ajudantes	2	27
	Quartel-Mestre	1	
	Capelão	1	
	Cirurgião-Mor	1	
	Ajudantes do Cirurgião-Mor	2	
	Porta-Bandeiras	2	
	Sargentos-Ajudantes	2	
	Sargento Quartel-Mestre	1	
	Coronheiro	1	
	Espingardeiro	1	
	Mestre de Música	1	
	Músicos	8	
	Tambor-Mor	1	
	Cabo de Tambores	1	
Pifanos	2		
Oficiais de Companhias	Capitães	10	30
	Tenentes	10	
	Alferes	10	
Oficiais Inferiores de Companhias	Primeiros-Sargentos	10	40
	Segundos-Sargentos	20	
	Furriéis	10	
Cabos, Anspeçadas e Soldados	Cabos de Esquadra	40	900
	Anspeçadas	40	
	Soldados	820	
Tambores			10
Total			1011

Ilustração 11 – Quadro resumo da constituição dos RI em 1814 em tempo de paz

Regimentos de Cavalaria em tempo de paz					
		Homens		Cavalos	
Estado-Maior	Coronel	1	3	3	7
	Tenente-Coronel	1		2	
	Major	2		2	
Pequeno Estado-Maior	Ajudante	1	16	1	12
	Quartel-Mestre	1		1	
	Capelão	1		1	
	Cirurgião-Mor	1		1	
	Ajudante do Cirurgião-Mor	1		-	
	Picador	1		1	
	Porta-Estandartes	4		4	
	Sargento-Ajudante	1		1	
	Sargento Quartel-Mestre	1		1	
	Seleiro	1		-	
	Coronheiro	1		-	
	Espingardeiro	1		-	
	Trombeta-Mor	1		1	
Oficiais de Companhias	Capitães	8	24	8	24
	Tenentes	8		8	
	Alferes	8		8	
Oficiais Inferiores de Companhias	Primeiros-Sargentos	8	24	8	24
	Segundos-Sargentos	8		8	
	Furriéis	8		8	
Cabos, Anspeçadas e Soldados	Cabos de Esquadra	24	448	352	352
	Anspeçadas	24			
	Soldados	400			
Trombetas		8	8	8	8
Ferradores		8	8	8	8
Total		531		435	

Ilustração 12 – Quadro resumo da constituição dos RC em 1814 em tempo de paz

Fonte: Portaria de 29 de outubro de 1814

Apêndice E – Orgânica Dos BI e RC em 1837

BATALHÃO DE INFANTARIA		
Posto/Função	Homens	Cavalos
Estado-Maior		
Coronel ou Tenente-Coronel	1	2
Major	1	1
Soma	2	3
Estado-Menor		
Ajudante	1	1
Quartel-Mestre	1	-
Cirurgião-Mor	1	-
Cirurgião-Ajudante	1	-
Capelão	1	-
Sargento-Ajudante	1	-
Sargento Quartel-Mestre	1	-
Mestre de Música	1	-
Músicos	8	-
Corneteiro-Mor	1	-
Cabo de Cornetas	1	-
Artífices	2	-
Soma	20	1
Companhias (x8)		
Capitão	1	-
Tenente	1	-
Alferes	1	-
Primeiro-Sargento	1	-
Segundo-Sargento	2	-
Furriel	1	-
Cabos	6	-
Anspeçadas	6	-
Soldados	66	-
Corneteiros	2	-
Soma	87	-
Total do Regimento	713	4

Ilustração 13 – Quadro resumo da composição dos BI em 1837

REGIMENTO DE CAVALARIA		
Posto/Função	Homens	Cavalos
Estado-Maior		
Coronel	1	3
Tenente Coronel	1	2
Major	1	2
Soma	3	7
Estado-Menor		
Ajudante	1	2
Quartel-Mestre	1	1
Sargento-Ajudante	1	1
Sargento Quartel-Mestre	1	1
Capelão	1	1
Cirurgião-Mor	1	1
Cirurgião-Ajudante	1	1
Picador	1	1
Trombeta-Mor	1	1
Alveitar	1	1
Seleiro	1	-
Coronheiro	1	-
Espingardeiro	1	-
Soma	13	11
Companhias (x6)		
Capitão	1	1
Tenente	1	1
Alferes	1	1
Primeiro-Sargento	1	1
Segundo-Sargento	1	1
Furriel	1	1
Cabos	3	3
Anspeçadas	3	3
Soldados	60	48
Trombeta	1	1
Ferrador	1	1
Soma	74	62
Total do Regimento	460	390

Ilustração 14 – Quadro resumo da composição dos RC em 1837

Fonte: O.E. 20 de 10 de janeiro de 1837

Apêndice F – Orgânica dos RC em 1901

REGIMENTO DE CAVALARIA				
Posto/Função	Tempo de Paz		Tempo de Guerra	
	Homens	Cavalos	Homens	Cavalos
Estado-Maior				
Coronel	1	2	1	3
Tenente-Coronel	1	1	1	3
Majores	1	2	2	6
Ajudantes (Capitães ou Tenentes)	2	2	2	4
Capitão Médico	1	1	1	1
Tenente ou Alferes Médico	1	1	1	1
Veterinários	1	1	2	2
Capelão	1	1	1	1
Picador	1	1	1	1
Oficial de Administração Militar	1	1	1	1
Soma	11	14	14	24
Estado-Menor				
Sargentos-Ajudantes	2	2	-	-
Mestre de Ferradores	1	1	1	1
Mestre de Clarins	1	1	1	1
Contramestre de Clarins	1	1	1	1
Seleiros-Correeiros	1	-	2	-
Espingardeiros	1	-	2	-
Carpinteiro	1	-	-	-
Carpinteiro de Carros	-	-	1	-
Soma	8	5	8	3
Esquadrões (x4)				
Capitães	1	1	1	2
Subalternos	3	3	5	10
Primeiros-Sargentos	1	1	1	1
Segundos-Sargentos	4	4	8	8
Primeiros-Cabos	8	8	12	12
Ferradores	2	2	4	4
Aprendizes de Ferrador	2	-	-	-
Clarins	2	2	5	5
Aprendizes de Clarim	2	-	-	-
Soldados	100	78	150	124
Soma do Esquadrão	121	95	180	154
Total do Regimento	503	399	742	643

Ilustração 15 – Quadro resumo da composição dos RC em 1901

Fonte: O.E. 22 de 1901

Anexos

Anexo A – Vista aérea da Praça de Almeida

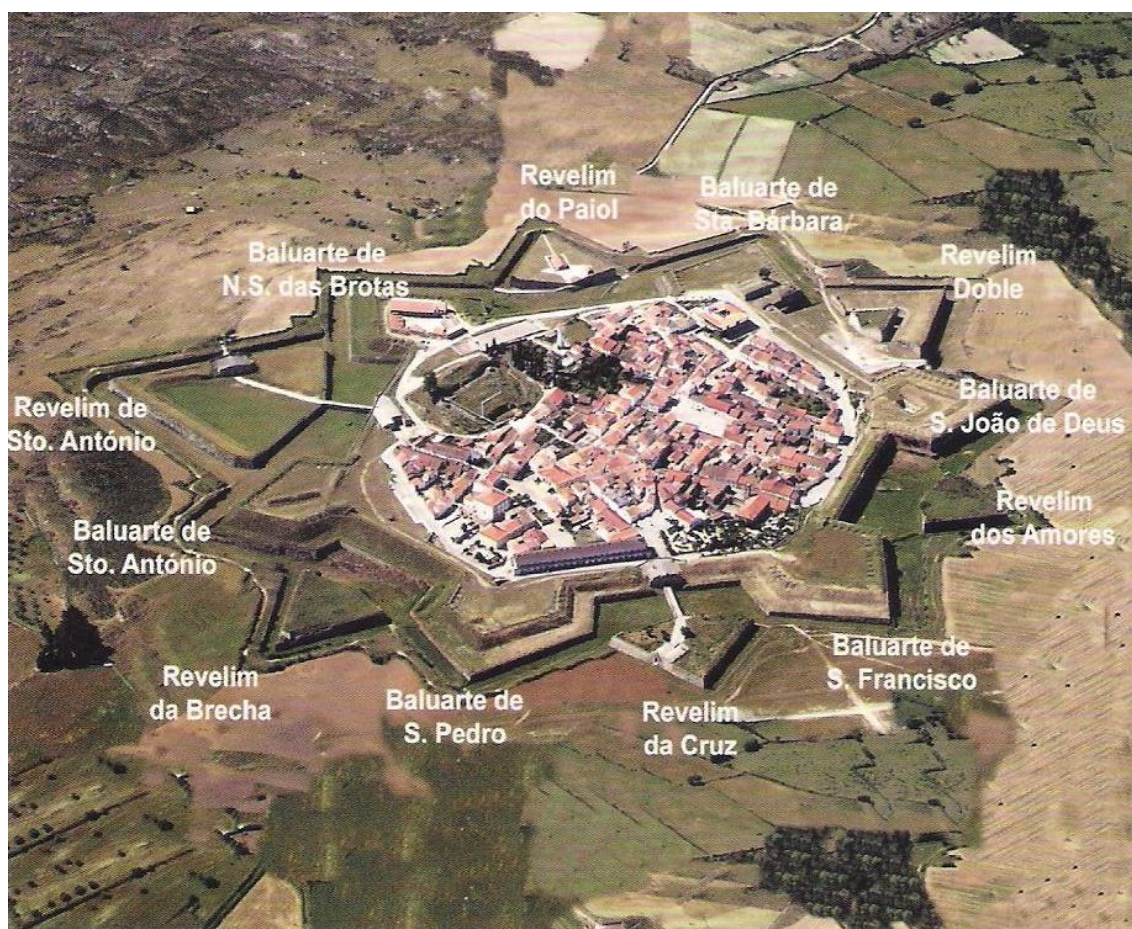


Ilustração 16 – Fotografia da vista aérea da Praça de Almeida

Fonte: Afonso, 2011, p.22.

Anexo B – Relevo da Península Ibérica

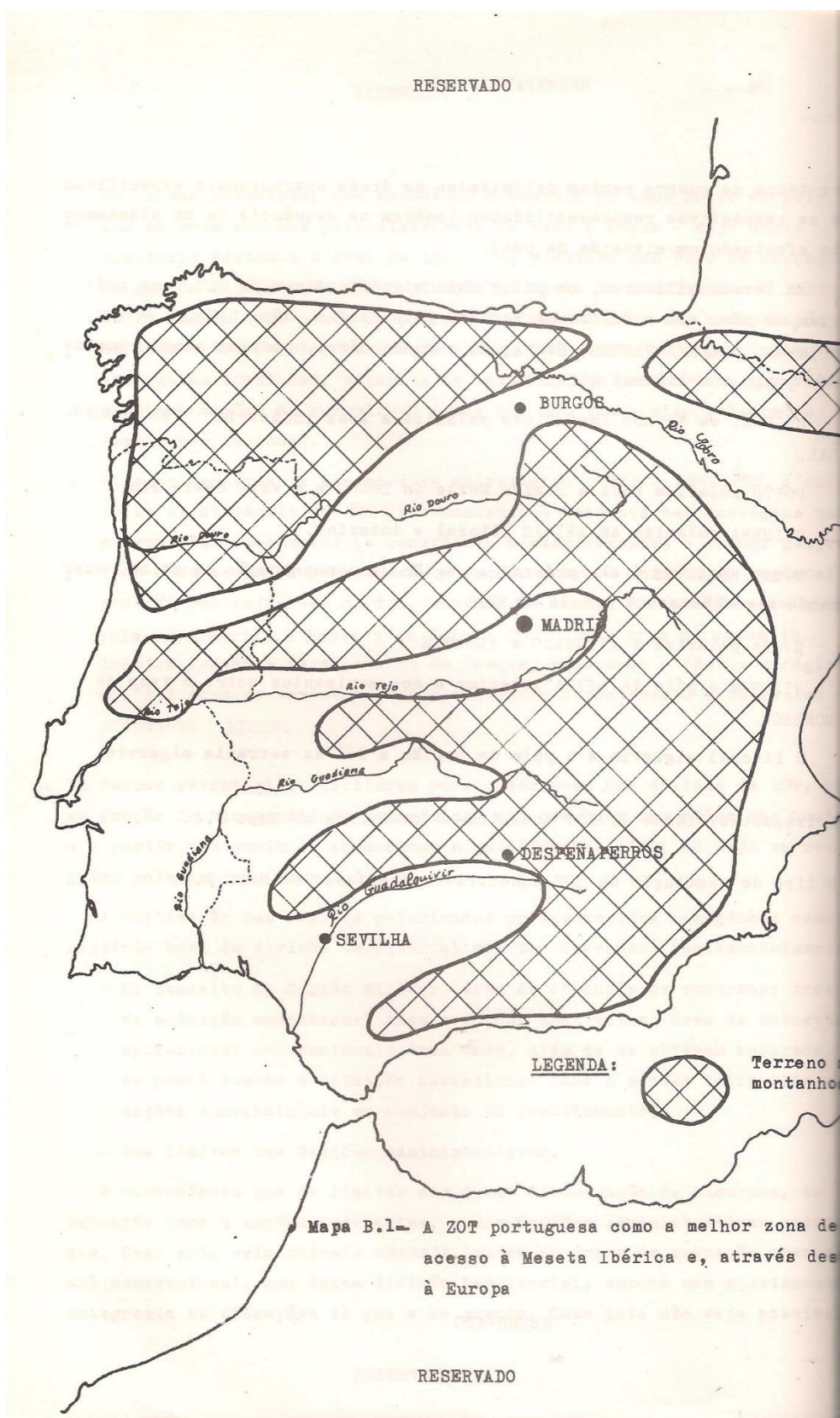


Ilustração 17 – Esboço do relevo da Península Ibérica

Fonte: Santos, 1982, p.10.

Anexo C – Eixos de Aproximação em Portugal Continental

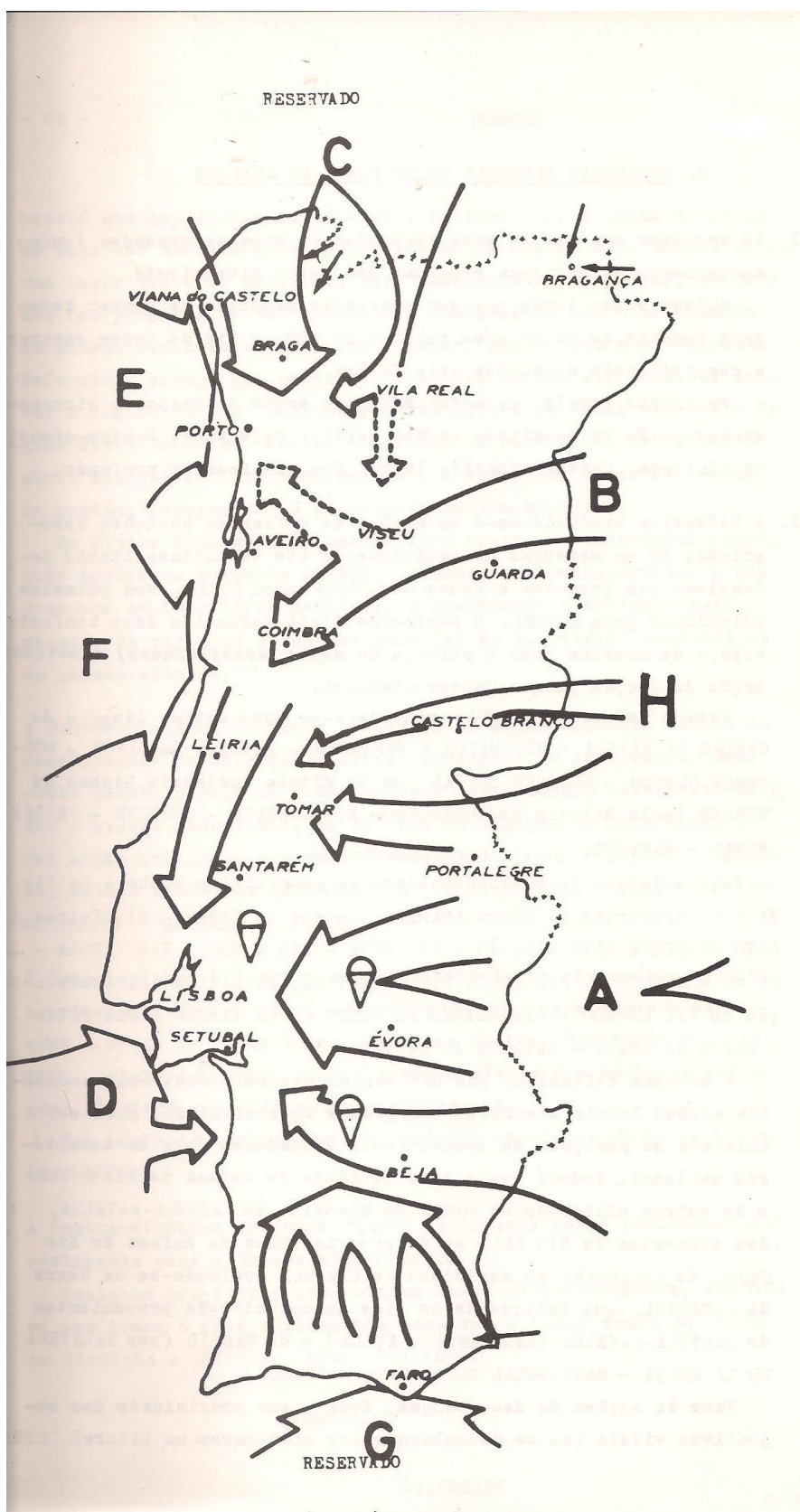
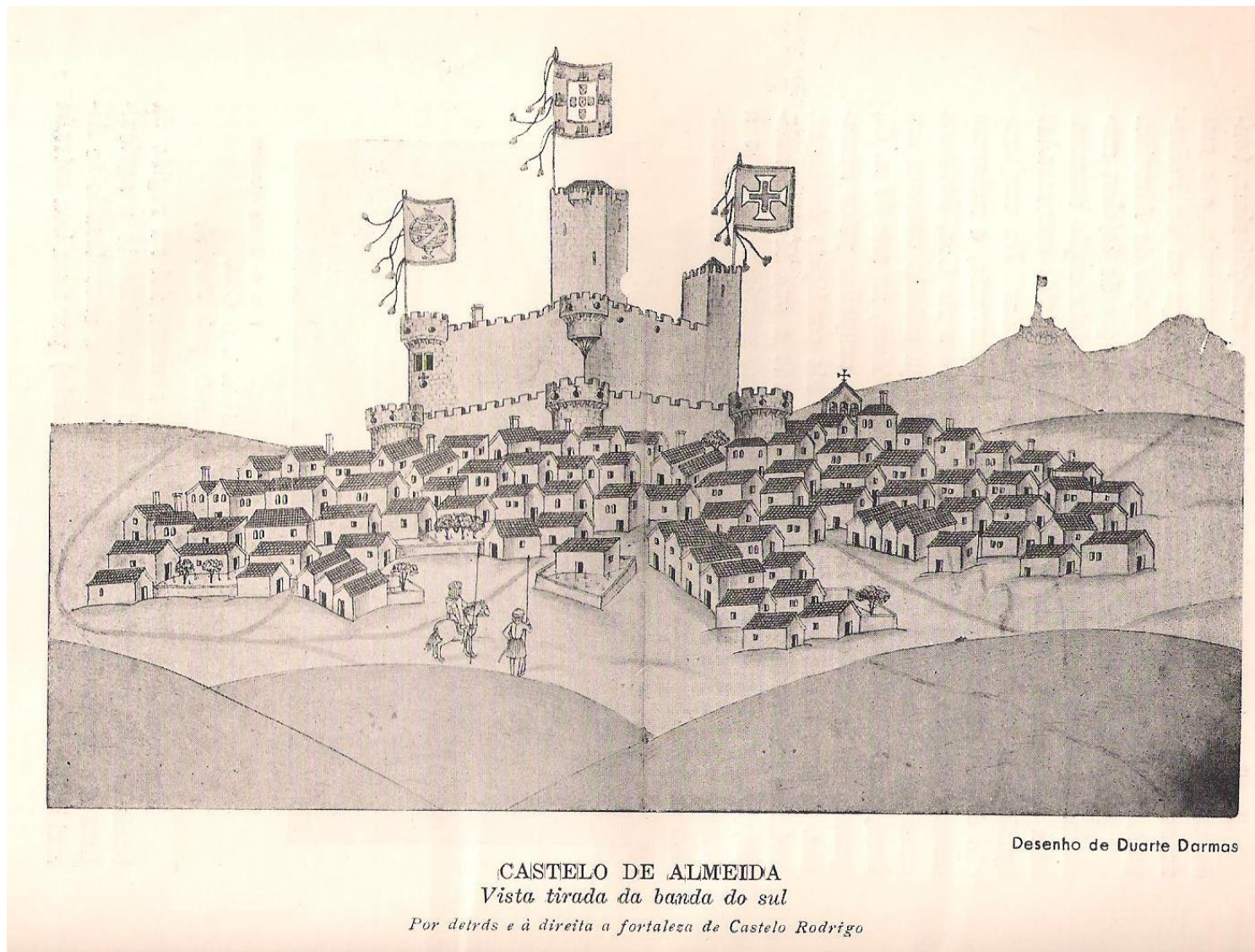


Ilustração 18 – Esboço dos Eixos de Aproximação em Portugal

Fonte: Santos, 1982, p.27.

Anexo D – Estampas do Castelo de Almeida

Ilustração 19 – Estampa do Castelo de Almeida visto de Sul



Fonte: Almeida, 1945, p.156

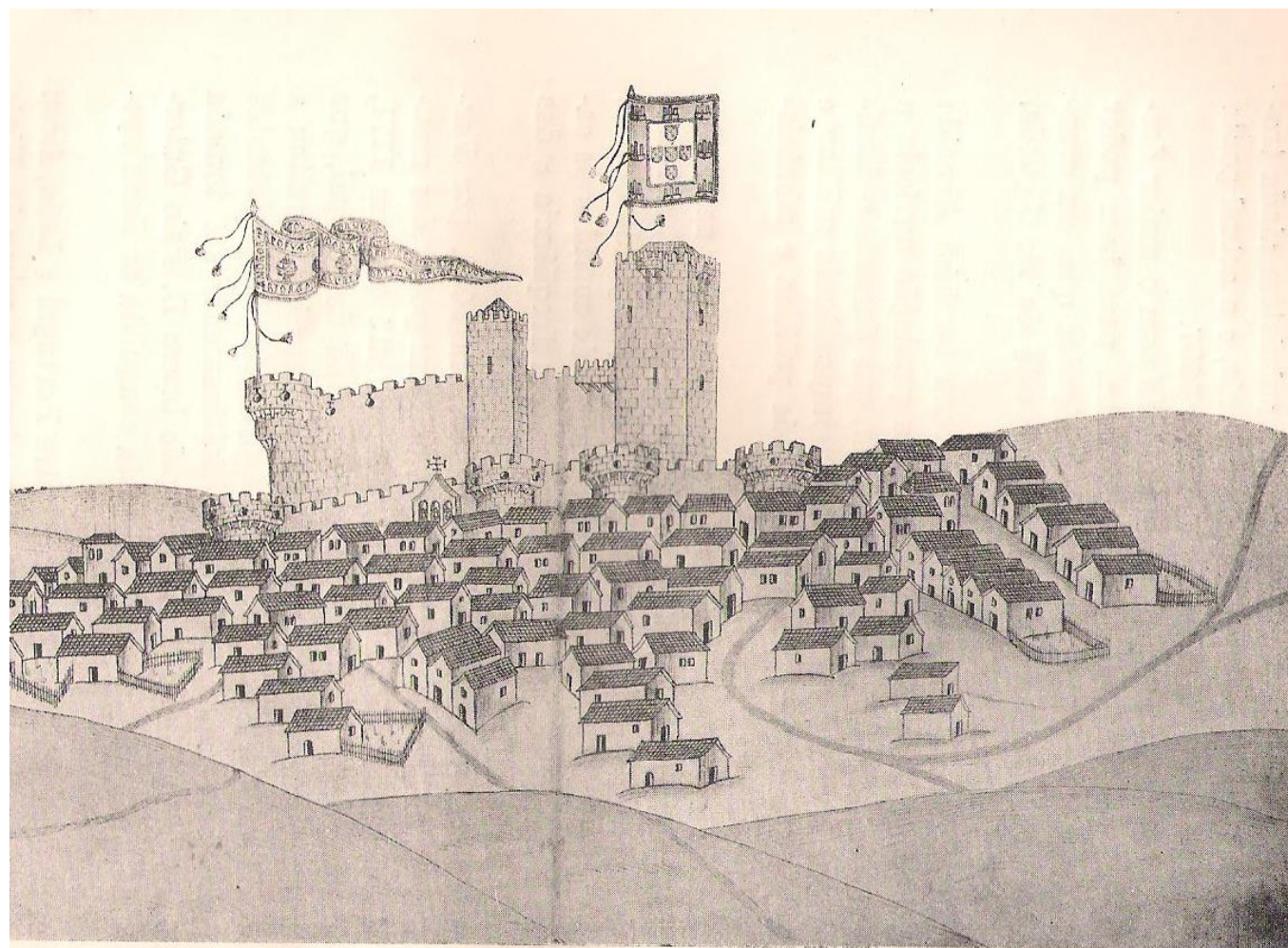


Ilustração 20 – Estampa do Castelo de Almeida visto de Nordeste

CASTELO DE ALMEIDA
Vista tirada da banda do nordeste

Desenho de Duarte Darmas Fonte: Almeida, 1945, p.158

Anexo E – Mapa espanhol de Portugal na sua fronteira entre os rios Douro e Tejo em 1641

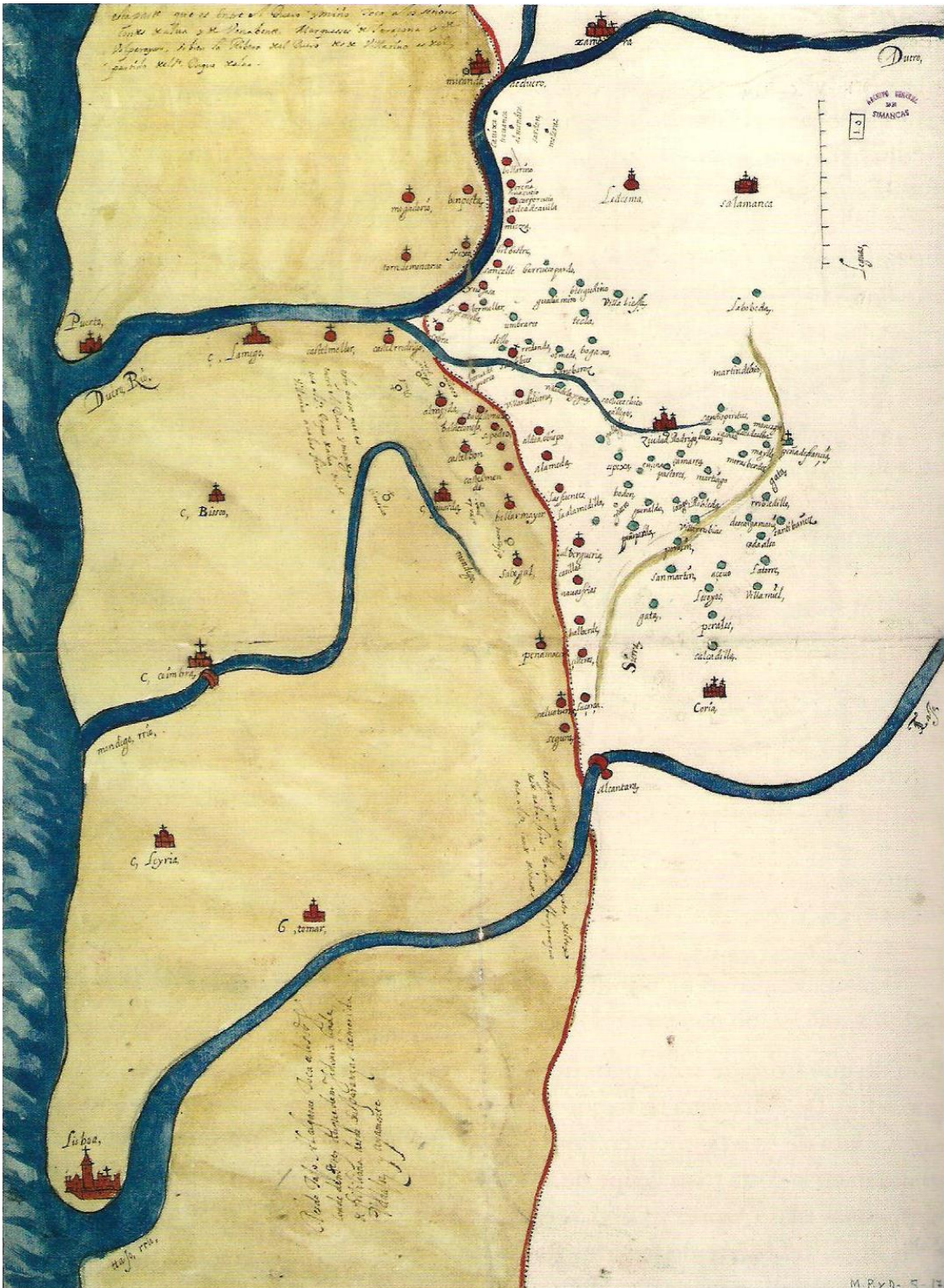


Ilustração 21 – Mapa espanhol de Portugal na sua fronteira entre os rios Douro e Tejo em 1671

Fonte: Campos, 2013, p.72.

Anexo F – Decreto de 24 de dezembro de 1732: Criação da Academia Militar de Almeida e de Elvas

P Or ser conveniente a Meu serviço, que se applicuem os meus vassallos à doutrina militar tão importante para a defenza, & conservação dos meus estados, & que haja Academias militares, em que possaõ aprender esta sciencia: Hey por bem que (alem da Academia militar estabelecida nesta Corte, & a da Praça de Vianna na provincia do Minho) Se estabeleçaõ mais duas Academias militares, hua na Praça de Elvas provincia de Alemtejo, & outra na de Almeyda provincia da Beira, Cujos Lentes & Substitutos nomearei, constandome de Sua Capacidade, & nas ditas Academias Se observará o mesmo, que se deve observar na desta Corte, no que respeita a Lições, & frequencia dos Discipulos, & tudo o mais que a este respeito está estabelecido por Decretos & rezoluções minhas, & que pello tempo adiante eu for Servido determinar, sendo a doutrina em todas as Academias uniforme nas postillas que Se ditarem; & no livro do ponto em q̃ Se notaõ as faltas dos Discipulos, q̃ tem partido, Se fará tambem assento a todos os mais em geral, & se notaraõ as suas faltas para Se lhes attender nos exames que fizerem, nos quais Se houver iguald^{de} de frequencia, & de doutrina, devem preceder estes aos do partido obrigandose porem às mesmas Condições, as quais aquelles Se obrigão; & Sou Servido que os off.^{es} & Soldados de minhas tropas que Cursarem as d.^{as} Academias, & fizerem especial progresso nellas, Sejam attendidos p.^a os Seus acrecentam.^{tos} no meu Cons.^o de Guerra: E os Discipulos que nas d.^{as} Academias Se applicarem p.^a Seguir a profiçaõ de Engenhr.^{os}, naõ Subiraõ aos postos Sem Serem examinados, & o Seraõ para todos os postos a que se oppuzerem athé o de Thenente Coronel inclusive, porque p.^a os mais postos de Thenente Coronel p.^a Sima Se Supoem, naõ necessitam ja de exame, o qual Se fará pello Engenhr.^o mor do Rn.^o; & mais examinadores na prezença dos Ministros do Cons.^o de Guerra, & Junta dos Tres Est.^{os} a quem se ajuntaraõ outras pessoas militares nas occasiões que eu for Servido nomealas, & Seraõ perguntados Sobre todas as partes de q̃. Se compoem aquella profiçaõ como acampamentos, entrincheiram.^{tos} dos exercitos, ataques geraes, & particulares, medições, plantas, & cartas geograficas, & mais particullarm.^{te} no que respeita as fortificações, ataques, & defenza de Praças, advertindo que naõ só Se devem aplicar a forma, & methodo das d.^{as} fortificações, mas com igual Cuid.^o aprenderaõ o modo, com que Se devem fabricar com Segurança para que naõ haja enga

Ilustração 22 – Decreto de 24 de dezembro de 1732: Criação da Academia Militar de Almeida e Elvas (p.1)

no na escolha dos materiaes, & de tudo o mais que depende da pratica.

E para que os off.^{es} militares com a Communicação & frequencia dos Engenr.^{os} Se possaõ melhor instruir na doutrina militar, Sou outro Sim Servido, que em cada regim.^{to}, ou terço pago da Infantr.^a haja daqui em diante hũa Companhia, em q̃. os off.^{es} della Sejaõ Engenhr.^{os} de profissaõ, & Será em cada regim.^{to} aquella Comp.^a em que primeiro vagar o posto de Capp.^{am} depois de acomodados os off.^{es} entretidos dos ex.^{tos}; & quanto aos off.^{es} de Sarg.^{to} mor inclusive para Sima que Se achaõ nos postos da infantaria com o exercicio de Engenhr.^{os} poderaõ Ser oppozitores a iguaes postos q̃. vagarem na mesma infantr.^a; & por q̃. Se tem introduzido que os Mestres dos off.^{es} de Pedreiro, & Carpintr.^o Saõ os medidores das obras de Seus proprios off.^{es}, ignorantes da Geometria; Sou tambem Servido ordenar, que os que houverem de ser medidores das obras Civis, aprendaõ nas Academias a parte da Geometria pratica, que pertence as mediçoẽs, & p.^a exercitarem daqui em diante Seraõ examinados pelo Engenhr.^o mor do Rn.^o, que lhes passará Certidaõ p.^a poderem ter o d.^o exercicio, & as camaras destes Rn.^{os}, & Senhorios naõ passaraõ cartas de medidores, Senaõ ás pessoas, que forem assim approvadas pello d.^o Engenhr.^o mor, ou por outras pessoas que eu for servido nomear. O Cons.^o de Guerra o tenha assim entendido, & p.^{la} parte que lhe toca o faça executar.

Lx.^a Occ.^{al} vinte quatro de Dezembro de mil Setecentos trinta e dous.

Com a rubrica de Sua Magestade.

Ao Cons.^o de Guerra.

Ilustração 23 – Decreto de 24 de dezembro de 1732: Criação da Academia Militar de Almeida e Elvas (p.2)

Fonte: Torre do Tombo, Decretos do Conselho de Guerra, Maço 91, N° 28.

Anexo G – Situação da Praça perante o inimigo (1762)

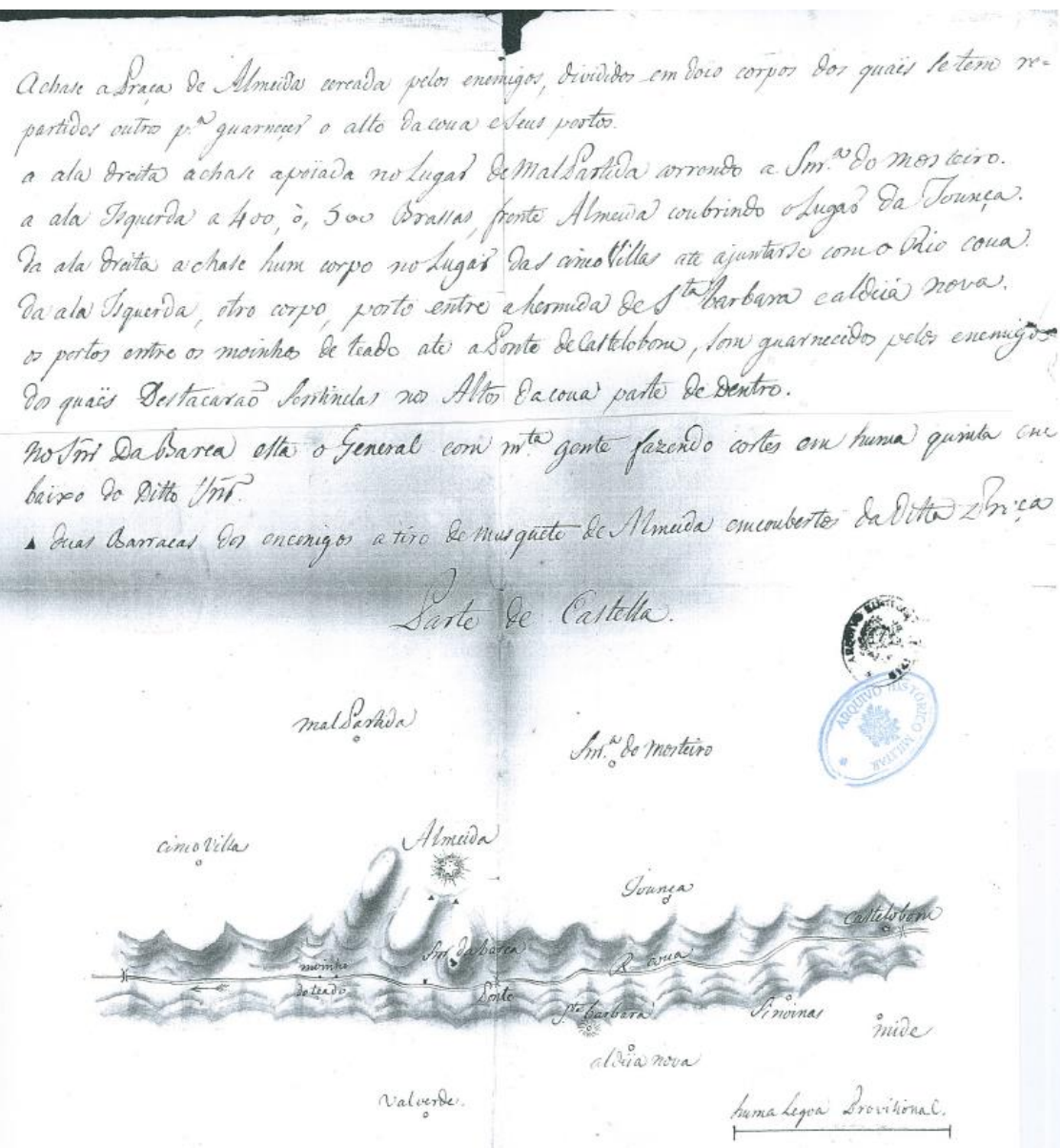


Ilustração 24 – Documento da Situação da Praça perante o inimigo (1762)

Fonte: AHM 3/9/27/B1

Anexo H – Estado da Praça (1762)

*Postos em q̃ se achão as Sentinellas das dif-
ferentes Guardas*

<i>Guarda Principal</i>	<i>22. Numa antecedente</i>
1. Nas portas	1. Na Varanda do Hospital
1. Na Abobada	1. No Baluarte de S. Francisco
1. No Baluarte do Trem	1. No Baluarte de S. João de Deus
1. Na Cortina do dito	1. Nas Casas Mattas
1. No Amarelo do Baluarte de S. Barbara	
1. Na Praça baixa	
1. No Baluarte de S. Antonio	
1. A porta da Capadoria	
1. Na porta do Castello	
<i>Sua Avancada</i>	
1. Agrade dos Perros	
1. Alameda da pr. porta	
1. Abarrica	
1. Rond. na Esplanada	
<i>Caipol</i>	
1. A porta do Caipol	
<i>Guarda Cruz</i>	
1. A porta	
1. Na Abobada	
2. No Baluarte de S. Pedro	
2. Nas Latinas	
1. Ao Poso da Parada	
1. A porta do Hospital	
22	

1. Na Varanda do Hospital	
1. No Baluarte de S. Francisco	
1. No Baluarte de S. João de Deus	
1. Nas Casas Mattas	
<i>Sua Avancada</i>	
1. A porta	
1. Na Barreira	
1. Rondante pella Esplanada	
<i>Guarda do Tiquete</i>	
1. As Armas	
2. A porta do Off. mo pmo. Mariscal	
1. A porta do Com. da Praça	
1. Aos Fornos de Elrey	
34	

Ilustração 25 – Documento da localização das sentinelas durante o cerco de 1762

Fonte: AHM 3/9/27/B1

Destacamentos

No Quartel Gen. de Vizeu

<p>1 Tenente.</p> <p>1 Alferes.</p> <p>8 Sargentos.</p> <p>4 Cabos de Esquadra.</p> <p>1 Ajud. do Cirurgião.</p> <p>2 Tambores.</p> <p>4 Ampressadas.</p> <p>83 Soldados.</p> <hr style="width: 100%;"/> <p>904</p>	}	<p>Do Regim^{to} de Infant^{aria} de Almeida</p>
<p><i>Cavallaria</i></p> <p>1 Tenente</p> <p>1 P. Estandarte</p> <p>2 Cabos de Esquadra</p> <p>17 Soldados</p> <hr style="width: 100%;"/> <p>21</p>	}	<p>Alem dos referidos destacam^{to}, se manda a Vizeu todos os 5.^{as} f^{as} regulares, hum official inferior de cada Regim^{to} de Guarniç^{ão}, e hum soldado de Destacam^{to} 3.^o de 1.^o de 1.^o com as Mapas dos seus respectivos corpos.</p>
<p><i>Na Fortaleza de Monsanto</i></p> <p>1 Alferes.</p> <p>1 Cabo de Esquadra.</p> <p>1 Ajud. do Cirurgião.</p> <p>1 Ampressada.</p> <p>1 Tambor.</p> <p>25 Soldados.</p> <hr style="width: 100%;"/> <p>26</p>	}	<p>Do Regim^{to} de Penna Moura</p>
<p>26 Nadeta estão 2 sold.^{os} doentes, do Regim^{to} de Infant^{aria} de Almeida.</p>		

Ilustração 26 – Documento dos destacamentos da Guarnição de Almeida e localização das peças e munições de Artilharia durante o cerco de 1762 (p.1)

Na Praça de Castello Rodrigo

4 Turriel
 1 Cabo de Esquadra.
 1 Arsenhada
 9 Soldados.

Do Regimto de Infantaria de Almeida

12

Peças de Artilharia e Ballas

Baluarte de S. Pedro

45 - Peças de bronze } demontadas
 3 - Peças de Ferro }
 23 - Peças de ballas

Baluarte de S. Antonio

7 - Peças montadas. } Bronze
 44 - Peças demontadas }
 30 - Peças de ferro.
 24 - Peças de Ballas

Baluarte de N. S. das Brotas

2 - Peças montadas. } Bronze
 3 - Peças demontadas }
 2 - Peças de Ferro
 24 - Peças de Ballas

Baluarte de S. Barbara

2 - Peças montadas. } Bronze
 7 - Peças demontadas }
 2 - Peças de Ferro
 14 - Peças de Ballas.




Ilustração 27 – Documento dos destacamentos da Guarnição de Almeida e localização das peças e munições de Artilharia durante o cerco de 1762 (p.2)

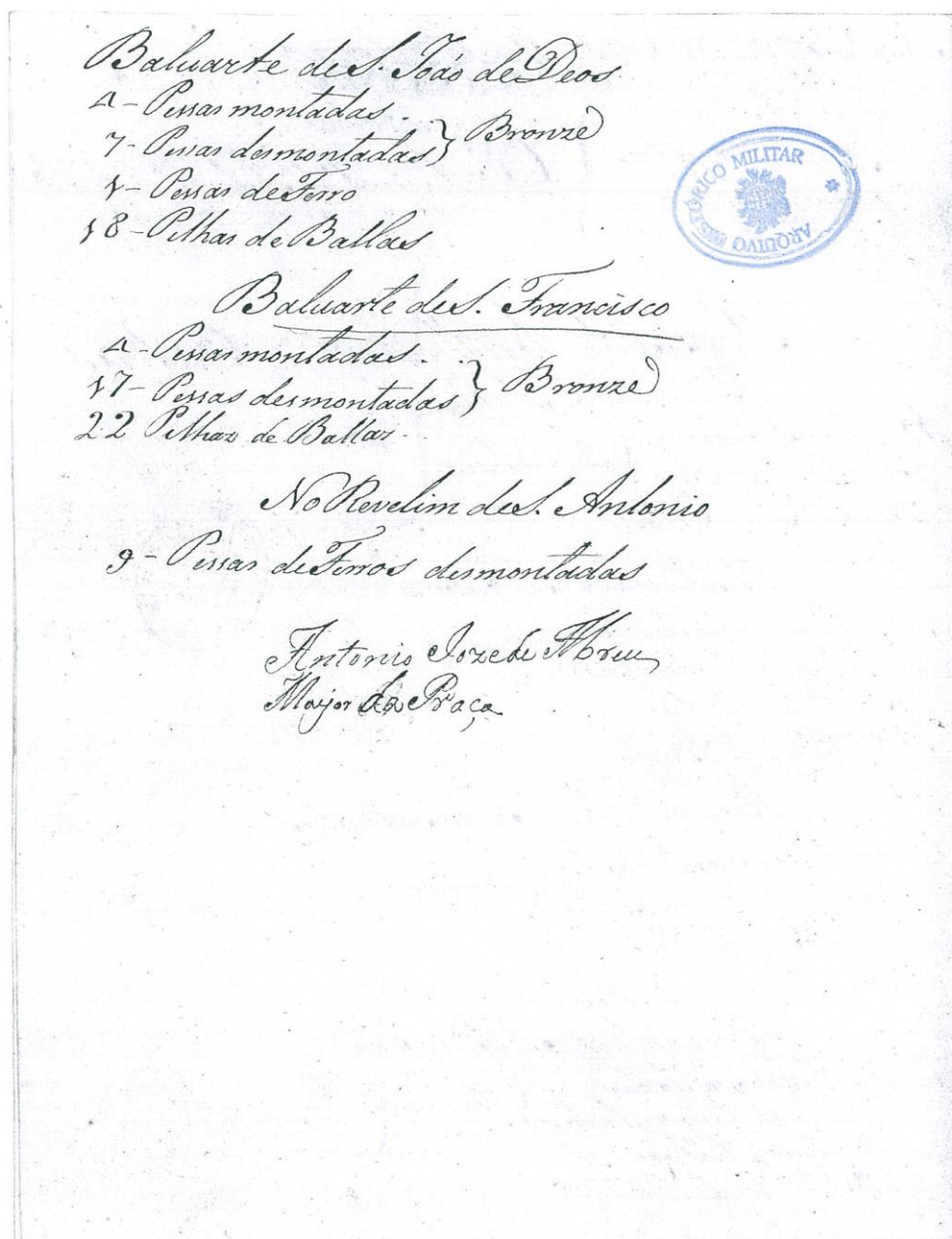


Ilustração 28 – Documento dos destacamentos da Guarnição de Almeida e localização das peças e munições de Artilharia durante o cerco de 1762 (p.3)

Fonte: AHM 3/9/27/B5

Anexo I - Constituição e Missões das Baterias sitiantes no Cerco de 1810

Bateria	Constituição	Missão	Cadência (Tiros por hora)
1	3 obuses de 6 polegadas	Fogo oblíquo sobre a face direita do bastião de S. Francisco	18
2	2 peças de 16 polegadas 1 obus	Fogo oblíquo sobre o revelim da Cruz	24
3	5 morteiros de 10 polegadas	Fogo sobre o caminho coberto do revelim da Cruz	Não disponível
4	3 peças de 24 polegadas	Arruinar o baluarte de S. Pedro durante o dia e incendiar a Vila durante a noite	18
5	3 peças de 24 polegadas 4 peças de 16 polegadas 1 obus	Fogo oblíquo sobre o a face direita do baluarte de S. Pedro e direto sobre a face esquerda	48
6	1 morteiro de 12 polegadas 1 obus	Fogo oblíquo sobre o caminho coberto na face direita do baluarte de S. Pedro	18
7	2 peças de 24 polegadas 2 peças de 16 polegadas 4 peças de 12 polegadas	Fogo direto sobre o baluarte de S. Pedro para arruinar as defesas e as cortinas adjacentes. Uma vez aberta a brecha, desbastá-la	48
8	1 morteiro de 12 polegadas 3 morteiros de 8 polegadas	Arruinar o baluarte de S. Pedro durante o dia e incendiar a vila durante a noite	18
9	2 peças de 12 polegadas 1 obus	Fogo sobre o caminho coberto na face direita do baluarte de S. Pedro	18
10	4 peças de 24 polegadas 2 peças de 16 polegadas 1 peça de 12 polegadas 1 obus	Fogo oblíquo sobre a face esquerda do bastião de S. Pedro e direto sobre a direita. Ir progressivamente arruinando a escarpa	48
11	1 peça de 12 polegadas 2 obuses	Fogo oblíquo sobre a face esquerda do revelim nº2, hoje conhecido como revelim da brecha	18

Ilustração 29 - Tabela resumo da Constituição e Missões das Baterias sitiantes no Cerco de 1810

Fonte: Afonso, 2011, p.30.

Anexo J – Esboços dos Dispositivos do Exército entre 1643 e 1921

1º DISPOSITIVO DO EXERCITO
E DA MARINHA
(1643)

ANEXO A

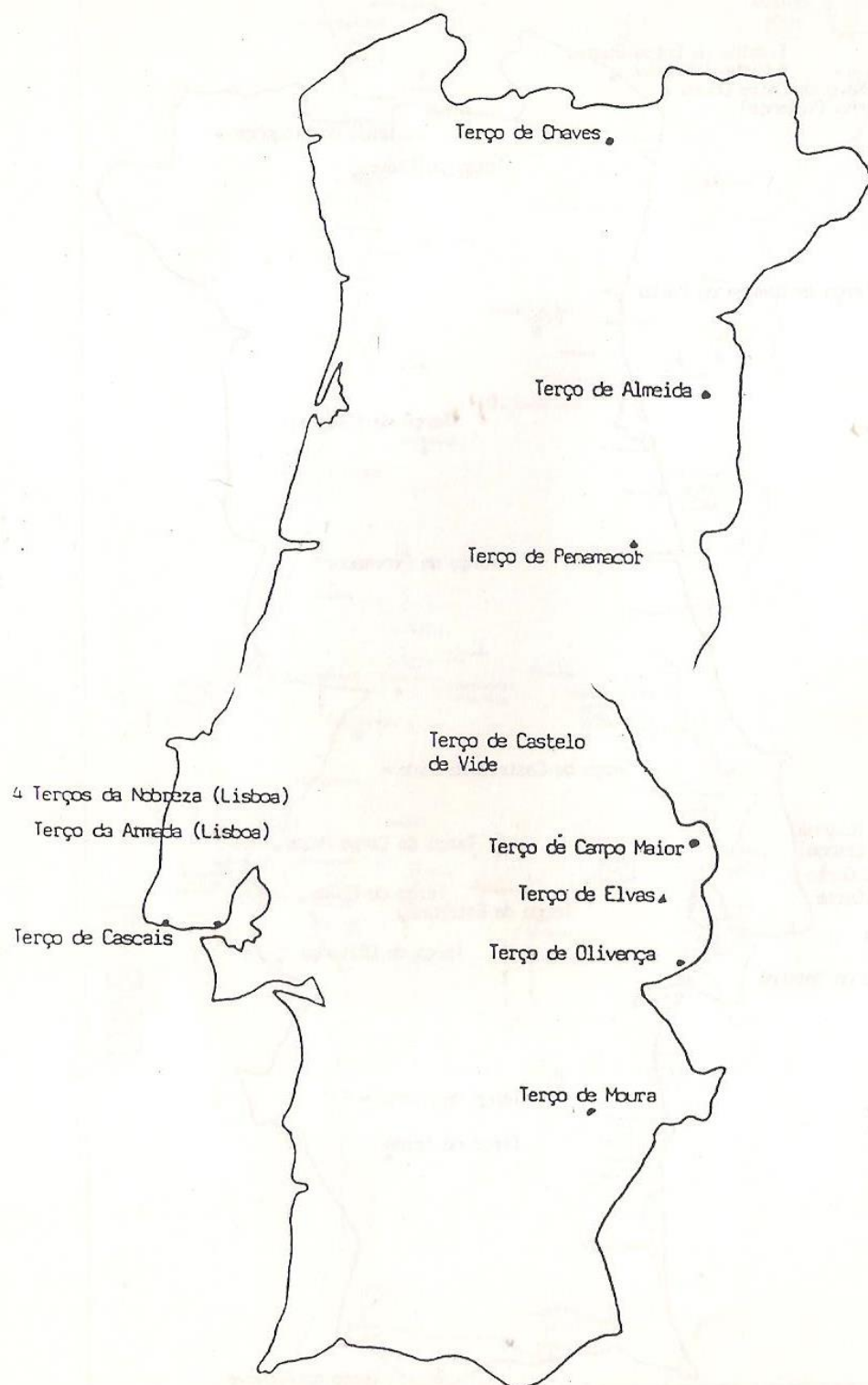


Ilustração 30 – Esboço do 1º Dispositivo do Exército (1643)

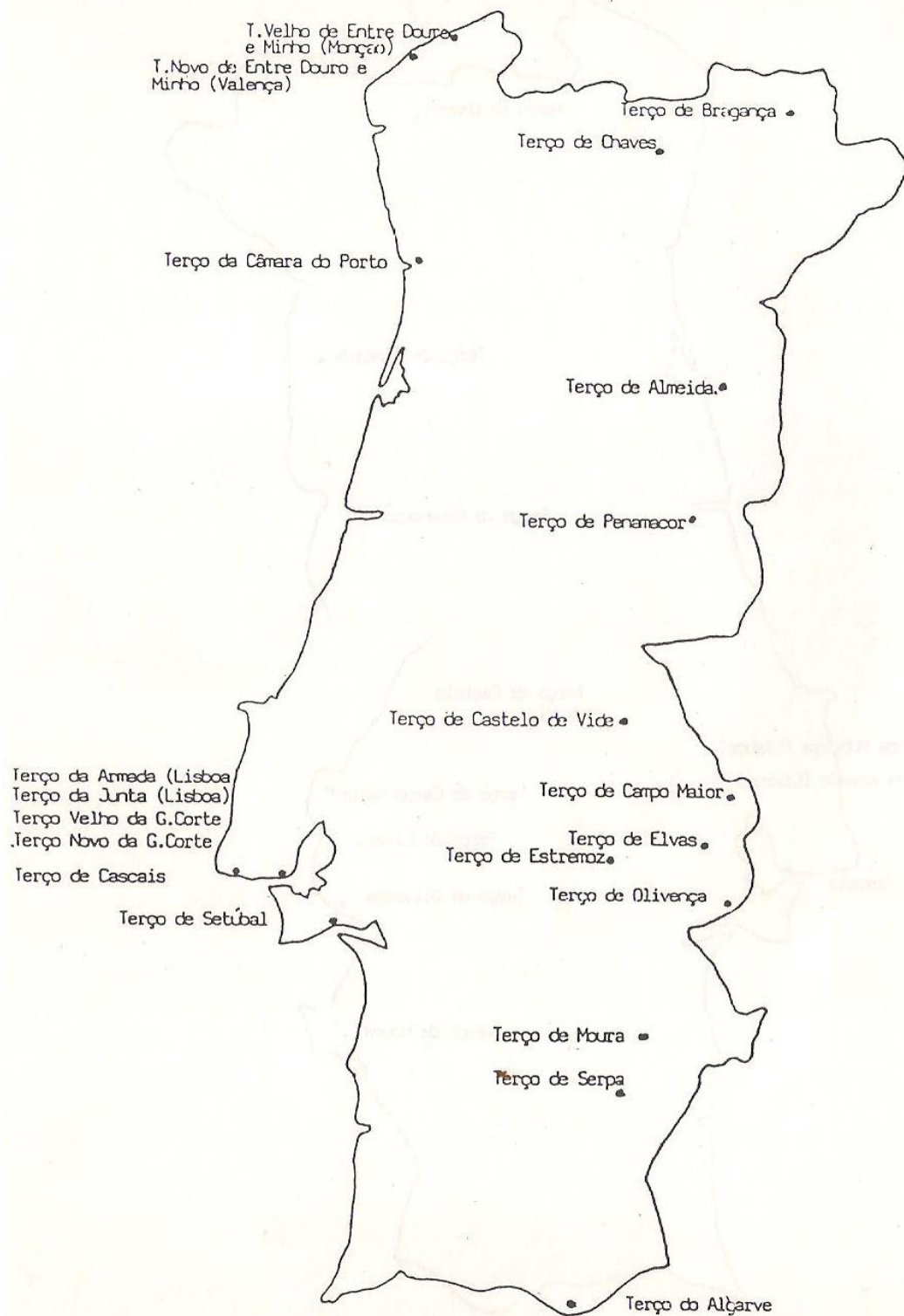


Ilustração 31 – Esboço do 2º Dispositivo do Exército (1668)

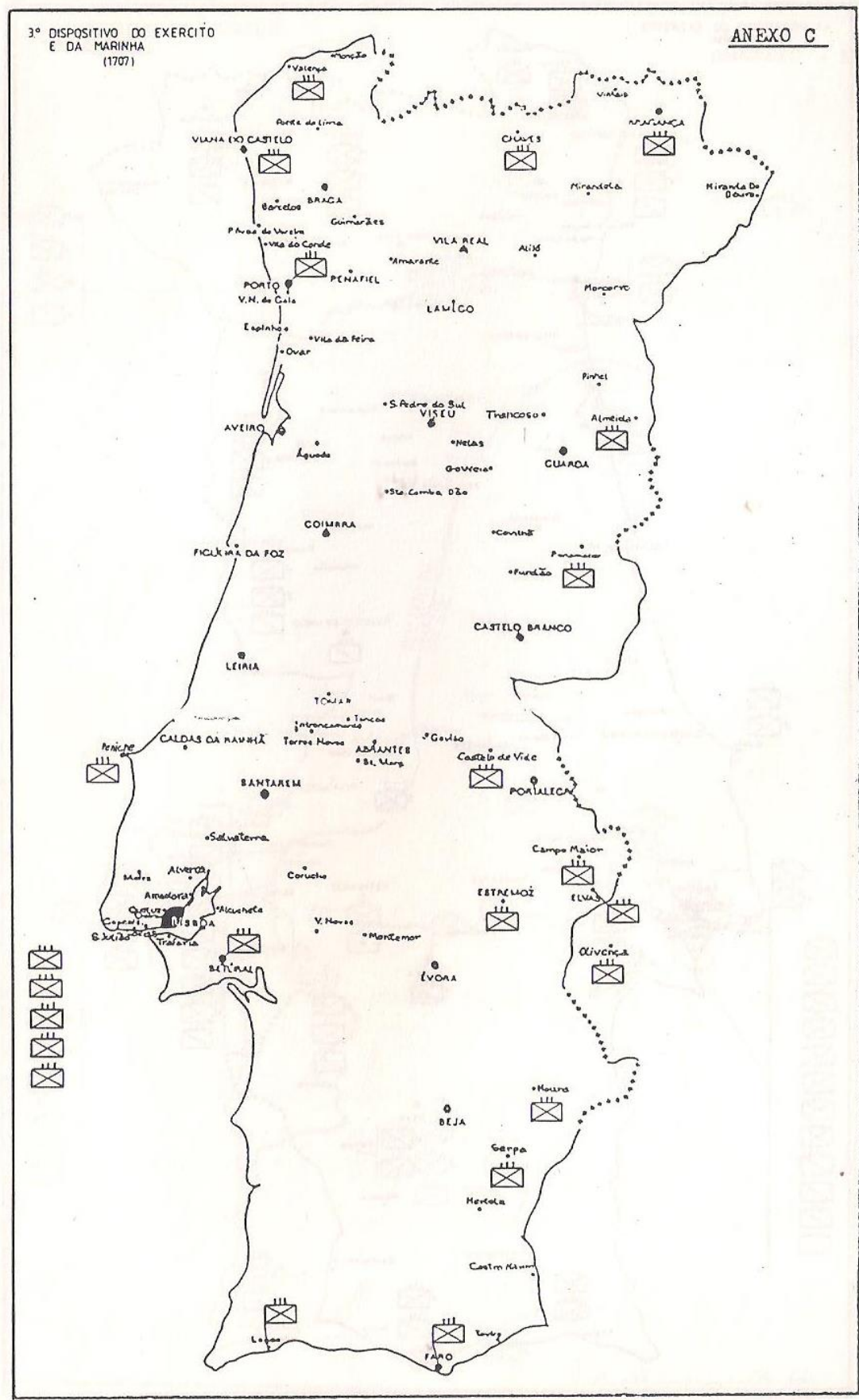


Ilustração 32 – Esboço do 3º Dispositivo do Exército (1707)

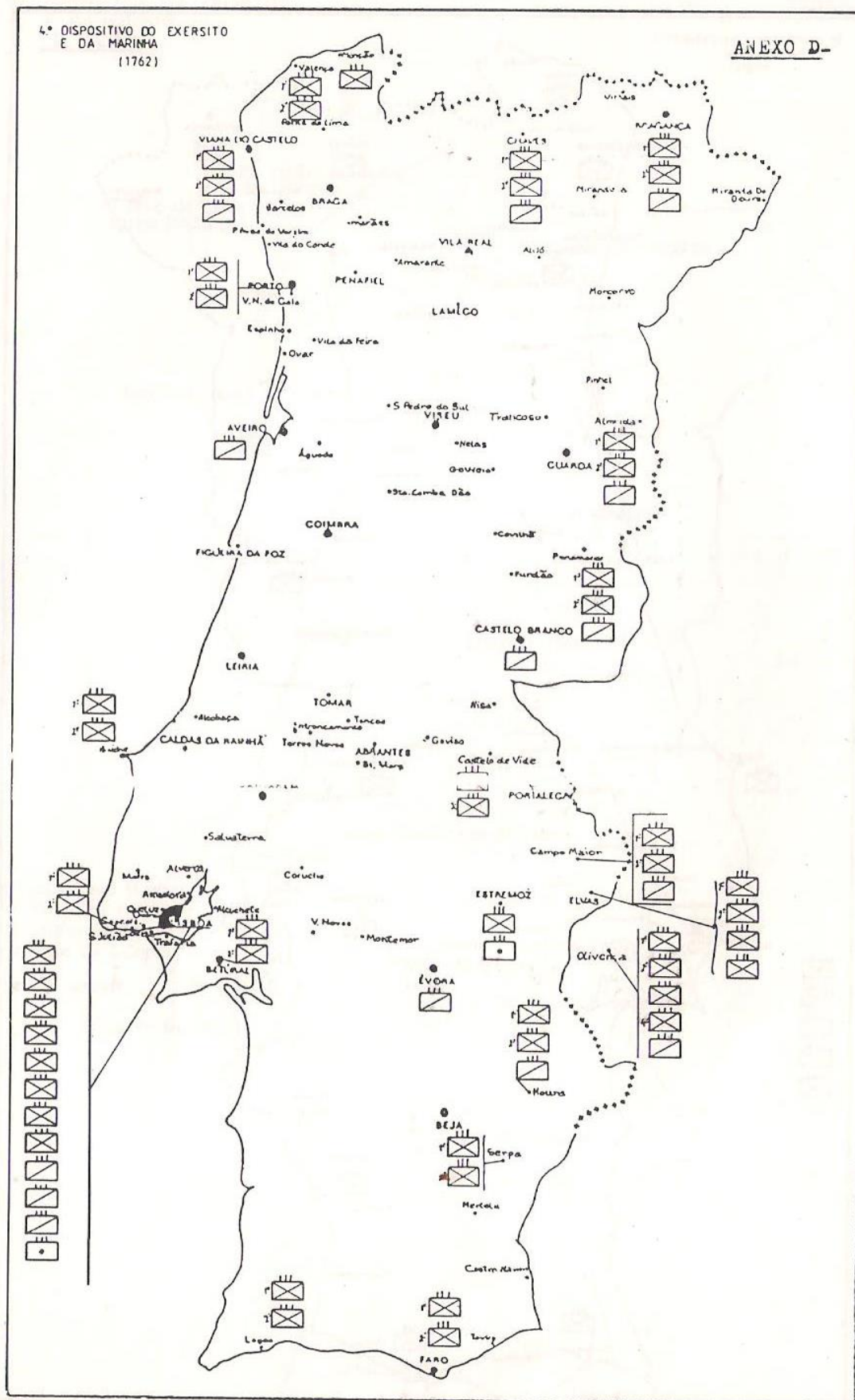


Ilustração 33 – Esboço do 4º Dispositivo do Exército (1762)

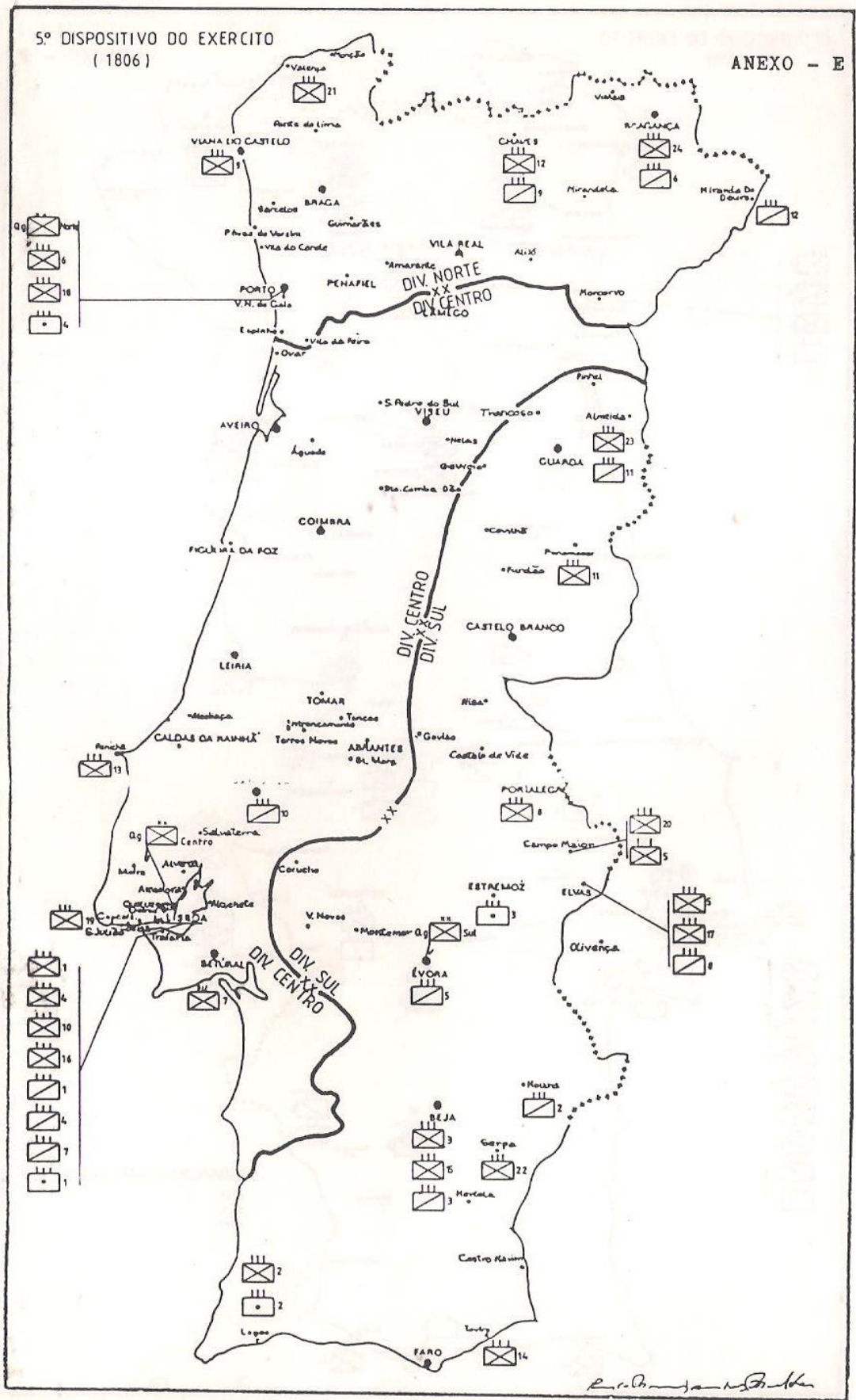


Ilustração 34 – Esboço do 5º Dispositivo do Exército (1806)

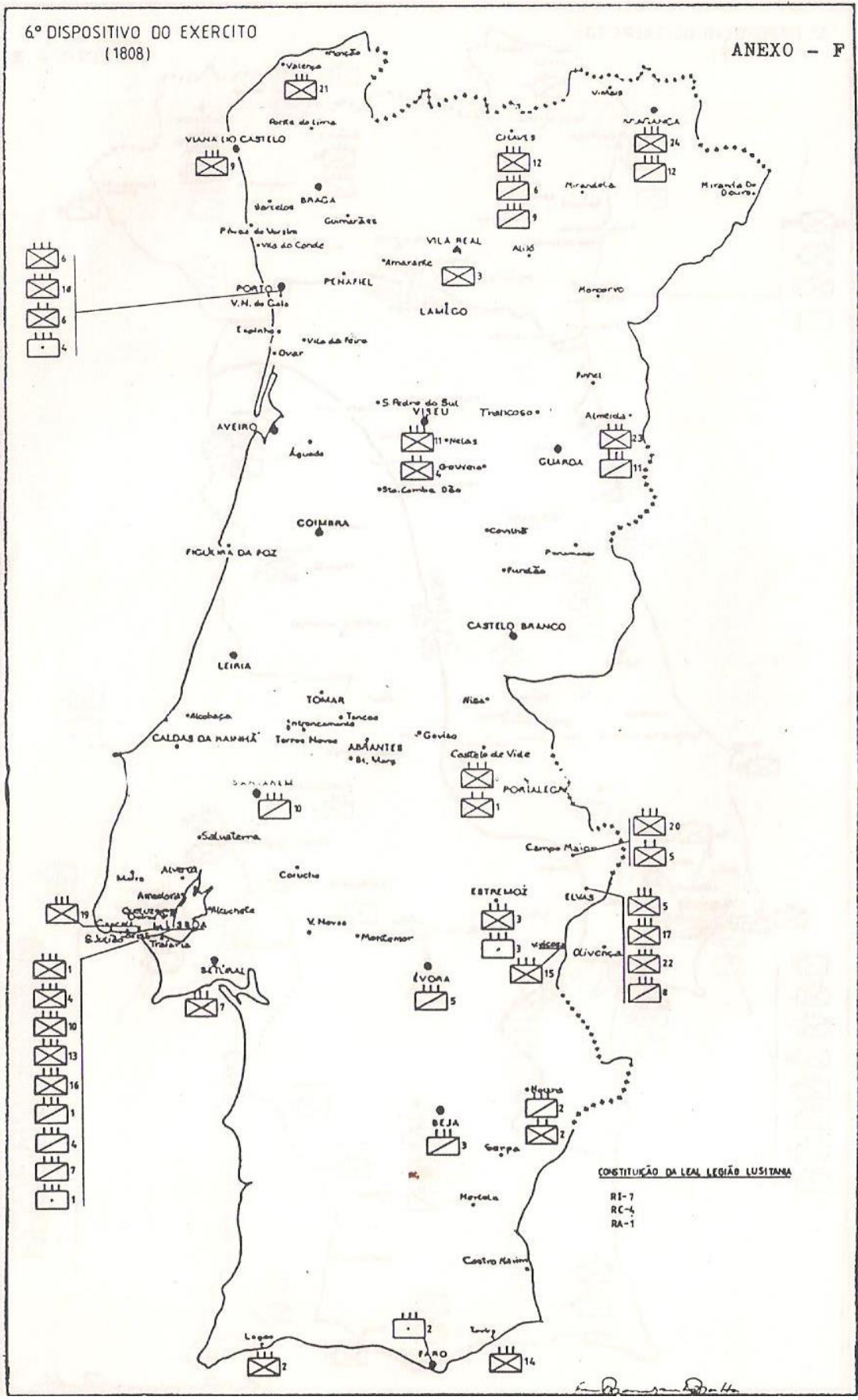


Ilustração 35 – Esboço do 6º Dispositivo do Exército (1808)

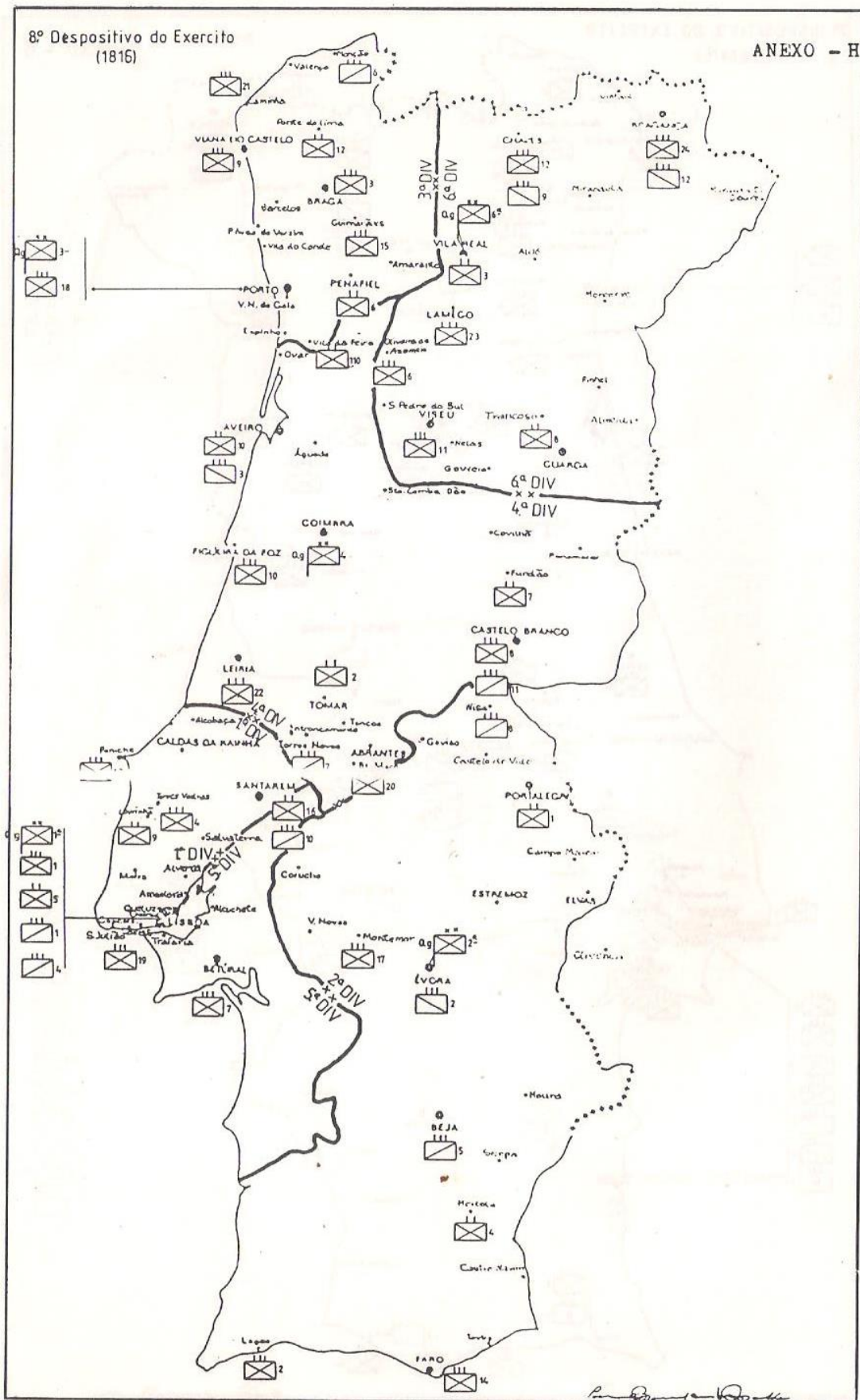


Ilustração 37 – Esboço do 8º Dispositivo do Exército (1816)

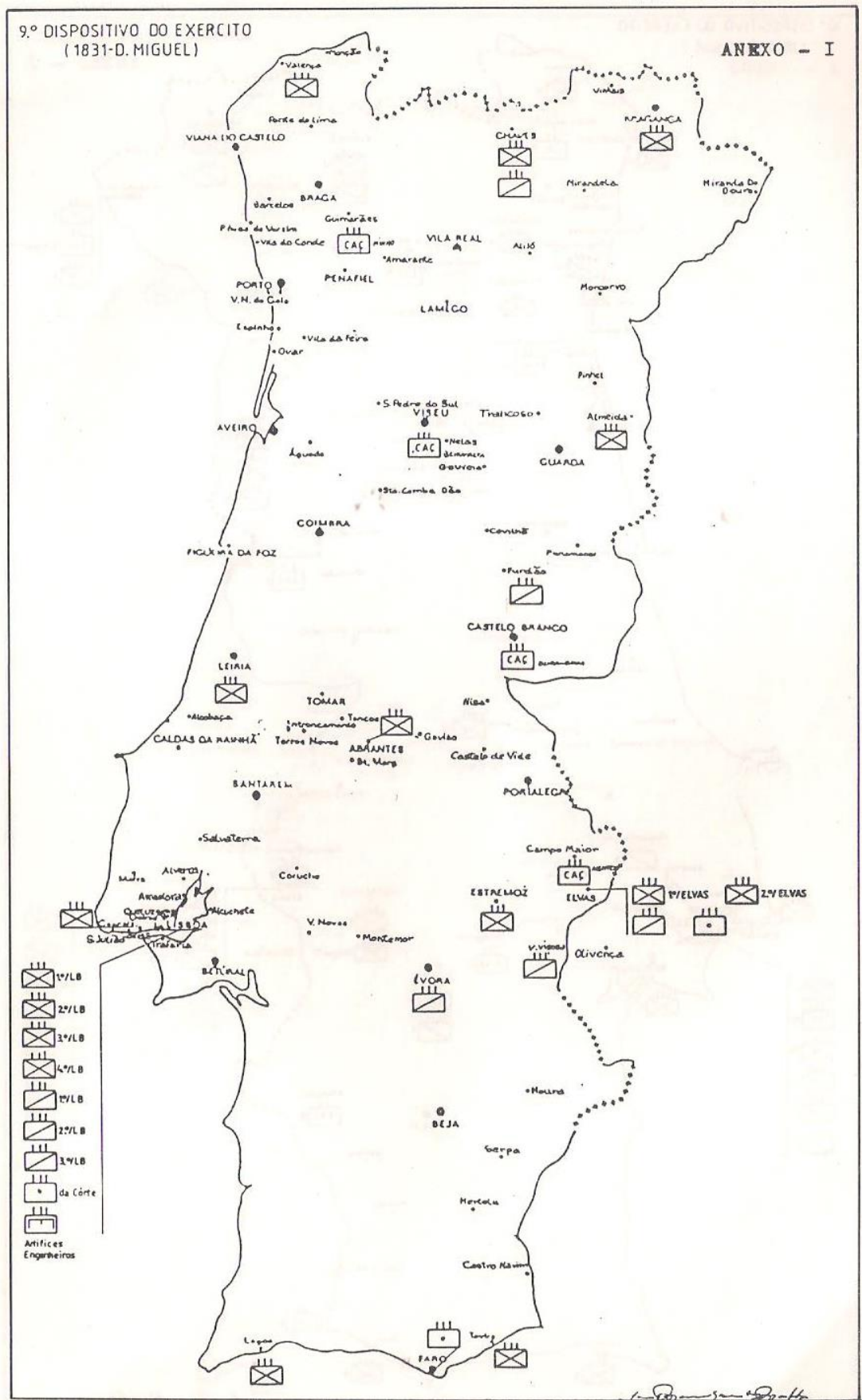


Ilustração 38 – Esboço do 9º Dispositivo do Exército (1831)

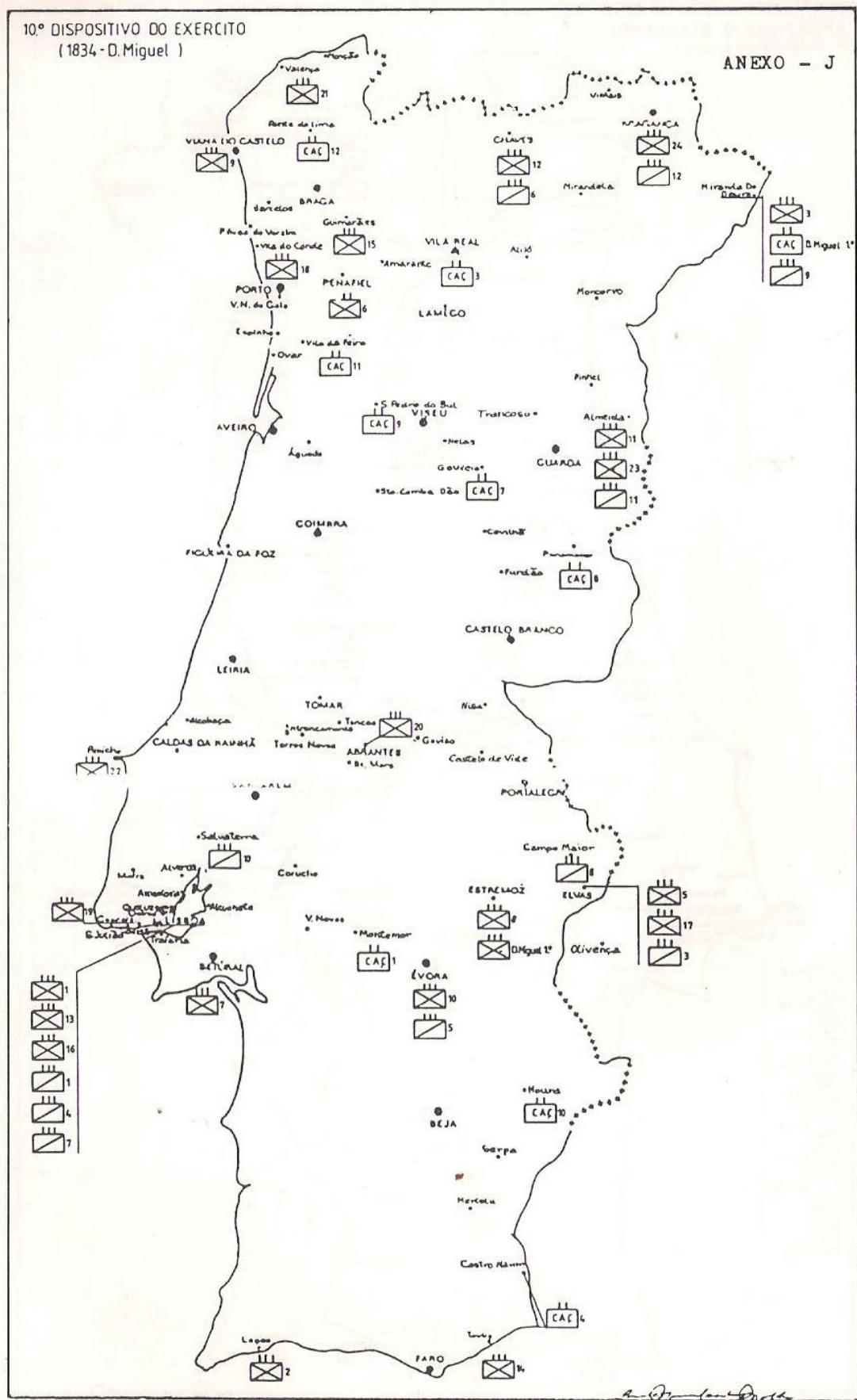


Ilustração 39 – Esboço do 10º Dispositivo do Exército (1834)

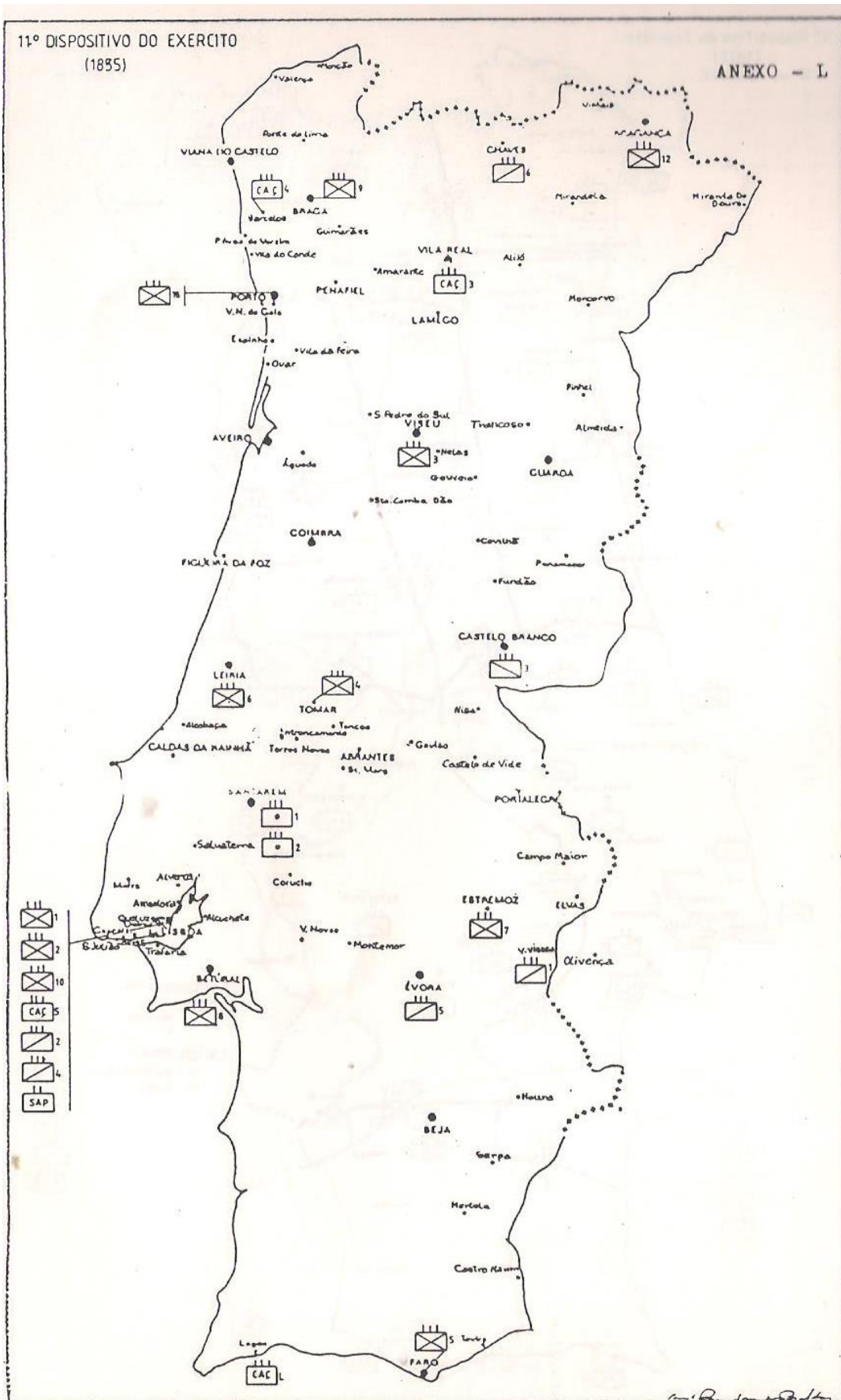


Ilustração 40 – Esboço do 11º Dispositivo do Exército (1835)

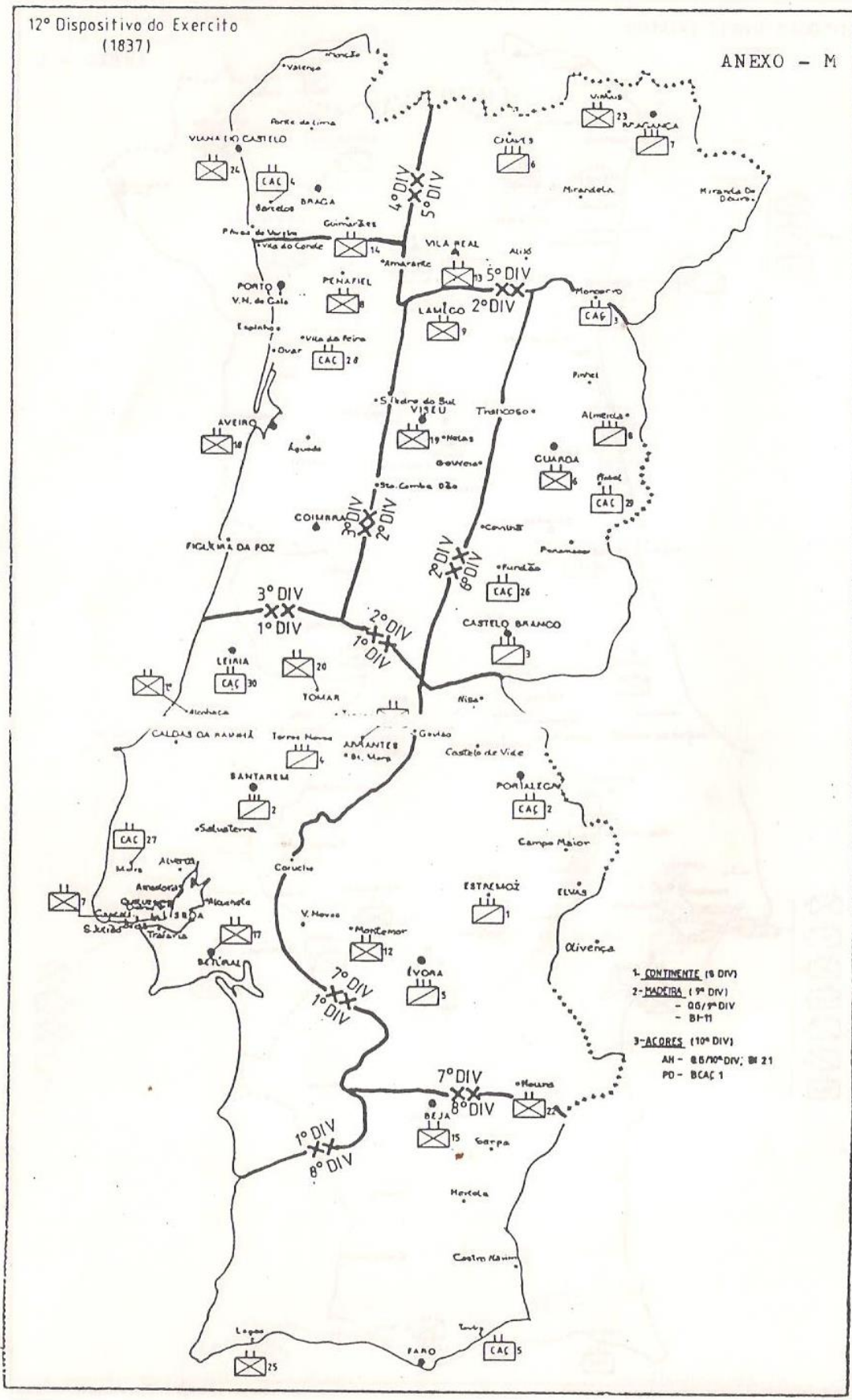


Ilustração 41 – Esboço do 12º Dispositivo do Exército (1837)

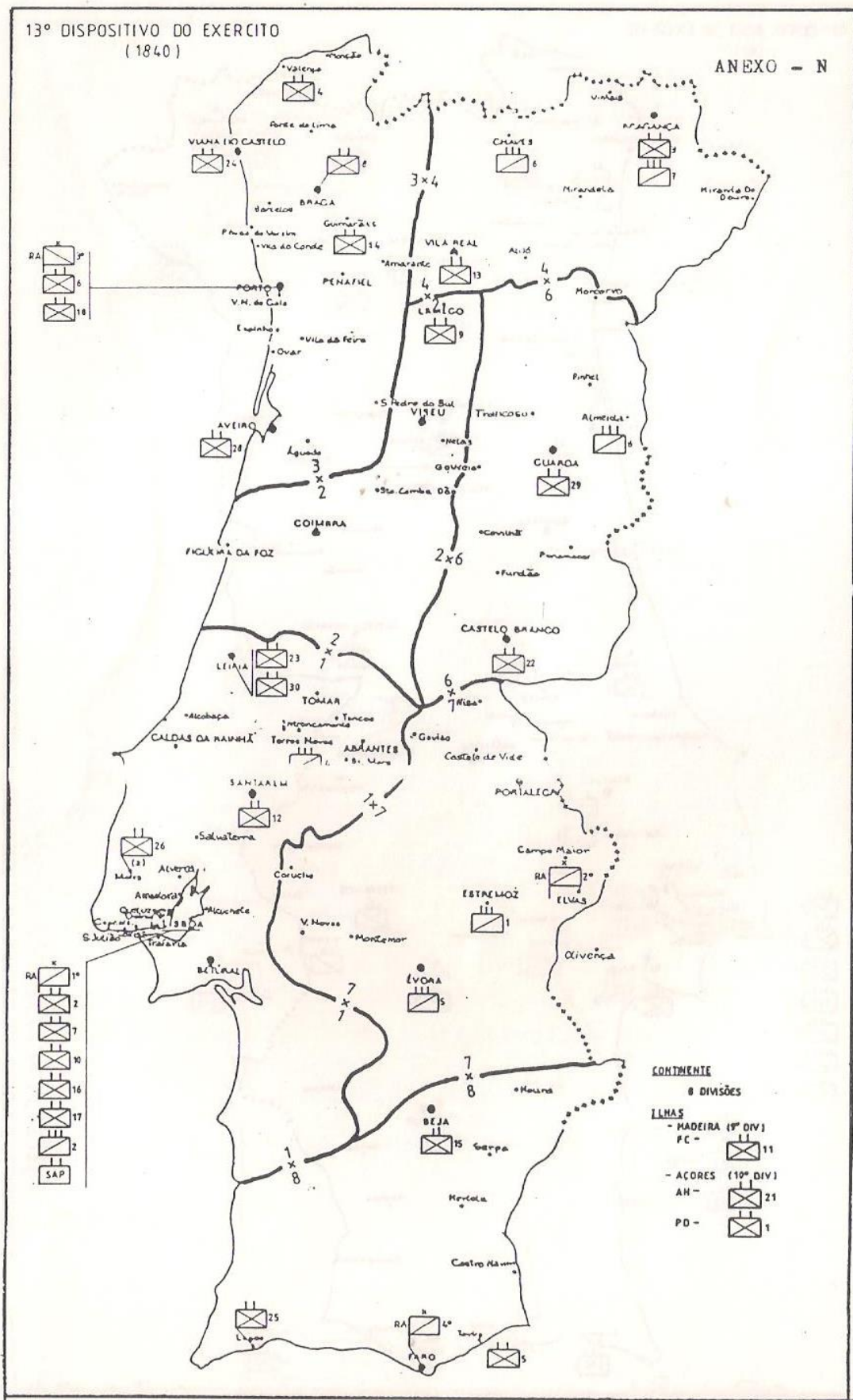


Ilustração 42 – Esboço do 13º Dispositivo do Exército (1840)

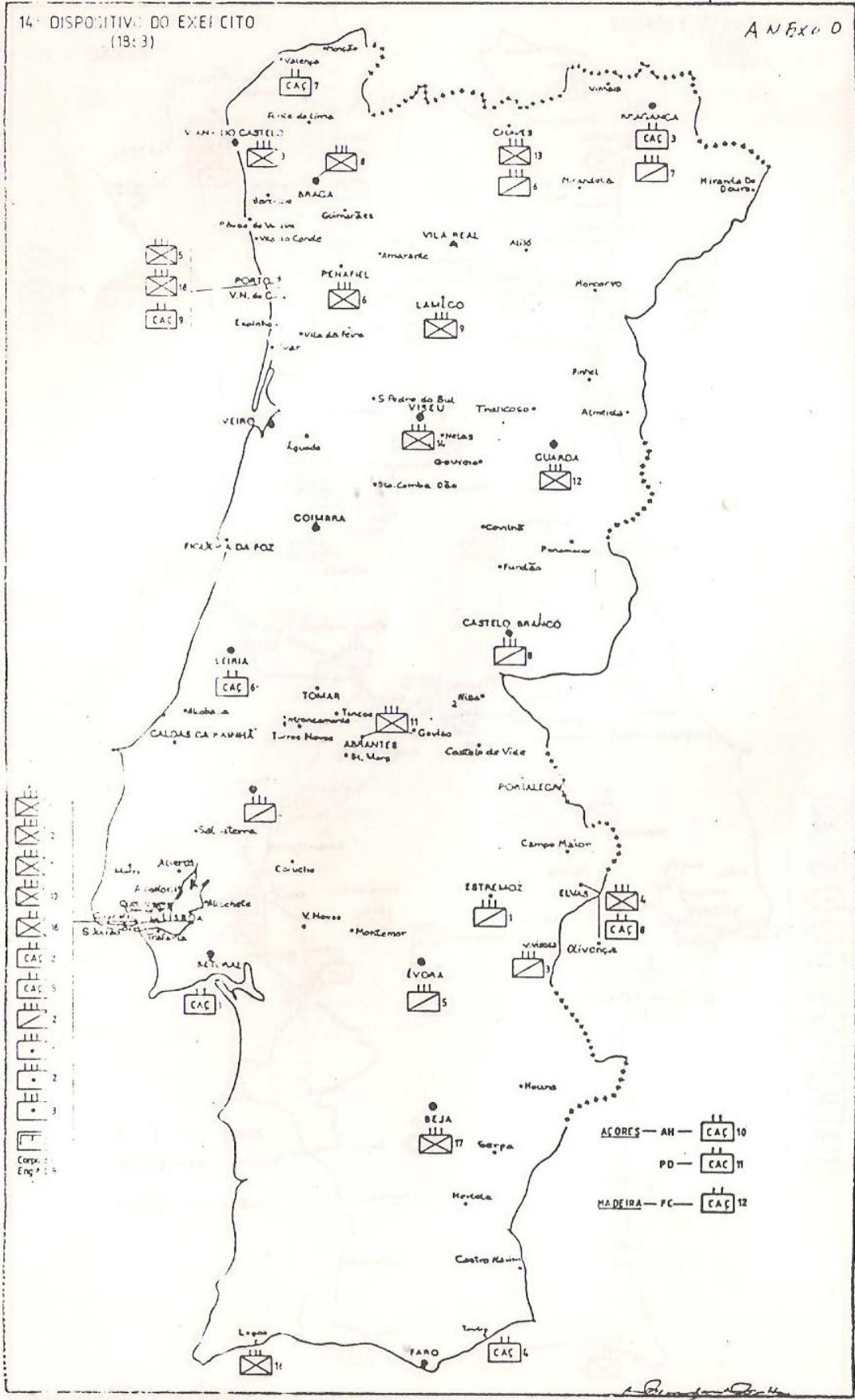


Ilustração 43 – Esboço do 14º Dispositivo do Exército (1849)

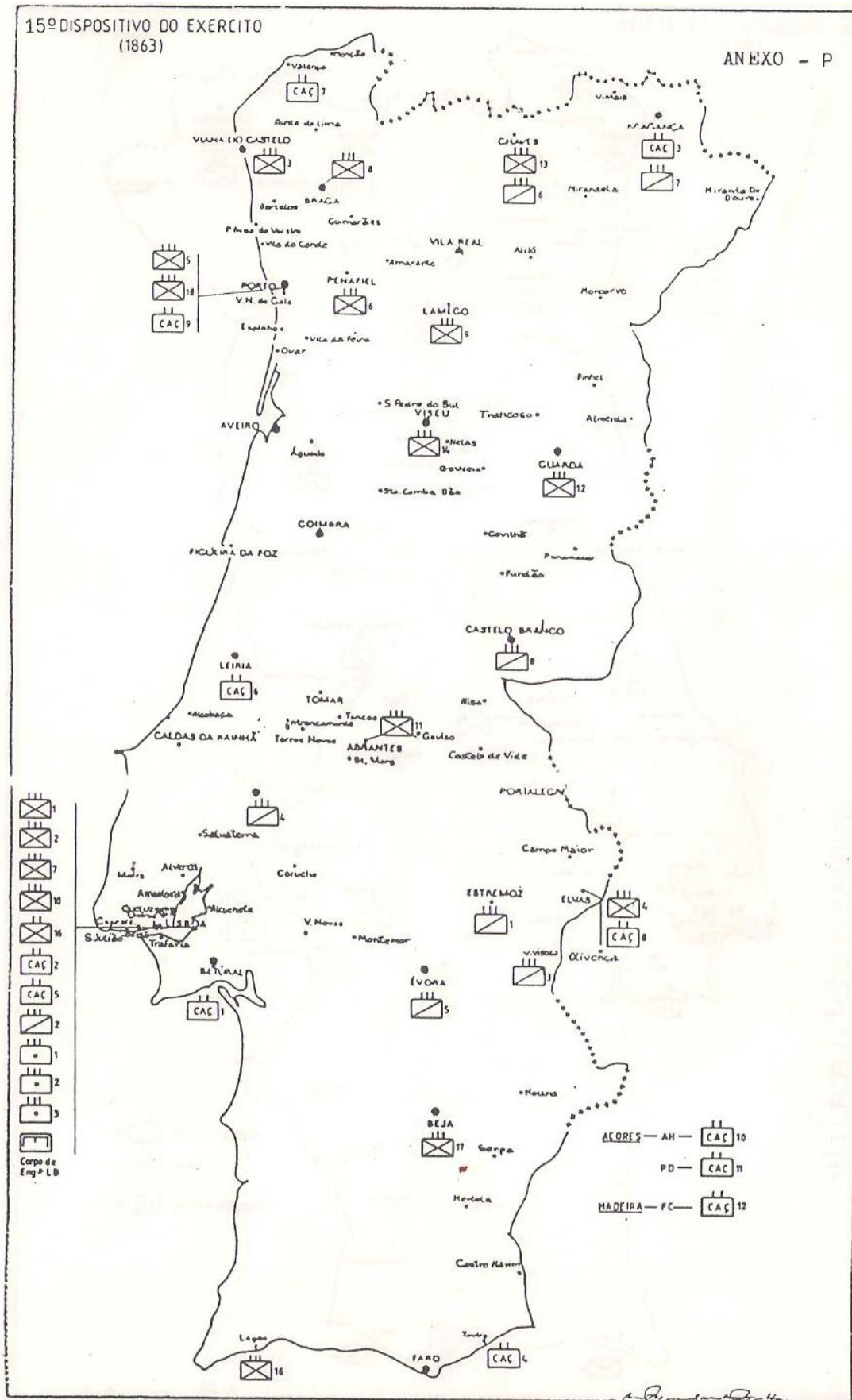


Ilustração 44 – Esboço do 15º Dispositivo do Exército (1863)

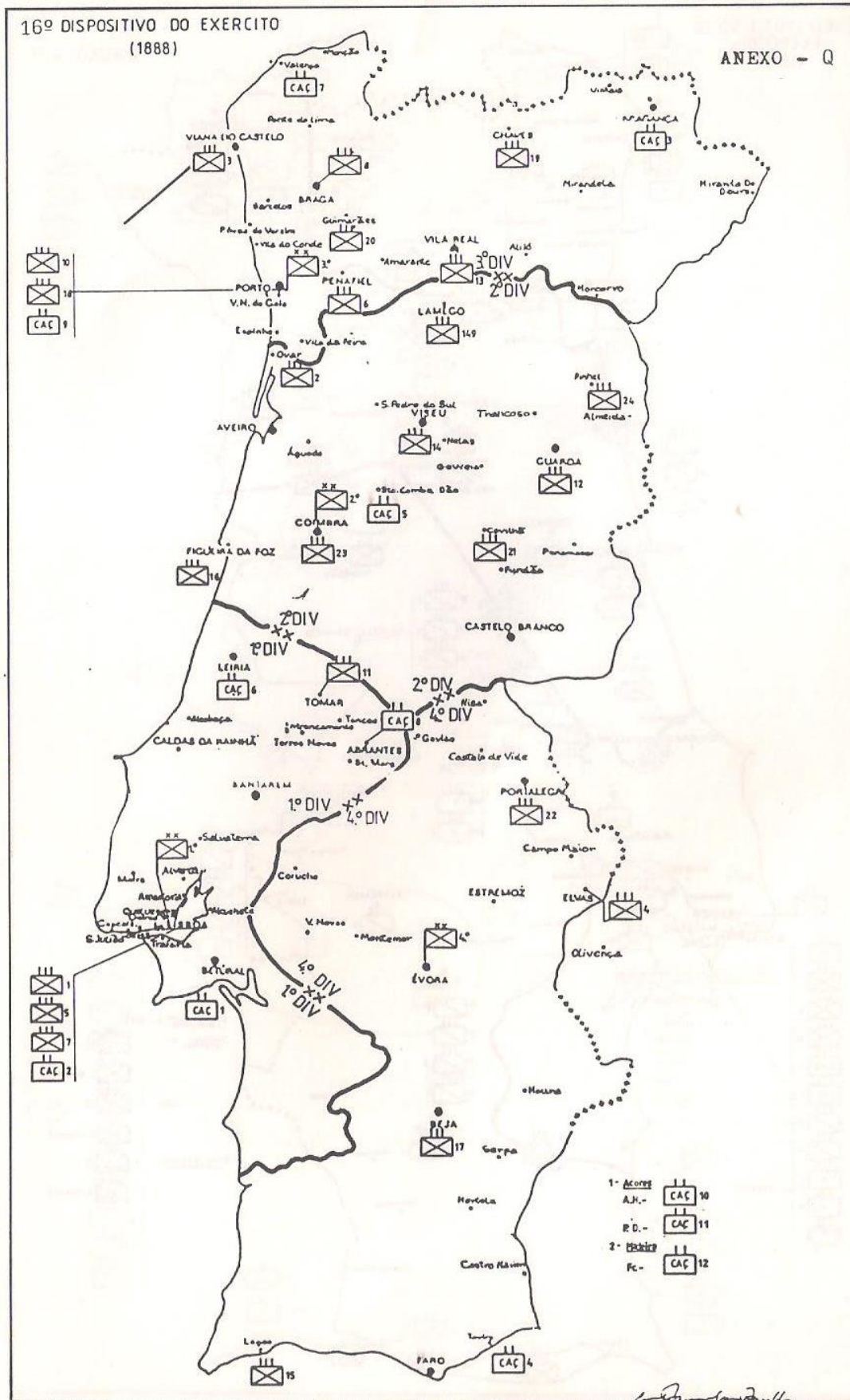


Ilustração 45 – Esboço do 16º Dispositivo do Exército (1888)

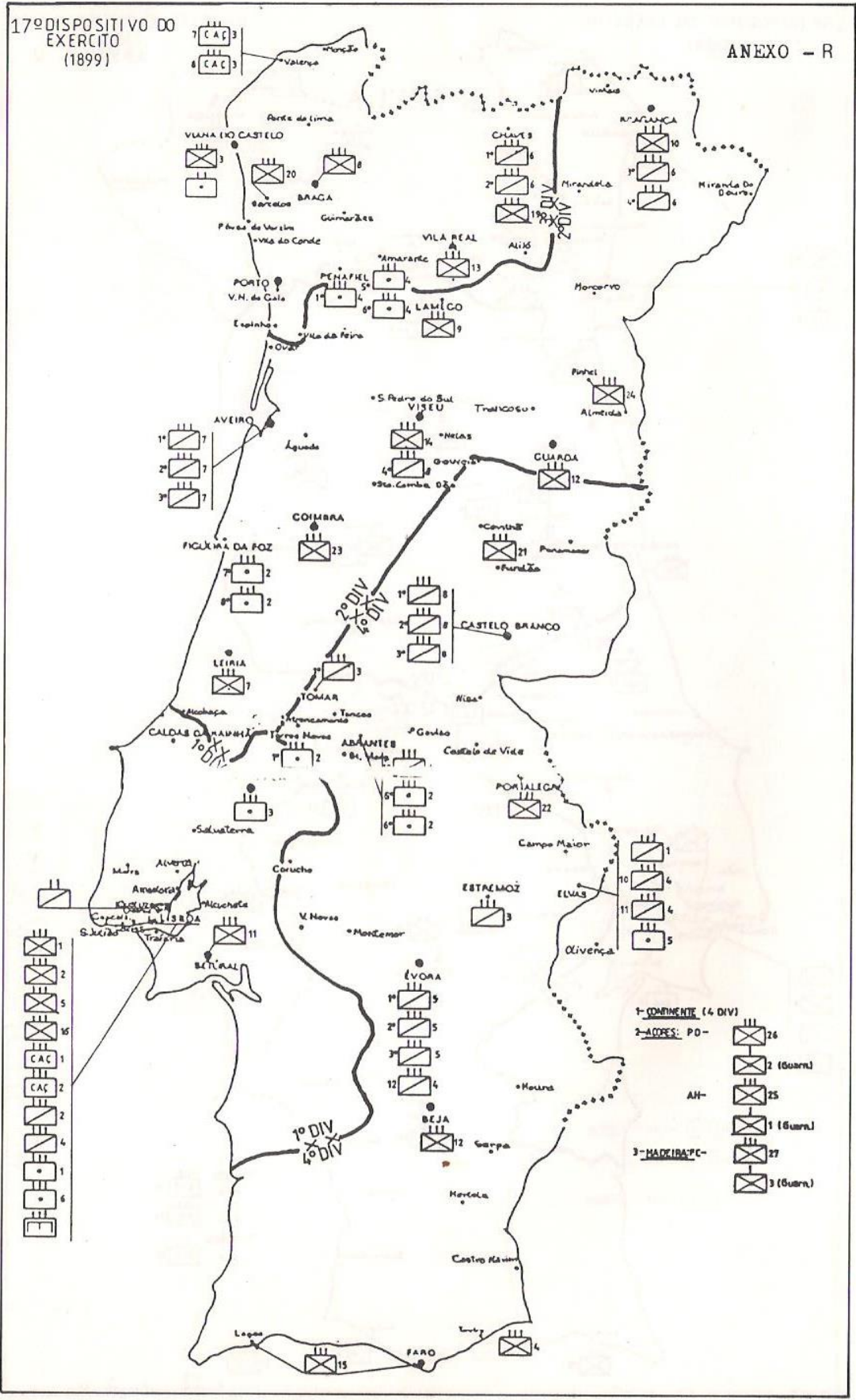


Ilustração 46 – Esboço do 17º Dispositivo do Exército (1899)

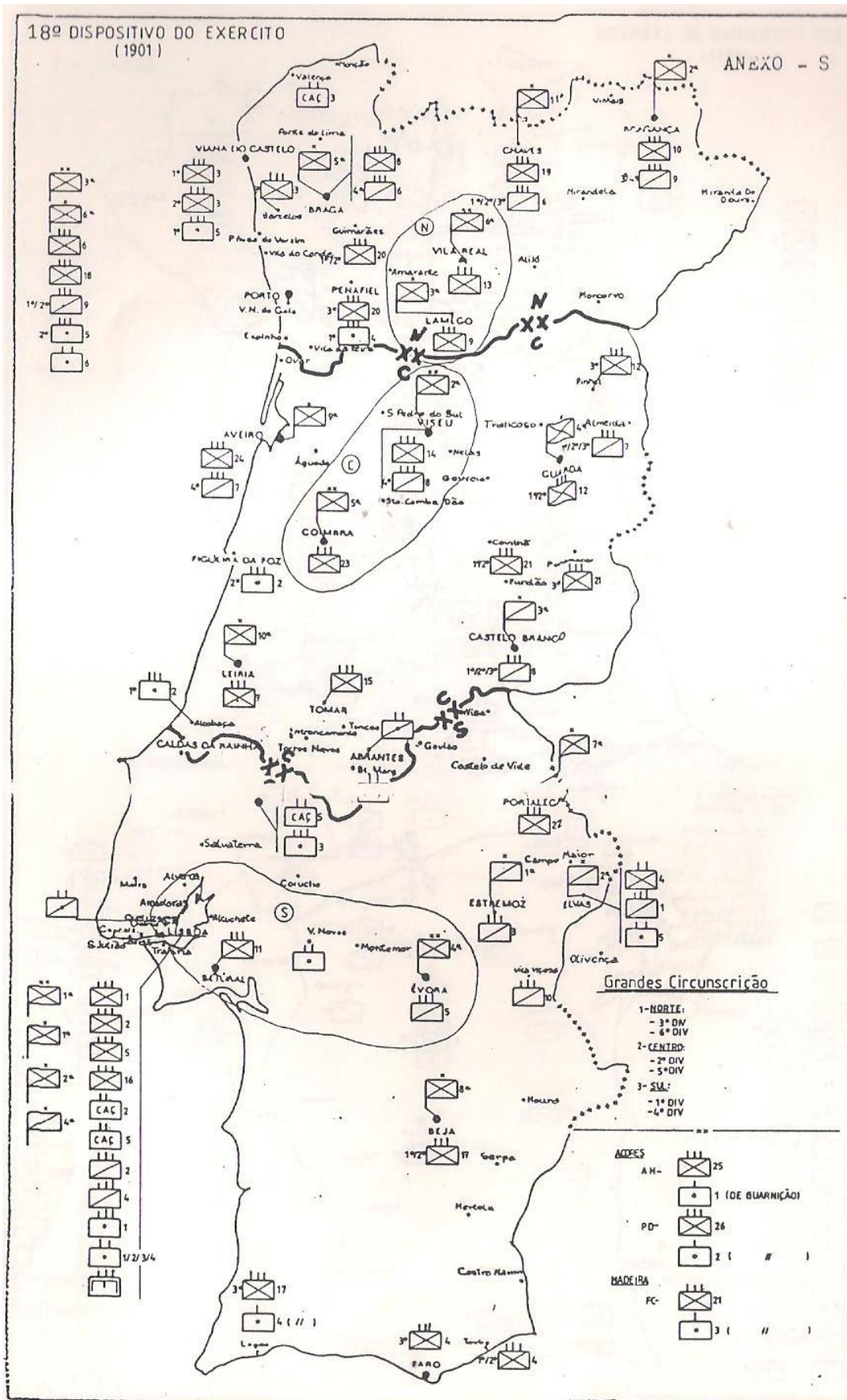


Ilustração 47 – Esboço do 18º Dispositivo do Exército (1901)

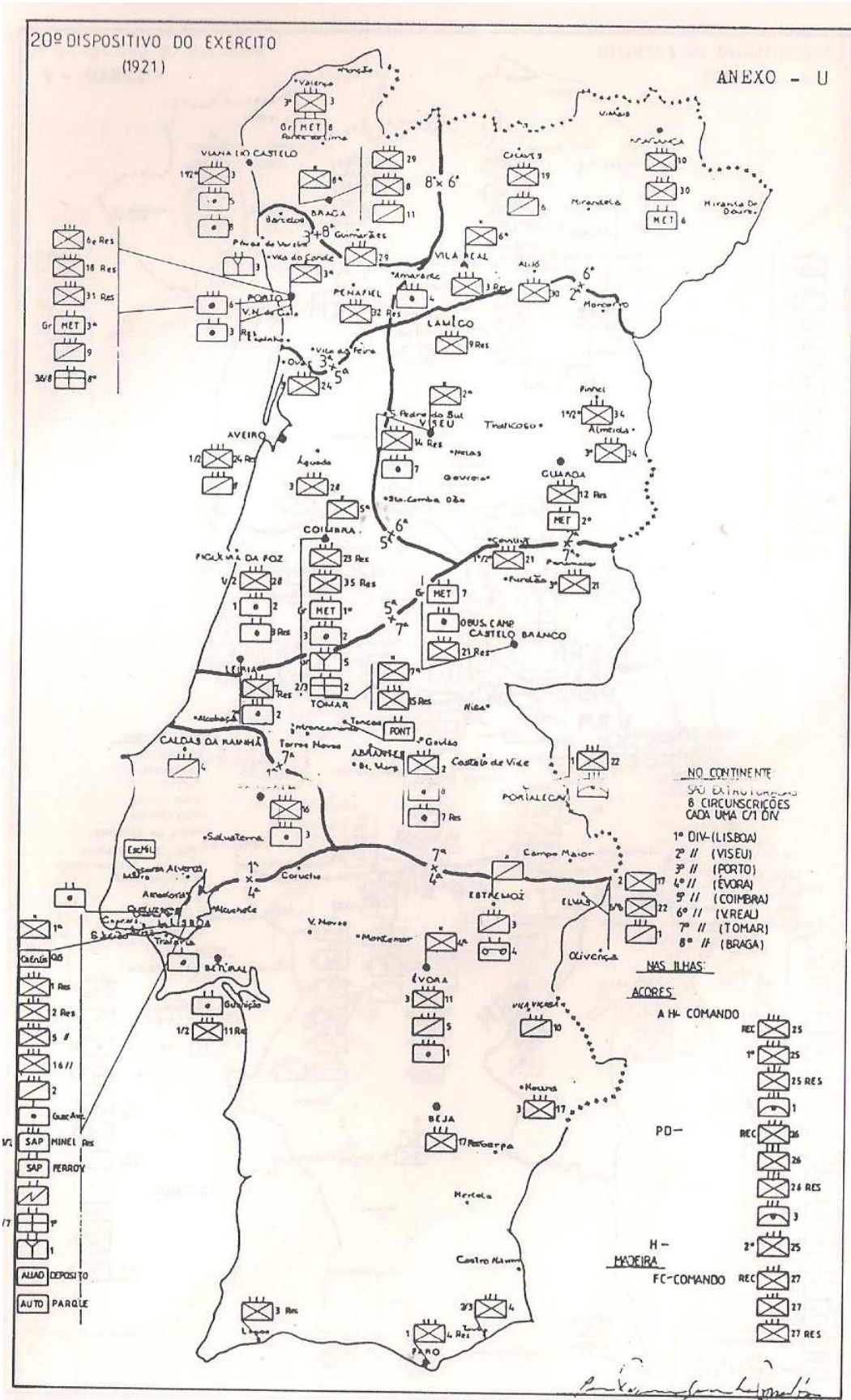


Ilustração 49 – Esboço do 20º Dispositivo do Exército (1921)

Fonte: D. Carvalho, 1993, pp.107-127.